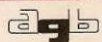


GEOGRAFIA: **PESQUISA E** **PRÁTICA SOCIAL**



MARCO ZERO



Geografia: Pesquisa e Prática Social

Capa de MZ Produções

Copyright © 1990 by A G B

Terra Livre é uma publicação semestral da A G B - Associação dos Geógrafos Brasileiros, em co-edição com a Editora Marco Zero Ltda., Rua Rodrigo Cláudio, 480, Aclimação, São Paulo, CEP 01532, Telefone: (011) 2871935.

Terra Livre conta com auxílio do CNPq/FINEP. Este número 7 foi publicado em abril de 1990.

Geografia: Pesquisa e Prática Social

Chico Mendes
Raimundo de Barros
Carlos Walter Porto Gonçalves
Lylia Coltrinari
Armando Corrêa da Silva
Rogério Haesbaert da Cosia
Wagner Costa Ribeiro
Antônio Carlos Castrogiovanni
Ligia Beatriz Goulart

Editora Marco Zero
Associação dos Geógrafos Brasileiros

Terra Livre 7
ISSN 0102-8030

TERRA LIVRE é uma publicação semestral da A G B - Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Qualquer correspondência pode ser enviada para a A G B - Nacional (a/c Coordenação de Publicação):
Avenida Professor Lineu Prestes, 338 - Edifício Geografia e História - Caixa Postal 64.525 - Cidade Universitária - CEP 05497 - São Paulo - SP - Brasil. Telefone: (011) 210-2122-ramal 637.

Editor responsável:
Bernardo Mançano Fernandes

Conselho Editorial:
Aldo Paviani
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Armen Mamigonian
Aziz Nacib Ab'Sáber
Beatriz Soares Pontes
Carlos Walter P. Gonçalves
Gil Sodero de Toledo
Heinz Dieter Heidemann
Horieste Gomes
José Pereira de Queiroz Neto
José Borzaquiello da Silva
José Willian Vesentini
Lylian Coltrinari
Manoel F. G. Seabra
Manuel Correia de Andrade
Maria Lúcia Estrada
Márcia Spyer Resende
Milton Santos
Nelson Rego
Pasquale Petrone
Ruy Moreira
Samuel do Carmo Lima
Sílvio Bray
Tomoko Iyda Paganelli

SUMÁRIO

Apresentação 7

A Luta dos Povos da Floresta 9
Chico Mendes

O Seringueiro 23
Raimundo de Barras

A Defesa da Natureza Começa Pela Terra 43
Carlos Walter Porto Gonçalves

A Geografia e as Mudanças Ambientais 53
Lylian Coltrinari

Ponto de Vista - O Pós-Marxismo e o Espaço Cotidiano 59
Armando Corrêa da Silva

Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade 63
Rogério Haesbaert da Costa

Maquiavel: Uma Abordagem Geográfica e (Geo) Política 93
Wagner Costa Ribeiro

Uma *Contribuição à Reflexão do Ensino de Geografia: A Noção da
Especialidade e o Estudo da Natureza* 109
Antônio Carlos Castrogiovanni e Ligia Beatriz Goulart

Apresentação

Este número da Revista Terra Livre traz parte do trabalho da Associação dos Geógrafos brasileiros. Foram transcritas algumas palestras de convidados da A G B , em encontros e debates. Certamente, estes documentos serão de muita valia para os pesquisadores, professores e estudantes que acompanham o movimento da geografia brasileira.

Os primeiros quatro textos: *A Luta dos Povos da Floresta, O Seringueiro, A Defesa da Natureza Começa Pela Terra, A Geografia e as Mudanças Ambientais*, são resultados dos trabalhos realizados pela A G B - São Paulo. Em 1987, promovemos o 5º Encontro Local de Geógrafos, incentivando a discussão sobre a transformação do território e a questão ambiental a partir da prática social e da pesquisa científica. O desenvolvimento desse trabalho resultou na vinda de Chico Mendes, em junho de 1988, para falar e debater sobre a luta dos povos na floresta.

Em 1989, convidamos Raimundo Barros para falar sobre a luta dos seringueiros, as reservas extrativistas e a organização dos povos da floresta. Estes textos são, portanto, uma valiosa contribuição para os estudiosos da geografia da Amazônia.

O território está em transformação, o espaço em questão, a geografia em crise: todas estas questões são inerentes à modernidade. Os textos: *Filosofia, Geografia e a Crise da Modernidade; o Pós Marxismo e o Espaço Cotidiano, Maquiavel: Uma Abordagem Geográfica e Geopolítica*, estimulam o pensamento, propõem avançar, prosperar e não postergar. Neste sentido o texto: *"Uma Contribuição à Reflexão do Ensino de Geografia: Uma Noção de Espacialidade e o Estudo da Natureza"* é de fato um avanço na discussão das propostas curriculares de geografia.

Por fim é preciso reafirmar que esta revista é o resultado do trabalho de professores, alunos e pesquisadores. Assim quero agradecer ao Johnson, a Gisele, ao Gilberto e a Claudia que transcreveram e datilografaram os originais dos debates.

Bernardo Mançano Fernandes

DOCUMENTO

A Luta dos Povos da Floresta*

Chico Mendes

Quero dizer a vocês que eu sou um seringueiro, tenho uma participação direta na selva, na floresta amazônica, mas se hoje não estou ligado à produção extrativista, e porque não tenho mais condições, chegou o momento em que tive que sair fora, para dar um apoio maior para minha categoria.

Estou vindo do Rio de Janeiro, com o apoio do **Carlos** Walter e de outras pessoas e de partidos políticos, PT, PV, e PSB e outros segmentos da sociedade, onde venho fazendo várias palestras, criamos um comitê de solidariedade aos Povos da Floresta, e o Rio, realmente me deu uma força muito grande. Fui convidado pelo Carlos Walter a vir a São Paulo e agora estou aqui junto com vocês e espero que, também em São Paulo, este relacionamento, este entrosamento se aprofunde, porque a questão que nós defendemos hoje é muito significativa, é muito importante para todos os segmentos da sociedade brasileira.

Como já disse, meu trabalho é diretamente junto com os Povos da Floresta que são os índios e os seringueiros. É um trabalho que venho realizando há quinze anos aproximadamente. Comecei de uma forma isolada neste trabalho em 1969. Comecei com nove anos de idade como

*Palestra realizada em de junho de 1988, promovida pelo Departamento de Geografia da USP e AGB-SP.

produtor extrativista dentro de uma realidade diferente da que nós vivemos hoje.

O desbravamento da Amazônia começou a partir de meados do século XIX, ou seja, a partir do ano de 1877, quando começaram a chegar as primeiras levadas de nordestinos na Amazônia. Agora se perguntamos, e a Amazônia era desabitada? Não, a Amazônia tinha seus verdadeiros habitantes, seus verdadeiros donos, que eram os índios. Naquela época, por volta de 1877, antes da chegada dos brancos na Amazônia, existiam na região do vale de Juruá, do Acre, mais de sessenta grupos tribais que juntos formavam várias nações e eram os legítimos donos daquela região.

Exatamente a partir de 1877, atendendo a interesses econômicos e quando a borracha ganha relevo na ocupação da Amazônia, impulsionada pela política de interesses de grupos estrangeiros e de grupos internos, aí então o tráfico de nordestinos para a Amazônia - eu falo tráfico porque naquela época o nordestino já era vítima da seca, em decorrência dos grandes desmatamentos feitos no Nordeste pelos coronéis, e chega o momento em que este povo é usado como escravo para desbravar a Amazônia, atendendo a interesses de grupos internacionais e dos patrões. Começa então uma vida difícil para o nordestino, quando milhares de famílias se deslocaram para a região e de repente essas pessoas tiveram que entrar em confronto com os verdadeiros donos da terra que eram os índios. Armados pelos patrões, estes companheiros foram obrigados a entrar em guerra com os índios; muitas tribos foram dizimadas, milhares de índios foram mortos; naquela época os seringueiros foram preparados pelos patrões e grande parte da região amazônica, principalmente do rio Purus, Madeira e Juruá foi invadida pelos brancos e os índios daquela região foram mortos. As sessenta tribos daquela época ficaram reduzidas a umas dez tribos, mas com o tempo, principalmente após 1900 começa uma tranquilidade porque os índios já tinham desistido, já tinham sido vencidos. Mesmo assim o seringueiro começa sua vivência na selva, na floresta e inicia um verdadeiro relacionamento do homem com a natureza.

Com o tempo, nós aprendemos os costumes dos índios, apesar de nós termos sido seus inimigos e responsáveis pelo seu genocídio, nós terminamos por aprender os seus costumes, as suas tradições, os seus relacionamentos com a natureza, com a selva; aprendemos a conviver com os mistérios da mata, aprendemos também a usar os alimentos como eles usam, a caça, o serviço da pesca, enfim a maioria dos costumes indígenas também foram usados pelos seringueiros. Até 1970 este relacionamento nos possibilitou criar, de certa forma, uma familiarização com a selva, com a floresta, com o silêncio da mata; aprendemos os costumes, o misticismo; aprendemos que a seringueira se rege por um

deus, que a caça tem um deus que rege a vida das caças e dos animais da mata; nós aprendemos isto com os índios, aprendemos que existem vários deuses que regem os destinos da natureza e da selva.

Ao mesmo tempo, durante este século, os seringueiros passaram a viver num regime de escravidão, porque apesar deles terem se transformado em extrativistas - e foi através do extrativismo que o Brasil foi muito beneficiado e nós fomos responsáveis durante este século, em grande parte, pelo sustentáculo da economia nacional - nós nunca tivemos um retorno disso. Em 1900, por exemplo, os seringueiros foram acionados e transformados em guerrilheiros e revolucionários e foram eles que de armas na mão anexaram o atual Estado do Acre ao território brasileiro. Naquela época, havia uma liga de grupos econômicos liderada pelos ingleses que tinham grande interesse na política de nossa borracha, e um gaúcho chamado Plácido de Castro, descontente com esta política - e já há muito que os seringueiros estavam sendo massacrados, explorados por grupos estrangeiros -, Plácido lidera com os seringueiros um movimento revolucionário em 1902/1903, que resultou em vitória com o acordo assinado pelo Barão do Rio Branco, e o Acre passa a ser anexado ao território brasileiro. A nossa recompensa foi a seguinte: nós continuamos, mais uma vez, como escravos. Milhares de nordestinos que vieram naquela época para desbravar a Amazônia com o sonho de voltarem novamente a rever seus familiares, a recuperar sua vida no Nordeste, não tiveram a sorte de voltar por vários motivos: 1º - alguns foram mortos pelos próprios índios que reagiram em princípio; 2º - outra grande parte morreu atacada por doença desconhecida naquela região sem nenhum atendimento médico, porque não havia médico; 3º - aquele que conseguia tirar saldo, produzir borracha, tinha como recompensa uma bala dos jagunços, porque quando o seringueiro conseguia liquidar suas contas, e ler o saldo, e aquele saldo era o sonho para rever seus familiares, no momento em que ele recebia o dinheiro, o jagunço já estava esperando lá no tronco de uma árvore, matava-o e o dinheiro era devolvido para o patrão.

Na Segunda Grande Guerra Mundial nós tivemos um papel importantíssimo na história do Brasil, nós fomos os grandes responsáveis pelo sustentáculo da indústria pneumática que, por sua vez, garantiu a fabricação de pneus para os aviões para as forças aliadas, de modo que aquelas pessoas, os seringueiros que foram destinados à produção extrativista da borracha para garantir a guerra, eram as pessoas que realmente tinham a promessa de que, no final da guerra e se as forças aliadas vencessem, teriam uma recompensa. Nós temos apenas a informação de que, no final da guerra, o governo brasileiro recebeu três milhões de dólares para a recom-

pensa desses soldados que se embrenharam na selva Amazônica, e nunca nenhum de nós recebeu essa recompensa.

Até a década de 70, para resumir um pouco a história, apesar de viver como escravo e ser humilhado de várias formas, a gente tinha uma garantia que a floresta, a natureza, aquele relacionamento nosso não se acabava, o nosso costume com a floresta, pois não havia nenhuma ameaça até aquele momento. Um grande problema também que existia e que esqueci de citar inicialmente foi que durante este século o seringueiro nunca teve direito a uma escola, porque para o patrão, o seringalista, não interessava criar uma escola no seringal, porque para ele tinha dois problemas: se o seringueiro ou o filho do seringueiro fosse para a escola ele poderia aprender a se conscientizar e aí poderia organizar um movimento de libertação, de autonomia, então isso não era bom para o patrão. O filho do seringueiro indo para a escola implicava na diminuição da produção da borracha. Então eu, como todos os companheiros, com nove anos de idade, o nosso *abc* foi pegar uma lâmina e começar a sangrar seringueira para ajudar nossos pais na produção da borracha do patrão que precisava de um lucro maior para mandar seu filho estudar nas melhores universidades do país, ou então comprar apartamentos em Belém, Manaus, Fortaleza, ou então gastar altas somas em banca de jogos. O direito do seringueiro era trabalhar, produzir borracha para alimentar os interesses do patrão.

Até 1965, os seringalistas eram financiados pelo Banco da Borracha, de modo que ele tinha um seringal produzindo cem toneladas de borracha, ia no banco e dizia: olha, o meu seringal produz duzentas toneladas e eu preciso de dinheiro para investir, e aí o banco financiava, porque também o banco não mandava nenhum fiscal no seringal, e o seringueiro era forçado a dobrar sua produção para que o patrão pudesse saldar seus compromissos no banco. Quando, por exemplo, o seringueiro via faltar o leite para dar ao seu filho e não tinha de onde tirar, ele muitas vezes vendia o produto escondido para outro patrão, e se o seu patrão ficava sabendo, mandava o jagunço buscá-lo e juntamente com ele ia no outro barracão, tomava o produto, pegava e amarrava no seringueiro que era morto, queimado junto com aquela produção. Isso aconteceu pelo menos até a década de trinta, só parou depois que chegou uma denúncia ao governo federal. Naquela época, para vocês terem uma idéia: uma denúncia para vir lá do rio Juruá e para chegar ao Rio de Janeiro demorava até dois anos. Até que finalmente o governo federal, naquela década de trinta, mandou uma expedição para vários rios da Amazônia e vários seringalistas que usavam desses métodos violentos foram presos; isso

diminuiu esta ação criminosa dos patrões, porém o sistema de escravidão continuou até a década de 60.

Em 1965, com o golpe militar, o General Castelo Branco acaba com o monopólio estatal da borracha e o Banco da Borracha fecha suas portas, e aí o que acontece? A maioria dos seringalistas da Amazônia que tinham altos débitos com este banco e que não tinham previsão nenhuma de que o banco ia fechar, caem todos em falência; o que o governo faz? O governo do Estado da Amazônia vem para o sul e faz uma grande propaganda dizendo que principalmente o Acre tinha terras fartas e baratas e que o povo era malandro, não produzia, e eles precisavam levar o progresso e o desenvolvimento para aquela região.

Em 1970, com o apoio dos incentivos fiscais da SUDAM, os fazendeiros do sul chegaram na Amazônia, no Acre. Por que primeiro no Acre? Porque no Acre tinha saído a rodovia 317 e para vocês terem uma idéia, de 70 até 75, os fazendeiros compraram com o apoio dos incentivos fiscais da SUDAM, na região do vale do Acre, seis milhões de hectares de terra. Nestas terras, moravam aproximadamente dez mil famílias de seringueiros que ali estavam há trinta, quarenta, cinquenta anos. O que os fazendeiros fazem? Levaram centenas de pistoleiros, jagunços e espalharam jagunços por toda aquela região, estas mil famílias de seringueiros tiveram seus barracos incendiados, seus animais foram mortos pelos jagunços, algumas mulheres que estavam grávidas, morreram queimadas nos barracos, como aconteceu no rio Xapuri, sob a responsabilidade do grupo Bordon, em 1972. Enfim, criou-se uma situação de medo, de terror e morte naquela região.

E aí, o por quê: o pessoal pegou a gente de corpo aberto, nós não tínhamos nenhum tipo de organização, não se tinha consciência do que fazer, e fomos dominados pelo pânico, pelo desespero e pelo medo. Estas dez mil famílias tiveram destinos muito diferentes, dos piores possíveis. Sessenta por cento aproximadamente foram para os seringais bolivianos, porque na Bolívia, a cem km de distância, têm os grandes seringais. As outras, quarenta por cento, decidiram tentar a vida na cidade, e a cidade de origem pela qual eles fizeram opção, foi pela cidade de Rio Branco. Em pouco tempo a cidade de Rio Branco se transforma numa cidade inchada, a periferia composta de seringueiros expulsos que chegaram sem nenhuma condição para arrumar trabalho na cidade, porque estas pessoas não sabiam nem ler nem escrever, despreparadas totalmente e mesmo na cidade não havia mercado de emprego. De repente a cidade de Rio Branco se transformou numa cidade de marginais, de assaltantes, de traficantes, tudo isso em decorrência, porque as pessoas vieram sem condição nenhuma e então se desesperaram. As mulheres, as filhas dos seringueiros tiveram que se

dedicar à prostituição para poder sobreviver; isso criou um clima hoje em Rio Branco, para quem quiser conhecê-la, é o espelho desta triste realidade.

E aí o que fazer? Neste momento, até 1975, na minha região são destruídas, pelo fogo e pelas motosserras, 180.000 árvores de seringueiras, 80.000 castanheiras, que é uma árvore de grande importância em produção e juntamente com as seringueiras foram destruídas mais de um milhão e duzentas mil madeiras de lei, de grande importância para a região. O pior é que todas estas árvores, essas riquezas foram destruídas pelo fogo e pelas motosserras, sem trazer nenhuma renda, nenhum proveito para a economia do Estado.

A partir daí, então, começa a resistência dos seringueiros que encurralados, de uma certa forma, vêm chegar o momento em que a igreja católica, preocupada com esta situação, inicia um trabalho de organização de base e começa um trabalho em defesa dos posseiros. A convite da igreja católica chega, em 1975, uma comissão mandada pela CONTAG e pelo Ministério do Trabalho, e como o vale do Acre era a área em que estava acontecendo o maior número de conflitos naquele momento, o pessoal resolve fundar o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia, porque ali era o quartel general dos conflitos e era onde se centralizavam os latifundiários que chegaram naquele momento. Nesse momento eu entro nesta luta, porque também, talvez, eu tenha sido o único seringueiro - voltando um pouco atrás na história -, eu tive a oportunidade de nos anos sessenta encontrar um exilado político, da Intentona de 35. Essa pessoa que foi presa na ilha de Fernando de Noronha, conseguiu fugir para a Bolívia e depois saiu corrido com medo, também, da resistência, quando houve um golpe militar na Bolívia, essa pessoa fez uma opção pela selva. E eu tive a oportunidade de ficar com esse companheiro que foi o maior professor de toda minha vida e foi a pessoa que realmente conseguiu colocar alguma coisa na minha cabeça, porque senão eu não teria nada na cabeça, que nem os outros companheiros naquela época. Foi isso que me possibilitou entrar exatamente no momento que estavam fundando o primeiro sindicato de Brasiléia.

Eu cheguei a me engajar já neste momento, porque já tinha experiência aprendida com esse companheiro da década de 30. Então acontece que mesmo com a criação do sindicato, os desmatamentos continuam, e todas as frentes de BR 317, compreendendo uma área de 300 km, entre Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, são devastadas durante cinco anos. Mas os seringueiros ainda ficam pelos fundos; aí o nosso papel era garantir a permanência desses companheiros que tinham ficado perto das margens da estrada. Começamos então a pensar de que forma nós

poderíamos lutar contra este criminoso desmatamento que estava causando o maior prejuízo para a economia do Estado e para toda região. Para vocês terem uma idéia, o município de Xapuri arrecadava, até 1970, dez milhões de cruzeiros de ICM por ano; esta renda caiu para três milhões de cruzeiros em 1975, isso em função do desmatamento. O comércio fechou as portas, porque não havia movimento, porque as grandes áreas se transformaram em grandes pastagens, de modo que os fazendeiros não precisavam de muita gente para trabalhar. A cidade chegou então a ficar quase em ruínas e aumentou mais o cinturão de miséria e desemprego. Nós tentamos por via legal, em 1975, barrar o desmatamento, ou seja, recorremos com advogados por via judicial, na tentativa de se impedir o desmatamento. Acontece que tanto a polícia, como os juizes eram comprados pelos latifundiários, então a voz que prevalecia era a do homem forte na região, os grandes fazendeiros.

Nós decidimos adotar outros critérios e resolvemos partir para o confronto; pela primeira vez em maio de 86 no município de Brasília nós nos reunimos em mutirões, em aproximadamente 160 homens e resolvemos fazer um empate de derrubada; o que significa um empate? O empate é uma forma que nós descobrimos, dos seringueiros se organizarem em mutirões e se deslocarem para os locais de desmatamento, se colocarem entre os peões e a floresta e desmobilizar seus acampamentos, dialogar com eles e forçá-los à retirada. Começam então os primeiros resultados para se evitar os desmatamentos, mas aí vem a outra história, os fazendeiros recorrem judicialmente à polícia e conseguem o apoio da justiça para garantir o desmatamento. Mesmo assim nós avaliamos que tínhamos que enfrentar a polícia. Mas enfrentar como? Armados? Não, porque achamos que: primeiro, nós não tínhamos força suficiente para resistir ao confronto armado com a polícia, e segundo: não era partir para o confronto, pois não tínhamos força para isso.

Resolvemos criar um movimento pacifista, aí acionamos mulheres e crianças para o movimento de paz.

Quando a polícia se deslocava para a área, a gente se deslocava também, com homens, mulheres e crianças em mutirões de cem, duzentas até trezentas pessoas que ficavam diante da polícia, e a polícia com todas suas metralhadoras e fuzis, refletia e finalmente em muitos momentos ela recuava, porque pensava duas vezes em atirar numa criança. Com tudo isso a gente criava um fato político, e quando se tratava de uma área muito deserta, se criava um impasse muito grande porque a gente ficava entre a polícia e o desmate e se levaria muitos dias para se ter uma solução; quando se tratava de uma área próxima à rodovia a polícia levava o caminhão e prendia todo mundo e a gente recebia como primeira merenda,

coice de fuzil; muitos companheiros tiveram dentes quebrados, foram torturados nesta lula, mas ninguém desistiu.

De 1977 até 1987, nós realizamos 45 movimentos de empate, tivemos 30 derrotas e 15 vitórias. Nestas 30 derrotas, nós tivemos centenas de prisões mas felizmente a gente conseguiu evitar derramamento de sangue. O único derramamento de sangue ocorreu no município de Brasília, com o movimento que era liderado pelo companheiro Wilson Pinheiro, quando ele foi assassinado em julho de 1980, na sede do sindicato. Logo mais tarde os trabalhadores responderam assassinando um fazendeiro da região pois após uma espera de sete dias, e como a polícia não deu conta dos assassinos de Wilson Pinheiro - e os trabalhadores sabiam quem eram os mandantes da morte de Wilson Pinheiro - resolveram fazer justiça com as suas próprias mãos. No momento em que os seringueiros resolveram novamente fazer justiça com as próprias mãos, a justiça foi acionada e nós tivemos 20 companheiros torturados, as unhas arrancadas, e eles passaram meses na prisão. Por conta disso, eu sentei no banco dos réus do tribunal militar em Manaus em 1981 e em 1984 voltei ao segundo julgamento, quando fui absolvido por falta de provas; nesse julgamento também o companheiro Lula foi acusado de participar do ato público em Brasília, em solidariedade ao companheiro morto.

Enfim, eu vou resumir um pouco do passado desta história, porque se fosse contar nos mínimos detalhes, a gente iria até o amanhecer do dia. Eu só quero colocar a partir de 1985 até o momento atual que chegamos.

Em 1985, o nosso movimento continuava ainda muito isolado, a gente não conseguia uma repercussão maior porque a imprensa, sempre, apesar de contar com jornalistas importantes que deram muita contribuição, sempre os donos da imprensa boicotavam a divulgação de nossa resistência, e foi só a partir de 1985 que surgiu na nossa cabeça a idéia de realizar o Encontro Nacional de Seringueiros em Brasília. Por que em Brasília? Porque nós entendemos que Brasília é o fórum das decisões a nível nacional e de repente as autoridades de Brasília, para muitos seringueiros, não existia mais, foi um bicho do passado. A Amazônia era um deserto desabitado, e a gente queria provar que isso não era verdade, e com o sucesso e o apoio do Ministério da Cultura, do Pró Memória e com o apoio financeiro de uma agência inglesa, nós conseguimos realizar com sucesso o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília. Nesse encontro participaram observadores tanto a nível internacional como nacional. E o que aconteceu a partir daí? Nós criamos uma entidade denominada Conselho Nacional dos Seringueiros. Porque até hoje, desde o século XIX, existe o Conselho da Borracha, e quem aparece como produtor de borracha neste conselho são os seringalistas, os patrões. Nós

queríamos provar ao governo que os verdadeiros produtores da borracha somos nós, os seringueiros. Daí a importância do Conselho Nacional dos Seringueiros. Com isso, nós conseguimos emplacar a nível internacional esta luta em defesa da Amazônia por que aí vinha também a questão ecológica, a questão ambiental.

Os observadores internacionais constataram que a nossa luta também, apesar de ser uma luta pela sobrevivência, em defesa da vida, tinha um caráter ecológico ambiental muito grande. Isto despertou a curiosidade dos ambientalistas internacionais e em janeiro de 1987, nós recebemos uma comitiva da ONU que foi aos seringais em Xapuri no Acre observar o nosso trabalho, o nosso movimento e resistência. E isso me levou a um convite, em março de 87 para Miami, quando pela primeira vez participei de uma reunião de banqueiros. Eu tive a coragem de denunciar as políticas dos bancos internacionais e principalmente as políticas de desenvolvimento para a Amazônia. Isto teve uma repercussão porque eu denunciei os projetos que o BID financiou para a Amazônia, que foi o projeto para o asfaltamento da BR 364, trecho Porto Velho-Rio Branco, e logo mais tarde a ONU resolve, através da UNEP, me homenagear com o prêmio *Global 500*, que me foi entregue no dia 6 de julho em Londres, no encontro com uma entidade ambientalista européia. E mais tarde a *Sociedade para um Mundo Melhor*, a convite de várias entidades norte-americanas, me premiou em 21 de setembro e eu recebi em Nova Iorque a medalha da *Sociedade para um Mundo Melhor*, juntamente com o representante das forças de paz da ONU e com o representante pela paz na Nicarágua.

Nesse momento nós chegamos a reconhecer que a luta dos seringueiros da Amazônia, a luta em defesa da Amazônia tinha criado uma dimensão internacional muito grande. E, ao mesmo tempo, nos entristecia porque enquanto eu recebia dois prêmios internacionais nos EUA e na Europa, no Brasil eu não era nem conhecido, ninguém nem tocava no meu nome ou na luta dos seringueiros. E foi aí que começou a nossa preocupação em fazer com que a sociedade brasileira também começasse a tomar consciência dessa luta, porque o que eu quero colocar para vocês é o seguinte: hoje, a luta em defesa da Amazônia não interessa só a nós, seringueiros e índios, mas é uma luta que interessa a toda a sociedade brasileira e ao mundo inteiro e a todo o planeta.

Nós, os seringueiros, não queremos transformar a Amazônia num santuário, o que nós não queremos é a Amazônia devastada. E aí se pergunta: qual é a proposta que vocês têm? E nós então começamos a discutir além da questão da luta contra o desmatamento, nós começamos a apresentar a proposta alternativa para a conservação da Amazônia. Estas

propostas se baseiam hoje na criação das reservas extrativistas. Os seringueiros não interessam e nem querem o título de propriedade, nós não queremos título nenhum e nem ser donos da terra, o que nós queremos é que a terra seja de domínio da União e de usufruto para os seringueiros, e dos habitantes da floresta. Nós apresentamos uma alternativa economicamente viável quando colocamos a questão de se priorizar os vários produtos extrativistas que existem na Amazônia e que hoje estão ameaçados e nunca foram levados a sério pela política do governo brasileiro.

Apesar de toda sua destruição a borracha ainda se apresenta como primeira alternativa econômica para a região; como prova disso, em 86, no Estado do Acre, a borracha foi responsável por 45% da arrecadação do ICM, enquanto a pecuária com todos os seus milhares de bois foi responsável apenas pela arrecadação de 5% do ICM.

Nós temos certeza que, com a criação das reservas extrativistas, a Amazônia num prazo de dez anos se transformará numa das regiões economicamente viáveis, tanto para o Brasil como para o mundo, porque nós temos ali riquezas escondidas que até hoje não foram comercializadas. Nós temos, por exemplo, vários produtos extrativos além da borracha: a castanha, o patuá, o assai, babaçu, copaíba, tucumã, e tantas outras variedades de produtos que eu não lembro no momento e que é possível transformar em produto, desde que o governo leve a sério criar uma política de comercialização destes produtos, e com o uso racional da terra. Para isso nós colocamos como proposta que cada seringueiro tenha como direito, num prazo de trinta anos, desmaiar 15 hectares de floresta virgem, porque nós temos certeza que em 15 hectares é possível cultivar outras culturas de grande importância para a região e sem devastar a terra.

O seringueiro durante séculos derrubou para plantar a cultura de subsistência, e nunca estragou a floresta amazônica. Para vocês terem uma idéia: o que os fazendeiros desmaiaram na década de 70, todos os seringueiros da Amazônia não desmaiaram em cem anos! Então nós sabemos cultivar a terra, basta que o governo nos dê condições e acate a proposta que hoje apresentamos como alternativa econômica para que a Amazônia se transforme numa região economicamente viável.

Voltando um pouco na história, se os seringueiros eram analfabetos, como se poderia organizar esses seringueiros para se chegar ao que chegamos hoje? Ora, nós sabíamos em 1980 - apesar de lodo este movimento que nós criamos - que seria muito difícil porque a pessoa sem saber ler e escrever fica difícil ela colocar na sua cabeça, criar uma consciência a curto prazo, ter uma consciência do seu dever de lutar em defesa dos seus interesses, porque foi exatamente isso que o patrão fez para que o seringueiro não se organizasse. O que nós fizemos? Começamos a

articular uma forma de criar um método de educação popular. No final de 1979 nós construímos uma escola no meio da mata e com o apoio de algumas entidades e de pessoas aqui de São Paulo, ligadas ao Paulo Freire, essas pessoas fizeram uma equipe, elaboramos uma cartilha denominada PORONGA. Mas por que PORONGA? Porque a PORONGA é um instrumento que os seringueiros usam para caminhar na selva à noite. É um instrumento que ele usa na cabeça, uma lamparina, um foco que tem um flande por detrás para proteger e com aquilo ele caminha durante a noite na selva. A cartilha, a PORONGA, seria mais uma luz que iria indicar os rumos da caminhada do seringueiro a partir daquele momento. Nós criamos com muita dificuldade a primeira escola, deu certo e as escolas foram se expandindo e, na medida que foram dando certo, o movimento começou a se fortalecer muito mais, porque a consciência dos companheiros começou a crescer muito mais rápido. A cartilha ensinava não só a ler e escrever, mas ela vai muito mais além. Ela ensina como se dá o ligamento do homem com a natureza, do amor que ele deve ter com a floresta, pela sua sobrevivência, a forma como ele deve descobrir alternativas para sua sobrevivência na selva e ensina ao mesmo tempo a lutar em defesa daquela **floresta**.

Então isto começou a dar certo e hoje nós temos 19 escolas em toda região. Os professores são pessoas escolhidas e preparadas pela própria comunidade. Os professores são seringueiros, porque as pessoas da cidade - não se adaptam nunca à realidade do seringal, e mesmo estas pessoas iriam colocar na cabeça dos alunos os mesmos métodos oficiais de ensino, e para nós não adiantaria nada. Daí o por quê desta cartilha e o por quê dessas pessoas serem preparadas. Elas são eleitas pelas comunidades, tem que ser pessoas comprometidas com a luta da comunidade, com a luta em defesa da floresta, com a luta em defesa da Amazônia, e com a luta pela organização da sua própria comunidade. Ela tem como função também contribuir para ajudar nas outras comunidades. Então foram formados os grupos e, entre as 19 escolas, temos mais de cinquenta lideranças preparadas, que por sua vez estão sendo enviadas para outras regiões para levar estas experiências para que este mesmo trabalho seja realizado em outras regiões da Amazônia. Bem, este é o trabalho que nós desenvolvemos até hoje.

Por outro lado, nós enfrentamos uma situação muito difícil: nos últimos tempos a UDR resolveu se estruturar também no Acre. Foi criada em Rio Branco, porque os fazendeiros resolveram se organizar para se contrapor ao nosso movimento. E hoje para que vocês tenham uma idéia, sobre o comando da UDR, vários pistoleiros estão sendo espalhados por toda região para tentar eliminar algumas de nossas lideranças.

Eu pelo menos fui vítima até hoje, a partir de 1977, de seis atentados; felizmente escapei de todos eles por incrível que pareça. Recentemente eles atacaram um acampamento nosso, no dia 26 de maio, e dois companheiros foram baleados; um seringueiro recebeu sete balaços e outro companheiro duas balas. Felizmente eles conseguiram sobreviver até hoje. A minha casa está sendo guarnecida por quatro seringueiros, onde dois permanecem até meia-noite e os outros dois até o amanhecer do dia. A sede do sindicato, diariamente está sendo cercada por pistoleiros; hoje mesmo recebi notícias de Xapuri de que esta noite vários pistoleiros tentaram invadir a sede do sindicato. Nós sofremos hoje uma pressão enorme da UDR, mas a UDR, há dois meses, numa reunião que fez, decidiu que a minha eliminação se daria em outra região do país, porque pra me matarem hoje ali daria um trabalho muito maior, daria uma repercussão muito grande. Só que este segredo vazou, e todos os companheiros estão sabendo disso, e em qualquer canto hoje do país que eu por acaso cair numa emboscada, todo mundo vai saber que esta emboscada veio a partir de Xapuri, a partir do Acre, então não adianta eles quererem nos enganar.

Recentemente temos mais de dez lideranças ameaçadas de morte, mas não tememos, porque nós sabemos que hoje, se eles matam um de nós, lemos cem, duzentas, trezentas lideranças para tocar o trabalho para a frente. Hoje não adianta mais a UDR querer matar o Chico Mendes ou um outro sindicalista lá do Acre porque hoje tem centenas, milhares de Chico Mendes e outros companheiros. Hoje eu estou aqui, tem outro companheiro na Alemanha que está dando uma palestra para os ecologistas da Alemanha. No ano passado eu fui muito estrela, é preciso que a gente jogue outros companheiros que tenham importância igual a mim ou até melhor, para que eles sejam reconhecidos também, porque se apareci ano passado e estou tentando esta campanha a nível de Brasil, tenho dezenas de outros companheiros que têm a mesma importância, só falta eles serem reconhecidos também.

O meu objetivo enfim é trazer uma mensagem no sentido de que na medida do possível vocês procurem sensibilizar outras pessoas nesta grande causa que nós defendemos, porque a questão da Amazônia, como já disse, é uma questão que interessa a todos os segmentos da sociedade brasileira. Todos nós somos brasileiros, o Acre não é outro país, o Acre é Brasil hoje, e ele é Brasil porque exatamente foi uma conquista dos próprios acreanos daquela época, é preciso que todos os brasileiros hoje se dêem as mãos para defender uma causa tão importante que é a defesa da Amazônia.

Nós sabemos que a Amazônia é hoje a cobiça dos latifundiários principalmente com a possibilidade do asfaltamento da estrada que tem saída para o Pacífico, que é um projeto, uma promessa do Sarney, que ele

fez em troca dos votos dos parlamentares do Acre para os cinco anos do mandato dele; ele pretende cumprir esta promessa de asfaltar a 364 e depois chegar até o Pacífico para possibilitar com isso a penetração do capital internacional e do capital latifundiário que pretende se estabelecer por toda a sua região. Esta é mais uma questão que nos preocupa. Precisamos acelerar muito mais rápido esta organização para que a gente não seja tragada mais hoje, mais amanhã, pelo peso político que o latifundiário tem para toda aquela região. Pra vocês terem uma idéia: no ano passado, mesmo com toda esta resistência, foram queimados na Amazônia vinte milhões de hectares de floresta. Vocês sabem o que significa vinte milhões de hectares de floresta? Isto compreende os Estados do Mato Grosso, Tocantins, Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Roraima. Isto significa que se isso continuar, daqui a dez anos, a Amazônia será um deserto. E se a Amazônia se transformar num deserto, nós vamos ter uma repercussão muito negativa tanto para o Brasil como para o mundo inteiro e para nós principalmente que estaremos ameaçados de genocídio.

Se continuar o desmatamento, se continuar se investindo nos incentivos e na criação de grupos agropecuários para a Amazônia, então o nosso futuro estará ameaçado. Eu acho que o futuro da Amazônia depende muito da organização da resistência da sociedade brasileira e principalmente dos trabalhadores brasileiros. E quando eu falo em trabalhadores não são só os seringueiros, nem os índios, mas também os estudantes, os professores, enfim todos os segmentos da sociedade brasileira. Uma outra coisa importante que esqueci de colocar pra vocês, também, e que fortaleceu muito a nossa luta, quando eu falei inicialmente que os seringueiros foram usados para o confronto contra os índios e que mataram milhares de índios, hoje esta mentalidade mudou, hoje existe uma aliança, hoje se acena com uma aliança com os Povos da Floresta que têm tido uma repercussão muito grande. O índio, apesar de ter sido massacrado pelo branco, começou a entender que o seu verdadeiro inimigo não é o seringueiro, mas são realmente os patrões e os latifundiários, e foi exatamente com esse pensamento que se acabou de selar a aliança dos Povos da Floresta, a aliança dos índios e seringueiros. Esta foi uma proposta encabeçada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela União da Nações Indígenas e infelizmente eu cheguei muito em cima da hora hoje, porque se eu tivesse chegado antes, eu gostaria que tivessem convidado o companheiro Ailton Krenack, que é um dos companheiros que foi um dos cabeças deste movimento de aliança dos povos da floresta. É uma aliança que tem fortalecido muito esta questão da pressão aos bancos internacionais, principalmente para a Amazônia.

No momento era isso que eu tinha pra colocar pra vocês.

O Seringueiro*

Raimundo de Barros

"A luta dos seringueiros é para poder permanecer na Floresta. Para isso estamos dispostos a dar a nossa vida.

A Floresta Amazônica é nossa segunda mãe. Dela tiramos a nossa sobrevivência e também a sobrevivência de parte do Brasil e do mundo. Para nós, uma das coisas mais bonitas é quando acordamos de madrugada, nas noites de lua, deitados nas redes armadas nas salas de nossas casas, que são cobertas de palha, e a gente ouve o canto da coruja e o piado dos macacos que estão na floresta perto de nossa casa.

Uma das maiores belezas é também os banhos que nós e nossos filhos tomamos nos rios da floresta.

E como é gostosa a carne da caça preparada com o leite das castanhas."

Eu gostaria de pedir a vocês que o erro de algumas palavras da gente fosse ignorado, pois eu e os outros companheiros aprendemos não foi no banco de escolas, mas foi no dia-a-dia da vida de trabalho, de perseguição. Vocês não de perguntar quem era o Chico e quem é o Raimundo e quem

Palestra pronunciada por Raimundo de Barros (seringueiro e vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Xapuri), em 28.04.89. O Comitê de Apoio aos Povos da Floresta, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção São Paulo e a Diretoria Executiva da AGB promoveram a vinda de Raimundo de Barros, que estava em São Paulo, a convite da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, para pronunciar uma palestra no dia 28.04.89, no Anfiteatro do Departamento de Geografia da USP.

são os outros companheiros que certamente vocês irão ter oportunidade de encontrar e ouvir, também deles, os seus depoimentos.

Nós somos camponeses, que nascemos e crescemos na Floresta Amazônica, descendentes de nordestinos, tangidos pela seca. Nossos pais chegaram naquela região ainda crianças e foram trabalhar na exploração da borracha, na fabricação de borracha ou na quebra da castanha. Nessa época, a relação de trabalho do seringueiro era diferente da de hoje. Naquela época o seringueiro era obrigado a fazer a borracha e quebrar a castanha e vender para uma determinada pessoa, que era o chamado patrão, que tinha lá um barracão com os animais, que entrando nas caminhadas da mata a fora, ia encontrando as colocações e ia ali apanhando a borracha que os seringueiros tinham feito e deixando as mercadorias numa completa condição de exploração, pagando sempre pela borracha um preço muito baixo e vendendo a mercadoria por um preço muito alto. Além disso, a balança do patrão já tirava uma parte do peso. Eles ganhavam não só no preço da borracha, mas também no peso. Ganhavam no preço da mercadoria e no peso da mercadoria. Isso levou os seringueiros a sempre viverem endividados com os patrões. Esses mesmos patrões nunca tiveram interesse de levar escola, saúde e outras coisas para os seringueiros. Tem mais de cem anos de vida de trabalho nesse esquema. Se conhece como produtor da borracha o patrão que nunca fez sequer um quilo. Quem são os verdadeiros produtores de borracha e de castanha e dos outros produtos da Floresta Amazônica são realmente os seringueiros e os castanheiros, e não o patrão. Patrão era e continua sendo única e exclusivamente um explorador, que lucra com o trabalho nosso. Mas é a partir de 70 que começou a chegar uma figura diferente que foi o latifúndio. Se na época do patrão a coisa já era amarga, depois que o latifúndio chegou, aí ficou pior, porque em várias regiões deixou de existir o patrão que ainda era uma garantia da vinda da mercadoria para a colocação dos seringueiros e a tirada da borracha para a cidade.

O fazendeiro chegou na região graças ao apoio que os governos daquela época, já da ditadura militar, deram. O latifundiário se achou no direito de - comprando as benfeitorias do patrão - dizer que tinha comprado tudo que tinha naquela floresta, a nossa colocação e quem sabe até nós.

A colocação de seringa é um trecho dentro da floresta, que um seringueiro ou uma família ocupam. Onde ele constrói sua casa coberta de palha, de aricuri, de jarina, de obim ou de jaci. Os caibros da casa são tirados também da floresta, árvores finas que fazem os caibros para atrelar a palha que é segura com uma viga também tirada da floresta que é o tauarim. Os esteiques são de madeiras mais grossas, madeiras que têm

âmago e que têm durabilidade no chão, por dez ou quinze anos. O assoalho é trabalhado com a pachuba que é retirada também da floresta.

Nós trabalhamos com dois tipos de pachuba, uma em ripa e outra batida, quer dizer, quando nós queremos fazer uma casa assoalhada com ripa, a gente faz a ripa; quando a gente quer com pachuba batida a gente bate a pachuba e assoalha batido. Então ali é a residência, a dormida do seringueiro, é ali que ele fica com a sua família; é ali ao redor que ele cria um descampado onde ele tem as suas galinhas, tem seus porcos, onde tem o pasto, a sua criação de ovelha, seu cavalo, seu burro. A grande maioria de nossos companheiros também tem na clareira suas cinco, seis cabeças de gado.

Mais adiante, saindo dessa clareira, entram os caminhos por dentro da floresta, por onde vão se encontrando as seringueiras e as castanheiras, e a gente vai juntando elas através de um pique que depois nós roçamos e fazemos um caminho mais largo que chamamos de Estrada de Seringa. A Estrada de Seringa faz muita volta dentro da floresta, até desembocar onde começou. Uma colocação tem sempre em média de seis a nove estradas. Tem colocação que tem até dezoito estradas, dependendo do tamanho do espaço que ocupa. Um seringueiro que têm uma família já grande ocupa uma colocação grande e todo mundo da família corta. Cada seringueiro corta três estradas de seringa, que tem em média 120 a 150 árvores que se diferenciam: uma árvore é mais fina, outra é mais grossa. As árvores têm uma bandeira de um lado, que é um espaço que a gente faz na árvore de um palmo, um palmo e meio, e o resto a gente deixa livre, que é pra quando essa arriação - o risco que o seringueiro vai dando - encostar no chão, o outro lado estará livre para a gente fazer a outra arriação. Enquanto esse lado que a gente riscou se recupera - no decorrer de dois ou três anos ele sara tudo - a gente termina a bandeira do outro lado e então volta-se de novo para cortar onde já cortou há três anos atrás. E assim se faz uma colocação de seringas.

Dentro da colocação, nós temos outras clareiras mais adiante da casa, onde se faz um roçado, onde se planta o arroz, o milho, a mandioca, a batata, banana, mamão. Um seringal tem de 20, 30, 40, 50, 60 colocações, quer dizer, ocupa um espaço bem grande dentro da floresta. Existem milhares de seringais dentro da Floresta Amazônica.

Então na década de 70 surge o fazendeiro. Chegou na região incentivado, como a gente já disse, pelos governos, e começa a dizer que tinha comprado aquela terra, e que o objetivo deles não era tocar seringa e nem castanha mas sim criar gado. E diziam: "Este negócio de borracha não nos interessa e vocês têm que escolher uma das duas: ou vão embora, ou então vão trabalhar com a gente para desmatar". Num primeiro momento,

vários companheiros se desestimularam e saíram para a cidade e até alguns deles foram trabalhar no desmatamento. Mas a grande maioria dizia: "Vou para a cidade fazer o quê? Eu não tenho saber. A gente vê na cidade mesmo os que sabem ler e escrever, que têm condição de arrumar um emprego, não têm emprego; outros que são empregados ganham um salário de fome, que não dá para sobreviver, e nós vamos fazer na cidade o quê?"

Então se ficou dentro da floresta e começou a aparecer o marreteiro, que é uma pessoa que ia com os animais da cidade para dentro do seringal, comprando o produto dos seringueiros: a borracha e a castanha, e vendendo mercadoria para eles. Enquanto isso o fazendeiro deu continuidade às suas ações de amedrontar os seringueiros, de criar empecilho para os marreteiros entrarem, porque o objetivo dele é justamente que a gente ficasse sem comercializar o produto e sem comprar mercadoria, porque é uma forma de expulsar. Só que a gente deu apoio ao marreteiro para que continuasse o seu trabalho e os fazendeiros começaram a usar outro método de intimidação mais clara: "Vocês vão embora porque isso daqui é meu". Começaram também a trazer o jagunço trepado em cavalo, andando com dois revólveres na cintura, chicote na mão, chicoteando alguns companheiros nossos e recebendo inclusive apoio da própria polícia.

Os casos de agressões que aconteciam com nossos companheiros que vinham denunciar na cidade, não eram tomadas providências, então já começava a existir uma conivência das autoridades com o fazendeiro. Foi nesse momento que começamos a descobrir, através de alguns documentos que a igreja passou sobre a questão da posse da terra, que eles não podiam tirar a gente assim pois quem mora um ano e um dia na terra e não tem outra terra, não é proprietário de terra nenhuma em outro campo, e que dali sobrevive com a sua família, tem o direito de posse, e só sairá da sua posse quando o interessado indenizar suas benfeitorias, e também o seu direito de posse.

Dentro desses pequenos conhecimentos que a gente começou a tomar, começamos a saber que existia uma forma da gente se organizar, que era em sindicato. E aí começamos a lutar para que fosse criado um sindicato mesmo, para fazer reunião com os companheiros dentro do seringal e discutindo junto com eles, começamos a ter mais informação, de uma pessoa inclusive que saiu daqui de São Paulo, o João Maria, enviado pela CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - para incentivar a criar os sindicatos na região.

Foi a partir da criação dos sindicatos que a gente começou a se organizar melhor, e a partir daí a gente implantou, criado mesmo por nós, sem ninguém ensinar, sem ter nada escrito em papel nenhum, o empate.

Quer dizer, o pessoal está desmaiando, já muitos companheiros foram expulsos, muitas estradas, muitas colocações já foram desmaiadas, muita caça já foi desterrada daqui para outros lugares, muitos morreram no fogo, e o que fazer? Então adotamos o empate que, eu tenho certeza, o Chico passou informação do que é, de uma forma muito clara. Então a luta teve continuidade e veio vindo o processo de organização e o processo de empate, daí começaram a surgir as ameaças contra os companheiros. Em 80, o nosso companheiro no município de Brasília, que era o Wilson Pinheiro, foi assassinado pelos latifundiários. Outros companheiros começaram a ser assassinados na nossa região como foi o caso do Raimundo Calado - acho que em 82 - no município de Rio Branco, assassinado pela própria polícia, paga pelos fazendeiros. Surgiram ameaças e pressões de toda ordem, mas a gente continuou lutando. Na época em que o nosso companheiro foi assassinado, já tinham sido criados mais ou menos cinco sindicatos na região, todos vivendo um processo de bastante intensidade de trabalho e empate, e de posições firmes contra as ações do latifúndio.

Mas com a morte do nosso companheiro os sindicatos tiveram certo recuo, porque logo que nosso companheiro foi assassinado, sete dias depois, os companheiros pegaram e assassinaram um administrador de uma fazenda, com nome de Milão, e isso valeu uma repressão muito violenta em cima dos nossos companheiros, não só na área de Brasília, mas também de Xapuri e dos outros municípios. Mesmo assim, três, quatro anos depois, o movimento se recuperou em alguns municípios, inclusive o de Xapuri. A gente passou também a discutir não só mais a questão do empate, a questão do direito à posse da terra, mas também outras coisas que seria levar a educação, a saúde para o seringueiro. E a gente começou a trabalhar com isso, a discutir, e fomos começando a criar nossas primeiras escolas. Como a gente criou nossas primeiras escolas? Companheiros nossos lá dentro da floresta, que tinham tido a oportunidade de, ensinados por alguma pessoa, ter aprendido um pouco a ler e a escrever, eram escolhidos na comunidade como monitores e a escola era construída pelos próprios seringueiros. Casinha de palha, soalho de pachuba, no mesmo esquema de sua casa de morada. E fomos criando as primeiras escolas. Em seguida a gente passou a discutir a saúde, e fomos implantando também os primeiros postos de saúde, no mesmo esquema das escolas.

Enquanto isso o sindicato já tinha ganho bastante força, já tinha um pouco de apoio de determinadas pessoas da cidade, não só da nossa, mas também da capital, e se começava a ter um relacionamento com outras pessoas e a gente conseguia a contratação dos monitores e dos agentes de

saúde. Foi dentro de todo esse trabalho que o latifúndio achou que deveria aumentar a sua pressão e perseguição até o assassinato do nosso companheiro Chico Mendes agora, em 88, no dia 22 de dezembro. Antes da morte do nosso companheiro as ameaças intensivas, as tocaias para assassinar não só o Chico, mas a gente também, foram muito denunciadas. A gente várias vezes foi à Secretaria de Segurança Pública, à Polícia Federal, fizemos várias reuniões com o Governo do Estado, várias visitas à imprensa denunciando, na tentativa de ver se conseguia evitar, que o nosso companheiro fosse assassinado, mas como todo esse recrudescimento do latifúndio tinha, e continua tendo relações muito próximas com o aparato do Estado, então não se conseguiu de forma nenhuma evitar. A prova é que no dia que o nosso companheiro foi assassinado, ele estava com dois policiais sentados na sua mesa. Esses policiais não tiveram coragem de vasculhar o quintal da casa do companheiro, para o companheiro descer e tomar o seu banho. Isso demonstra mais cumplicidade do aparato de Estado. Na hora que eles escutaram, na hora que foi detonado o tiro em nosso companheiro, eles no lugar de correr, quem sabe até para amparar o companheiro, ou então para perseguir os bandidos (já que estavam dois policiais armados de revólver), o que eles fizeram foi correr pra sala, saltaram pela janela e correram para o quartel, dizem que buscar metralhadora. Quer dizer, isso nos deixa hoje claro que eles estavam também sabendo do que ia acontecer. Eles estavam também articulados, só dá para se entender dessa forma.

Hoje na nossa região a situação não é diferente da situação antes do Chico morrer. Não é diferente. A tensão é muito grande, a presença de pistoleiros e freqüente na nossa cidade, não mais todos os que circulavam antes, parte deles se afastaram, devem ter ido para outras fazendas, e vêm elementos de outras fazendas que não são conhecidos ainda, mas que a gente nota a presença de pessoas estranhas acompanhadas de elementos que antes já eram ligados a eles, inclusive com um esquema bem diferente, com pessoas de uma aparência mais tática, a gente nota que os caras são mais sofisticados, são muito mais bem preparados.

As ameaças continuam, as ameaças de morte hoje pairam sobre mim, Gumercino, Osmarino, Júlio - que é o presidente que assumiu o lugar do Chico -, Padre Gilson, um companheiro vereador, Júlio também, o Júlio Micásio, todas essas pessoas hoje estão sobre a mira de a qualquer momento morrerem também.

Eu encerro por aqui a minha exposição, e me coloco à disposição para responder as perguntas de vocês.

P. - Qual tem sido o papel da UDR na região?

R. - Bem, o papel da UDR na morte do Chico... olha, o que nós percebemos, e isso é uma coisa clara, verdadeira, o papel dela é justamente arrecadar recursos, e passar para os articuladores da jagunçada da região, e também, sem dúvida nenhuma, treinar. Esses recursos servem para pagar pistoleiros para assassinar os companheiros e sem dúvida nenhuma também para comprar armas, munição, e pagar pessoas também para treinar os pistoleiros. Isso é, eu não tenho dúvida, um dos papéis da UDR, não só na nossa região, mas hoje, na região do campo mesmo, no Brasil. O papel dela é justamente manter o banditismo através de recursos financeiros, com elementos altamente preparados, certamente deve ter hoje dentro da UDR elementos que passaram até por escolas muito sofisticadas do nosso país, autoridades que estão também contribuindo para o treinamento militar dessa entidade assassina. Essa é uma das coisas, ou das muitas coisas que a UDR exerce claramente na nossa região e no campo brasileiro.

P. - A luta de vocês está no fogo cruzado da questão da propriedade no Brasil. Vocês são homens de trabalho e têm uma organização sindical. No entanto, a luta de vocês está sendo passada como uma bandeira da questão ecológica. Como é que vocês se sentem nisso?

R. - Eu acredito que hoje o nosso trabalho tem um apoio e uma repercussão não só a nível nacional, mas a nível internacional, justamente porque aí entra a questão ecológica. Eu digo que os melhores ecologistas hoje, no Brasil, são realmente os trabalhadores da floresta, os seringueiros, o castanheiro, o baçueiro, o índio, esses são os melhores ecologistas, porque são pessoas que defendem a ecologia trabalhando lá dentro na prática mesmo. Nós somos o povo que luta para defender esse verde, usando esse verde de forma a não destruí-lo, não só trazendo um produto para atender às nossas necessidades, mas também às necessidades da grande população que está dentro deste país e até no exterior, como é o caso da castanha, que é abundante na nossa região e na região do Pará e que bem pouco é usada aqui no Brasil. É um produto tão rico, de uma importância tão grande que vai todo para os países capitalistas, quase todos esses produtos vão para lá. Então, eu acho que a questão da ecologia entrou junto com o movimento sindical, dado justamente pela existência do movimento sindical. Foi através do sindicato que a gente conseguiu se organizar e tomar conhecimento de determinados direitos que a gente tem e a partir daí juntou o movimento, o trabalho sindical com a defesa

ecológica. Se fosse só pelo movimento sindical, eu acredito que a nossa luta não teria tanta repercussão, como está tendo hoje.

P. - Você é um vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores na região de Xapuri. De que maneira está sendo a luta dos seringueiros junto ao parlamento, junto a essa representação que você tem na Câmara dos Vereadores?

R. - Um dos parlamentos mais pobres nesse Brasil é o de Xapuri. Falta equipamento, estrutura. Na câmara de vereadores, nós somos nove vereadores, só tem um telefone. Os vereadores não têm gabinete, não têm nem uma assessoria. Nós fomos eleitos pela vontade dos companheiros, pelo trabalho que a gente vem desenvolvendo na região. Ganhamos hoje como vereador um salário de Cz\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzados), isso até agora o final deste mês. Só a partir desse mês (maio de 1989) é que passou a ser de Cz\$ 377,00. O papel hoje nosso de vereador, com o trabalho de organização de base junto aos nossos companheiros, se dá da seguinte forma: no parlamento nós denunciemos o que está acontecendo com nossos companheiros, o que tá acontecendo com a gente mesmo. Chamamos a atenção, não só dos outros vereadores, mas da administração do município. Ao sair dessa tribuna, nós vamos diretamente para dentro da floresta.

Nós temos seis dias para que haja outra reunião da Câmara, que é um dia só por semana. No decorrer desses seis dias, nós ficamos na floresta reunidos junto com os companheiros, e passando aquilo que a gente debateu na Câmara, pedindo posicionamento firme da parte deles. Nas sessões sempre nós os trazemos: companheiros que viajam um dia pra vir participar de uma sessão, pra ver realmente o que nós estamos fazendo lá dentro. Isso vem trazendo uma crise muito grande para os outros vereadores de outros partidos. Tem 4 vereadores do PMDB, inclusive 3 deles estão claramente identificados, são também cúmplices na articulação do assassinato do companheiro Chico Mendes e na trama do meu assassinato e dos outros companheiros. Hoje eles já têm muita consciência que a gente tem certeza disso. Tem dois do PDS, que também fazem o jogo deles. A própria administração está em crise também, está brigando - o prefeito com os assessores, porque estavam tentando ver se conseguiam dar continuidade a um trabalho que tinham na administração passada, com um outro prefeito do PMDB. Mas eles não estão conseguindo mais se entender, porque tem um grupo que já está consciente, começou a tomar consciência de que eles estão num caminho errado e estão querendo abrir, os outros estão pressionando. Então, há uma crise

tremenda no meio deles. E tudo indica que se não for feita uma grande violência contra nós, que retire a nossa voz do meio dos companheiros, nas próximas eleições os trabalhadores serão a administração, não só no município, como terão a maioria também no parlamento da casa.

P. - Se de fato há uma convivência entre a UDR e o aparato policial, o aparato do Estado, se é um fato concreto, se acontece mesmo, de que forma acontece?

R. - É um fato concreto. Como prova disso o próprio ex-delegado de polícia que é filho do município, fazia reunião com o Darli, o Alvarino e o Mora. O escrivão de polícia era irmão do Darli e do Alvarino, e eles faziam reunião juntos. Depois da morte do Chico, esse delegado ainda se reuniu na casa do apoiador desse grupo. Eles se reuniram, esse delegado e ex-prefeito da cidade, e outros lacaios, junto com o Alvarino e os 3 bandidos que estão foragidos com ele. A reunião foi realizada para eles tentarem arrumar uma forma do Alvarino se sair dessa. Se fugia da região para uma outra região, ou se permanecia na região. Inclusive a gente teve informações concretas de que **aqueles** dias que ele estava na floresta, com os elementos dele, ele estava com uma grande enfermidade que já tinha criado bicho, e que ele passou 5 dias na casa desse coitero deles pra fazer tratamento. A própria atitude da polícia federal, quando recebeu o mandato de prisão que veio do Paraná, recebeu e passou com ele 16 dias engavetado, para poder encaminhar para o juiz da Comarca de Xapuri, demonstra de forma clara a participação, a articulação que tem entre o grupo de bandido e a própria polícia. E vamos colocar policial para fazer a guarnição do Osmarino do mesmo nível dos que estavam fazendo a segurança do Chico? Quer dizer, umas armas e munição que não deram fogo. Infelizmente o nosso companheiro aceitou essa segurança. Já começou a desconfiar que a própria segurança está tramando a morte dele.

P. - Como se dá a dissociação das colocações e da propriedade e também a discussão relativa ao filme sobre o Chico Mendes?

R. - O seringueiro, pela sua origem, já é uma pessoa que não tem interesse em ser proprietário. O interesse do seringueiro é ter a terra, ter a seringa, ter a castanha, ter tudo aquilo lá na floresta para a sobrevivência dele. Ele já tem uma vida comunitária, um relacionamento pode-se até dizer socialista junto com os companheiros seus, e ele não se apega à propriedade da colocação.

Na nossa proposta de criação de reserva extrativista, nós não reivindicamos a propriedade do Estado, ou da nação, e o direito de usufruto para os seringueiros, levando-se para as reservas a estrutura que é necessária e que o seringueiro até hoje não teve: a escola, a saúde, o meio de comercializar os produtos. As colocações são trabalhadas na medida do tamanho da família. Uma família menor ocupa uma colocação menor e uma maior ocupa uma colocação maior. O que divide uma colocação da outra é a própria estrada de seringa, onde ela termina, ali termina a colocação. Vamos dizer, termina a minha colocação e começa a colocação do outro companheiro, porque a estrada dele vem e encosta ou passa perto da minha, então não existe pique dentro da floresta, demarcação de colocação não. Elas são demarcadas pela própria distância em que a estrada vai e começa a do outro companheiro, tanto que muitas das vezes, uma estrada de seringa de um companheiro vem por dentro da floresta e passa por dentro da estrada de seringa da gente, e a da gente passa por dentro da dele. Mas se quando eu abri essa estrada, já passei, eu saí da estrada de seringa de um companheiro e tive que passar por 10 árvores de seringueira, para começar o pique de novo para pegar outras árvores para fazer, fechar o círculo da onde eu comecei, então, enquanto eu estiver lá, eu respeito aquela seringueira do companheiro, ou do seringueiro que vier. Eu já tenho o direito e a necessidade de dizer: "Essa estrada passa por dentro da estrada do companheiro". São 10 seringueiras que são estradas dele, então essa outra família que vem, já respeita do mesmo jeito que eu respeitava.

Ate o momento já apareceram 15 propostas de interesseiros que querem fazer um filme de ficção sobre a vida que o Chico levou, o trabalho que ele fez. Nove já retiraram suas propostas, agora tem seis. Agora não é mais o sindicato quem está discutindo com eles, nem o conselho, é a própria assessoria jurídica que está trabalhando com eles.

Então vamos ver quem é o que vai ser sorteado dos seis, porque vai ser só um que vai trabalhar no filme. Agora uma coisa a gente deixa clara aqui que e uma posição nossa, nós não queremos um filme só trabalhado por americanos, ou por alemães, nós queremos um filme onde tenha a participação também dos artistas brasileiros, e que seja 50%. Do pessoal que for trabalhar nesse filme seja 50%. E também não queremos um filme que mostre um Chico que foi vivo, fez um trabalho, e depois morreu. Nós queremos que seja um filme onde mostre um Chico que viveu num trabalho que ele iniciou junto com seus companheiros, que a sua matéria se separou do meio de nós mas o seu trabalho continua nos companheiros. Para fazer um filme do Chico mostrando um Chico que

viveu, fez um trabalho e depois morreu, para nós é uma forma de matar o Chico Mendes e matar a luta que o Chico desempenhou junto conosco.

P. - A expansão do latifúndio expulsou os seringueiros para a cidade. E hoje a nova geração também migra para a cidade?

R. - De 5 anos pra cá, a migração do campo pra cidade diminuiu 80%. No início a migração foi muito grande mesmo, as cidades incharam. A cidade de Rio Branco é hoje uma grande favela e se você vai nos bairros, parece que foram 30,40 bairros que nasceram de 70 pra cá; 80% é de seringueiros que vieram da floresta. Nos municípios a gente vê também uma presença bastante grande de seringueiros. Mas hoje, praticamente bem poucos seringueiros deixam a floresta para vir para cidade, isso porque eles acreditam no apoio que estão tendo hoje, o próprio latifúndio hoje não tem o atrevimento de chegar lá e expulsar eles da colocação como expulsavam antes, quando ele saía de lá só com o saco de roupa.

É bastante contundente a impunidade dos elementos, só que isso não tem surtido efeito, não pode se negar isso. Hoje o que nós achamos, o que o sindicato e o conselho acham, é que é necessário aumentar a pressão, dessa feita agora, dentro do próprio Brasil, já que eles estão encarando a pressão que vem do Exterior como uma interferência estrangeira nos assuntos internos. Eles têm feito inclusive até chantagem barata, eles têm feito comédia, inclusive constrangendo, dizendo que a Amazônia está sendo internacionalizada graças a ajuda desses gringos, esses apoios aos movimentos, o que é uma grande mentira é um verdadeiro descaramento do pessoal, porque a Amazônia vem sendo invadida, vem sendo saqueada desde 1964, quando os militares assaltaram o poder no nosso país e começaram a entregar a Amazônia para as multinacionais, entre elas a Volkswagen, a Coca-Cola. O projeto Jari é um exemplo, de uma verdadeira imoralidade dentro da Amazônia, é uma verdadeira agressão não só à natureza, mas também aos povos que ali existem. Contra isso eles não tomam providências, e nem tampouco estão preocupados com isso.

Agora, eles se preocupam com o nosso movimento porque o nosso movimento é de cunho, de uma envergadura em defesa da causa do nosso povo, em defesa da sobrevivência do nosso povo, em defesa da sobrevivência, da vida, de todos os animais que estão dentro da floresta, dos nossos rios, da própria floresta; e isso implica nesses grupos devastadores não avançarem. Essa é a preocupação que eles estão tendo.

Concluindo, o que temos a fazer agora é intensificar esses contatos que a gente começou a fazer e cobrar, pedir encarecidamente a todos os setores da sociedade, aqui dentro do nosso país, para intensificar as

denúncias, de imprensa falada, escrita, televisada e encaminhar telegramas cobrando realmente não só do governo do Estado, mas do governo Federal, e começar uma articulação maior, se possível, fazer uma paralisação simbólica por um dia, em protesto contra a impunidade não só da morte do nosso companheiro, mas das mortes de todos os companheiros que já se deram nesse país.

Vai ser por aí que a gente realmente vai ter não mais o rabo só da cobra, mas vai ter o corpo e a cabeça da cobra, porque até hoje o que está se vendo é que nos assassinatos - do companheiro Chico e dos outros companheiros que foram tombados nesse país - apareceram só os que disparam e alguns dos que encaminham eles para os seus locais de fazer disparos; os que articulam, os que ajudam a fazer a cota financeira, até o momento não apareceram. Os políticos que estão aí também defendendo essas ações, que tem muito hoje em dia em nosso país, também ainda não apareceram e precisam aparecer. Só com uma ação de muita envergadura vai ser possível se ver não só o rabo da cobra, mas o corpo e a cabeça também.

P. - Qual a situação do seringueiro brasileiro na Bolívia: econômica, social e os problemas são os mesmos? Que tipo de relação, que tipo de contato existe entre os seringueiros do Acre e do resto da Amazônia?

R. - Hoje nós temos nada mais, nada menos do que 30 a 40 mil seringueiros brasileiros trabalhando dentro da Bolívia. Na sua grande maioria foram expulsos pelo latifúndio, outros atravessaram antes, porque existia na Bolívia uma propaganda muito grande de que lá a seringa linha rios de leite e que era possível os seringueiros ganharem muito dinheiro. A propaganda que foi feita dizia que na Amazônia se juntava dinheiro com cambito. Cambito é um instrumento que nós usamos lá na floresta, tirado da própria floresta para a gente fazer um ciscador de folha, puxador de cipó, puxador de graveto, também pra pegar as outras arvorezinhas quando a gente está fazendo a limpeza do roçado, a limpeza dos caminhos, a fim de que a gente não pegue com a mão para evitar que uma cobra morda.

Diziam lá no norte que, na Amazônia, se juntava dinheiro com cambito e isso fez com que em muitos nordestinos despertassem o interesse de vir para a Amazônia pra ganhar dinheiro.

Quando chegaram aqui a fortuna que encontraram foi a exploração do patrão em cima deles. Até aconteceu de companheiros que conseguiram tirar saldo, trabalhando muito, e os patrões eram tão cruéis naquela época

que o pagamento que faziam era mandar os seus capatazes tocaiar ele no caminho - no dia que ficavam sabendo que ele ia chegar no barracão pra receber o saldo - e matá-lo e ele nunca mais voltava a sua terra. Isso aconteceu muito.

Outros inventavam uma tal de brincadeira no barracão. O seringueiro era o cachorro e o patrão era a onça. E pegava aquela brincadeira, uma cachacinha e tal, e depois o patrão ficava de quatro pés, urrando e o seringueiro de quatro pés, latindo. Até que ele com o revólver enfiado na cintura, quando se enfezava mesmo, porque a onça se enfezava mesmo pra pegar o cachorro, ele virava e atirava no cachorro que era o seringueiro e matava. E era dessa forma que eram feitos os pagamentos aos companheiros. Isso foi verdadeiro, inclusive existem pessoas que ainda hoje na Amazônia contam esses acontecimentos.

Outros companheiros que foram colocados em árvores, amarrados em árvores e colocado num bolão de cernambi (que é a borra da borracha tirada da seringueira) e tocado fogo até morrer queimado.

Então os nossos companheiros atravessaram pra Bolívia, iludidos muitos deles, iludidos nesse rio de leite, nessa forma fácil de ganhar dinheiro lá, e uma vez chegando lá se endividaram e não tiveram mais condições de voltar para o Brasil. E quando o latifúndio chegou, e começaram as expulsões, mais da metade desses companheiros fugiram e foram para dentro da Bolívia e a situação deles hoje é de extrema escravidão. Além de serem explorados na comercialização da borracha, na compra de mercadoria, eles são submetidos a pagar uma porcentagem para o boliviano. Muitas vezes eles pagam duas, três vezes, porque aparecem uns fiscais que cobram, depois vem outros atrás cobrando também. E eles dizem "eu já paguei pro seu fulano de tal que passou aqui" e ele "não tem nada de fiscal do governo boliviano, ele é um pilantra que anda por aí, e então se você já pagou pra ele, perdeu o teu dinheiro, paga pra mim". E isso acontece muitas vezes de passar de três. E então eles vivem em extrema situação de exploração e até de miséria. Esses seringueiros não só foram do Acre, como foram do Estado de Rondônia onde a devastação está bem maior.

P. - Que tipo de resposta os seringueiros estão procurando face ao clima de violência? Há notícias de carregamento de armas que vieram da Bolívia e que consta de recente relatório da ação pela anistia do Rio de Janeiro. São armas que foram adquiridas no mercado negro internacional de armas, de procedência belga, israelense, armamento convencional pesado está atravessando a fronteira da Bolívia entre Torrilo e Brasiléia.

Como fica essa questão da violência no campo, que está crescente, estamos inclusive em época de seca, época em que os desmatamentos se acentuam. Que tipo de resposta os seringueiros têm e como fica essa questão do armamento pesado?

R. - Primeiro, a questão da segurança. A segurança da gente hoje tem que caçar um jeito pra gente continuar vivo e esse jeito a gente está tentando botar em prática e arrumar mais outro jeito. A única forma que a gente encontrou até o momento foi de companheiros nossos do seringal estarem sempre junto conosco, serem os nossos vigias no decorrer do dia, quando a gente circula na cidade, quando a gente se desloca para floresta, os companheiros estão ali junto com a gente, e à noite nós não nos atrevemos mais a sair na cidade. Quando chega a noite nós entramos dentro da nossa casa, porta fechada e os companheiros se mantêm em vigilância. Agora é bom que diga pra vocês que nós até o momento não conseguimos ter a liberdade de termos os nossos companheiros armados. Agora dentro da nossa casa, da casa dos companheiros que estão ameaçados a gente tem a espingarda da gente. Espingarda de caça, porque se a gente for atacado, a gente tem que responder mesmo. Então esse está sendo o jeito de segurança da gente.

Inclusive a gente se sente hoje numa situação de extrema prisão. Quer dizer, acabou-se aquela liberdade que a gente tinha. Não só nós - eu como filho da região - mas outros companheiros que chegam, como o Gilson, que chegou faz uns quatro anos e se juntou ao nosso trabalho. Chegou na região como padre e depois achou que devia concorrer à prefeitura de nosso município e perdeu, pela ladroagem que fizeram, daí resolveu não mais voltar pra batina e nem ir embora pra outro canto, mas ficar com a gente. Ele é o coordenador do projeto seringueiro, que é um trabalho de criação e melhoramento das escolas. Então não só nós, filhos dali daquela região, mas os companheiros que também chegam estão na mesma situação. Não podem ficar o dia circulando na rua sozinhos, como também à noite não podem de forma nenhuma sair de casa.

Eu gostaria só de acrescentar mais um pouco e dizer que o momento é de extrema tensão e de muita incerteza, e tudo nos deixa crer que eles tendem a recrudescer a luta mesmo. Pela circulação deles no dia-a-dia, a correria que eles fazem inclusive à noite nas estradas, dentro da cidade, chegando inclusive alias horas da noite com elementos estranhos, mostra claramente que eles estão se organizando pra nova ofensiva, para novas tentativas de desmatamento. Então isso prova que eles estão dispostos a um recrudescimento na luta e eu sou franco para dizer que conseguimos segurar até agora os nossos companheiros, porque tem muitos companheiros que estão dispostos a ir às vias de fato. A gente tem tentado

segurar mas não sabe até quando vai segurar os companheiros e vai mesmo conseguir se segurar.

P. - Caiado nega explicitamente que haja relação entre a UDR e os assassinatos. Como se pode atuar para provar esta relação?

R. - Eu acho que está mais do que provado publicamente que é a organização UDR, a assassina, e o Ronaldo Caiado e o grande porta-voz da entidade assassina, que é a UDR, ele como presidente dessa entidade. Eu acho que só pela forma como ele reage quando a imprensa lhe questiona, o seu envolvimento com a sua entidade, e a forma como ele responde já é uma forma de provar claramente o envolvimento da entidade que ele representa. Uma outra coisa que dá bem mais uma vez pra ser comprovado, é quando da última viagem que Chico fez aqui ao Estado de São Paulo, no seminário que se realizou em Piracicaba. O Caiado era um dos debatedores e ele não compareceu. Ajuda ainda mais a provar o seu envolvimento. Logo após a realização desse seminário, o Chico foi assassinado. Ajuda ainda a provar mais uma vez quando ele descarta dizendo que ele e a entidade que representa são entidades de caridade, que fornece alimentos para os desabrigados - no caso, os desabrigados do Acre - isso ajuda mais uma vez a provar que ele se disfarça usando esses argumentos, usando essas coisas que foram entregues aos trabalhadores que não era alimento da UDR, como também não é do governo. É alimento do próprio povo, que foi roubado, retirado de sua mesa para ser entregue nos momentos de calamidade e momentos de angústia do povo. Então eu acho que essa é uma das formas de se provar que realmente é a entidade dele e ele que são cúmplices do derramamento de sangue dos camponeses. Mas eu acho que é necessário trabalhar de forma mais eficiente, pra que mais provas se consiga já que essas provas não são aceitas.

P. - Há associações ou advogados na região?

R. - Tem dois advogados da CUT que estão acompanhando o caso do Chico Mendes. Mas é uma das necessidades muito grandes que a gente tem; inclusive nessa peregrinação a gente lá pedindo encarecidamente que seja desencadeada também uma campanha de arrecadação de fundos para que a gente **possa** conseguir ter pelo menos dois advogados para trabalhar junto ao Sindicato e ao Conselho, pois a gente não tem hoje. Tem o companheiro do Paraná, que é o Genézio, enviado pelo Instituto de Estudos Amazônicos, só que como o Genézio não é da região - e é uma pessoa de trabalho bastante eficiente - ele começou a se sentir inseguro

pelas ameaças que começou a receber e teve que voltar para o Paraná. Ele vem quando e muito necessário, vem assim rapidinho, dá uma mãozinha e volta porque ele tá com medo de morrer também.

P. - Há um acordo entre a UDR e o INCRA para não haver plantação de reservas extrativistas? Esse acordo teria um respaldo na candidatura de Íris Resende?

R. - A forma como o INCRA no nosso Estado procede, na relação que tem com o Sindicato e com o Conselho, demonstra claramente que é verdade, porque há mais de dois anos que a gente vem procurando que o INCRA se sensibilize para fazer a discriminação das áreas de reserva extrativista. São mais de sessenta seringais e todos em conflito. Nesse momento, nossa prioridade é que sejam desapropriados os seringais onde há conflito e o INCRA sempre tem protelado. Quando libera uma área pra reserva extrativista, é uma área que inclusive nós ainda não conhecemos e onde não há problema, como foi o caso do Macauã, no município de Sena Madureira. É uma grande área que foi desapropriada dois anos atrás, mas pra projeto de colonização. Como lá não é possível implantar porque se diz que a área é quase toda de tremedal. Há muita seringa, há seringueiro também lá dentro, mas eles não se atreveram a implantar lá um projeto de colonização.

Então quando nós reivindicamos o Floresta, o Nazaré, o São Pedro, o próprio Cachoeira, que só foi desapropriado depois que o Chico morreu, eles ofereceram esse seringal lá no Macauã, onde não existe tensão social. Então, isso demonstra claramente que existe esse pacto entre o UDR e o INCRA. E isso se demonstra ainda mais verdadeiro quando agora, no início de março, estivemos em Brasília discutindo a questão da estrutura das reservas: São Luiz do Remanso, Santa Quitéria no município de Brasiléia, que também foram áreas que foram desapropriadas pra fins de colonização - só que até o momento não foi feita colônia nenhuma. O INCRA botou à disposição pra ser área de reserva extrativista, e a do Cachoeira. A gente tinha pedido uma audiência com o ministro, pra cobrar dele a agilização na desapropriação de mais seringais, e no lugar dessa audiência, ele procurou promover um ato cerimonial. Botou uma cadeira pra mim ficar sentado encostado dele e trouxe toda a imprensa e os deputados mais reacionários, que representam o Acre em Brasília, como Ruben Branqui e João Maia, que inclusive foi uma pessoa que deu uma contribuição ao movimento sindical, mas depois se envolveu junto com a UDR. Então passou a fazer um discurso em cima da área do seringal Cachoeira, dizendo que estava sendo bonzinho, que estava desapropriando a

área pra reserva extrativista, estava oficializando a área pra reserva extrativista, inclusive que aquela reserva tinha o nome de Chico Mendes, o que tinha já sido articulado no dia anterior quando o seu secretário trouxe a proposta pra mesa. Nós dissemos: "Nós não aceitamos, sabemos que mais tarde a comunidade numa discussão vai dar prioridade que a área realmente seja chamada de reserva extrativista Chico Mendes, que foi dentro da lula dessa arca que o Chico morreu, mas nós não aceitamos que agora o seu ministro, o INCRA já coloque esse nome. Vamos esperar que os companheiros, numa reunião decidam isso. Já tem a iniciativa de vocês, vai junto uma coisa com a outra". Mas ele não respeitaram isso, e no dia seguinte trouxeram pra mesa a área de reserva extrativista do Cachoeira, área extrativista Chico Mendes. E fez um discurso lá, mostrou outras áreas que estavam sendo, foram várias áreas pingadas num Estado e noutro do Brasil, áreas de 500 hectares, e 600 hectares pra colonização e só essa pra reserva extrativista. E quando antes que um deputado tomasse a palavra pra também fazer o seu discurso demagógico, eu fiz a intervenção e disse: "Sr. Ministro, nós não estamos mais interessados em ouvir discurso, nós agora queremos a prática, e não queremos mais de forma nenhuma que sejam desapropriadas áreas pra criação de reservas extrativistas e até pra projeto de colonização pra assentar os companheiros, que estão precisando de um pedaço de terra, em cima do sangue dos companheiros. Nós queremos é prática agora, discurso não nos interessa mais". Então isso fez com que ele se levantasse da mesa e desse a cerimônia por encerrada e no outro dia, os jornais passaram a fazer publicação: os seringueiros estragam a festa do Ministro.

P. - Como se deve manter o movimento, sabendo-se que eles tentam calar as vozes?

R. - Eu já dizia hoje aqui, e repito, que é difícil, está difícil pra eles conseguirem abater o nosso movimento. O que pode acontecer, é fracassar um pouco o movimento, e nós estamos tentando que isso não aconteça. Mas acabar mesmo com o movimento hoje, vai ser difícil. Isso porque a partir da realização do encontro que se deu agora, de 25 a 31 de março, quando até esse momento nós éramos apenas seis companheiros, que trabalhavam no movimento em toda Amazônia, hoje nós somos 31, que estamos espalhados. Se antes nós estávamos só no Estado do Acre, e um pouquinho no Amazonas e outro pouquinho em Rondônia, hoje nós estamos no Acre, conseguimos ampliar mais o número de representantes no Amazonas, em Rondônia chegamos ao Estado do Pará e estamos no Estado do Amapá. Hoje nós temos representação em todos esses estados

em número de 31 companheiros. Sem contar as comissões municipais, comissões de seringueiros, nos municípios, que hoje já temos em todos os municípios do Acre, e já temos um bom número no Amazonas e no Estado de Rondônia. Então, o que agora só está dependendo, que a gente consiga arrecadar recursos pra manter esse trabalho nesses lugares, porque os companheiros não vão conseguir desempenhar um trabalho mais efetivo, e nós queremos inclusive porque em cada município nós tínhamos dois companheiros à disposição do movimento, sem contar com os escritórios. Hoje nós já temos em Rio Branco, queremos abrir outro no Estado do Amazonas, no Estado de Rondônia e no Estado do Pará, e lá no Estado do Amapá. E isso é o único tropeço que nós estamos enfrentando nesse momento. Há bastante perspectiva de que consigamos recursos. Logo que seja registrada a Fundação Chico Mendes, nós temos notícias de que há vários recursos arrecadados pelas instituições, entidades ambientalistas internacionais e mesmo por pessoas que fazem campanha de pires na mão. Alguns recursos já arrecadados, que estão esperando só pela Fundação, porque eles foram arrecadados, conseguidos pra Fundação Chico Mendes. Também esse filme que deve ser trabalhado, tem uma perspectiva de dar também uma boa margem de recursos. E esse recurso vai ser usado, uma parte, 15% pra manutenção da família do Chico, e a família do Chico não é só a viúva e os 3 filhos que ele deixou, mas ele tem também 4 irmãos, que também são pobres, são pais de família, então 15% dos recursos arrecadados desse filme vão ser pra manutenção da família do Chico. 10% vão ser para a atividade do grupo de assessores, o pessoal que vai trabalhar na direção da Fundação, e o restante vai ser designado para o trabalho sindical e o trabalho do conselho. Então esse é o único tropeço que a gente está tendo no momento.

P. - Foi lançado em janeiro um movimento pela OAB - Ação pela Cidadania - que dizia não descansar enquanto não punir os responsáveis pelos assassinatos, entre os quais o do Chico Mendes. Eles realmente estão acompanhando?

R. - Olha, eu sinceramente não tenho conhecimento de que esteja havendo um acompanhamento por parte da OAB. Eu tenho conhecimento que um advogado que me parece que é da OAB, José Mariz, esteve uma vez só em Xapuri, acompanhando o caso do Chico Mendes, mas daí pra cá ele não apareceu mais lá. Quem tem marcado presença mesmo nas audiências, e tido um interesse muito grande no trabalho, tem sido a Sueli, junto com a outra companheira. E esse outro advogado é o Genésio Natividade, que é do Instituto de Estudos Amazônicos, que tem prestado

trabalho ao sindicato e ao conselho. É necessário que se verifique com a O A B , se eles estão tendo isso como uma coisa prioritária. Eu acho que é muito necessário tudo isso.

P. - Que tipo de relação tem o trabalho dos seringueiros com a campanha da Presidência da República, em especial à do PT?

R. - Bom, com referência à gente, como representante no nosso município, e como seringueiro, uma coisa que eu garanto a vocês e que o trabalho de propaganda junto aos companheiros seringueiros, e com referência a candidatura Lula, nós fazemos dia-a-dia, não só na Câmara, mas no sindicato, na floresta, junto com os companheiros. Eu não tenho dúvida que vão responder positivo. Inclusive a morte do companheiro Chico trouxe um despertamento em outros seringueiros de outras regiões que iludiam-se muito ainda, com os políticos do PMDB, do PFL, do PDS que e os que mais existem na nossa região. Tenho certeza que a resposta dos companheiros seringueiros e também dos agricultores da região vai ser 60%, 70% na candidatura do companheiro Lula. Eu não tenho dúvida que hoje há apenas um candidato que realmente nos traz uma esperança de chegar a governar esse país, não a pessoa dele, mas junto com nós vai realmente colocar as coisas nos trilhos. Sozinho, certamente não fará nada. Isso, se alguns companheiros não gostarem, me perdoem, mas a verdade é essa. Porque é no companheiro que há uma esperança dos trabalhadores, porque ele também é um trabalhador explorado, inclusive perseguido, caceteado e eu acho que ele não vai decepcionar os companheiros que lhe derem esse apoio. E, nos outros não adianta se alimentar esperança, o Brizola, ele é um populista do tipo Getúlio Vargas, e acho que é por aí.

P. - De que maneira a CUT tem participado nas lutas dos seringueiros?

R. - Bom, a CUT antes do assassinato do companheiro Chico Mendes até por questões de pouca discussão, de pouca presença nossa junto aos **companheiros**, bem pouco, ou quase nada, ela tinha feito pelo nosso movimento. Depois da morte do nosso companheiro, a CUT tem estado mais presente, e a prova disso é tanta que nos encontros que estamos realizando, sempre está um representante seu lá. No acompanhamento do caso do nosso companheiro, é o advogado da CUT quem está marcando presença com muito interesse. A CUT está dando um acompanhamento bastante grande, é saudável.

P. - De que maneira se responde à violência, especificando a questão do empate?

R. - Olha, companheiros, a cada empate que a gente realiza, é mais um momento de indignação para os fazendeiros. Cada empate que a gente faz, eles mais se injuriam com o nosso movimento.

Então, se a luta chegou no que chegou hoje, foi justamente dado a esse trabalho de empate que não deixou que no decorrer de 3,4 anos eles tivessem mais a liberdade que estavam tendo no começo de fazer seu desmatamento, inclusive até contando com a presença de seringueiros que deixavam suas colocações, porque eles estavam pagando uma diária até que boa. Então isso fez com que deixassem esses companheiros de fazer, de participar desse trabalho junto com o fazendeiro, e como também fez com que eles deixassem de devastar, só na nossa região, mais de um milhão de hectares de terra. Então isso fez com que eles deixassem de expandir mais as suas fazendas, e com isso realmente trouxe a injúria deles contra nós, contra o nosso sindicato, contra o movimento dos seringueiros e, pra finalizar, o relacionamento hoje de seringueiros e fazendeiros, de seringueiro e jagunço, de seringueiro e articuladores, é de muita tensão. Cada um deles vê um seringueiro, vê um inimigo seu e cada um seringueiro que vê um elemento desse, um fazendeiro, um gerente de fazenda, os peões não, mas um que está identificado com um pistoleiro, é também um inimigo dos seringueiros, e das companheiras seringueiras também. Vale a pena dizer pra vocês que nossas companheiras também estão começando a participar da luta, de uma forma muito firme, não são ainda todas, mas grande parte de nossas companheiras estão começando a participar da luta de uma forma muito firme também.

A Defesa da Natureza Começa Pela Terra*

Carlos Walter Porto Gonçalves**

A questão ambiental é muitíssimo importante e tão importante que ela não merece que se tenha uma visão não ecologizada da própria problemática social. Há muitos anos que venho marcando uma posição entre os ambientalistas para valorizar a questão, mostrar que ela é uma questão sócio-ecológica. O primeiro texto que escrevi sobre este tema chamava-se "Contribuição para a interpretação não ecologista da problemática ecológica" - venho há dez anos trabalhando com isso e procurando evitar este modismo. Quando comecei a mexer com este tema, não era moda no Brasil, e hoje é moda e mais que moda é fonte de grandes e escusos interesses, porque está todo mundo a fim de vender Rima e ganhar muito dinheiro com o meio ambiente.

Venho fazendo um esforço há muitos anos na discussão e no aprofundamento deste tema, mostrando que pensar ecologia, de uma maneira que não seja também global, e negar a própria concepção até filosófica embutida na idéia de ecologia, que é exatamente resgatar a complexidade dos diversos seres vivos, e a complexidade do ser vivo homem que, inclusive, faz história. Então o ecologista que não leva em consideração que é da natureza do homem, natureza biológica do homem, a capacidade de produzir cultura, não está levando a sério o homem na sua profunda complexidade.

*Palestra realizada no 5º Encontro Local de Geografia - AGB-SP, em abril de 1987.

**Professor da PUC - Rio e UFF (Universidade Federal Fluminense).

Gostaria de fazer um comentário prévio, que é uma informação que pouca gente sabe: 50% dos seringueiros que trabalharam durante o ciclo da borracha, no final do século passado e início deste, logo que este ciclo entrou em crise, morreram. Morreram por uma razão muito simples: a borracha dava tanto dinheiro que os ricos comerciantes seringalistas faziam charuto com dinheiro e mandaram construir o teatro de Manaus, altamente sofisticado, e toda a base da alimentação daquele povo que vivia no meio da floresta vinha importada. Como é que os seringueiros passaram a viver? Darci Ribeiro nos informa que 50% dessa população morreu. Só não morreram aqueles que se aproximaram e conseguiram manter uma relação com as comunidades indígenas, e aí se apropriaram, assimilaram a cultura indígena, e com isso conseguiram viver. O primeiro ponto que acho importante, portanto, é o seguinte: existe uma relação harmônica do branco com o índio na Amazônia, esta relação e do seringueiro com o índio, é daquele seringueiro-possesivo, que está vivendo lá há 60, 70, 80 anos. Esta história de que branco não se entende com índio, pergunto que tipo de branco? Pois afinal de contas os brancos também não são iguais, tem gente que é mais branco que o outros e sabemos disso. Esses seringueiros, ao longo desse tempo inteiro, vêm desenvolvendo uma série de atividades, e hoje têm uma vida na Amazônia que é de profundo conhecimento dos ecossistemas, das profundas relações, dos rios, das malhas, os tipos de espécies da qual eles tiram a sua sobrevivência. Mas sabemos que, particularmente após 1962, com a abertura da rodovia Bernardo Saião, a Belem-Brasília, abre-se uma nova fase do desenvolvimento da Amazônia, ou seja, o período em que os grandes capitais a partir geograficamente do Sul, não necessariamente da capital sulista, capitais são implantados no Brasil, adentram a Amazônia e inauguram uma nova fase de ocupação, uma nova geografia da Amazônia, um novo processo de apropriação e de transformação na Amazônia. Não vou me alongar nisso, mas gostaria de dar um dado concreto, atual e revisto.

Esses dados são obtidos pelo satélite NOAA 9, que fornece essas informações para Cachoeira Paulista em São Paulo, que transmite imediatamente para São José dos Campos que depois de processar, fornece ao IBDF. Então o IBDF tem todo dia a imagem de satélite, sabendo onde é que está tendo queimada no Brasil. Só pra se ter uma idéia: num mesmo dia foram detectados 6.800 focos de fogo na Amazônia. O dado que eu tinha antes era do município de Vilhena (RO), que no dia 9 de setembro, dava simplesmente 159 focos no município num só dia.

O QUE SE QUEIMOU NA FLORESTA EM 1987

Estado	Arca Queimada em km ²	% da Área do Estado
Rondônia	45.452	18.7%
Mato Grosso	78.718	8.9%
Goiás	38.940	6.1%
Acre	7.274	4.8%
Maranhão	13.766	4.2%
Pará	19.365	1.6%
Amazona	1.093	0.1%
<u>Total</u>	<u>204.608</u>	<u>4.0%*</u>

Ponte: Revista Espacial, Ano XVII, nº 68, março/abril de 1988, INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

* Este valor corresponde a 4,0% do total da floresta amazônica em território brasileiro, queimado somente em 1987.

Este é um processo que está acontecendo na Amazônia e particularmente no ano passado isto foi mais acentuado por uma razão: na dúvida do que ia acontecer na Constituinte, os latifundiários fizeram rapidamente várias queimadas para caracterizar suas terras como produtivas. Enquanto ficava esse empurra-empurra na Constituinte, eles, na prática, aceleraram o processo. Foi o ano em que mais se queimou na Amazônia, o ano de 1987, e isso foi para poder se antecipar a qualquer resolução da Constituinte sobre a Reforma Agrária. Esses dados referem-se somente a 6 meses e esse processo está sendo acelerado pela ocupação de terras pelos grandes proprietários com medo de uma possível desapropriação. Esse é o modo como o capitalismo, na sua fase monopolista, apoiado pelo Estado, está vendo a natureza amazônica.

O que eu queria falar agora é do modo como os seringueiros vêem a Amazônia, até porque o modo como o capitalismo vê sai todo dia na imprensa. Os seringueiros vêm discutindo isso há muito tempo e começam a formular uma proposta de desenvolvimento para a Amazônia e não é daquele tipo de visão ecológica que quer a natureza intocada. A proposta deles foi pelo CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros - que é uma instituição que eles criaram recentemente e foi formada a partir de reuniões no Acre, em Rondônia e no Amazonas, até culminar com um grande Encontro Nacional que fundou o CNS, em Brasília, em 1985. Essa proposta conta com o apoio de muitos técnicos independentes do IBGE, do INCRA e de outras instituições oficiais. Essas pessoas ajudaram no sentido de que essa fala seringueira pudesse ter uma voz, um eco mais amplo. A proposta deles chama-se: *Reserva Extrativista*. Eles

querem criar a figura jurídica da reserva extrativista. Veja o detalhe do nome, *Reserva Extrativista*. Eles tiraram essa idéia de Reserva Indígena. A Reserva Indígena dá plenos direitos aos índios de usufruírem daquela terra, daquelas águas onde eles vivem, mas não existe fora da idéia de reserva indígena, no código brasileiro, na legislação brasileira nada que de este mesmo direito para os seringueiros. Da mesma maneira que os índios têm uma reserva indígena, reivindica-se a reserva para os seringueiros e ribeirinhos. Eles não querem ser proprietários individuais de terra, mas onde estão os seringais, as colocações e suas estradas, seriam demarcados como reserva que teria a própria União como proprietária e aquela comunidade com direito de uso por 30 anos renováveis. O seringal é constituído pela colocação que é a casa da família do seringueiro e pelas estradas de seringa. O seringal, que tem várias colocações, cada colocação tem as suas estradas, que são os caminhos onde eles marcam o percurso em busca do látex. Então vejam bem, não é nem questão de serem donos das terras mas de ter aquela floresta onde estão os seringais, que sejam demarcadas como reserva, para que eles continuem com suas atividades extrativistas; que sejam identificadas as áreas com maior densidade de árvores para que elas sejam preservadas e também as beiras dos rios.

Assim eles propugnam por uma nova figura jurídica, a *Reserva Extrativista*, onde o uso da terra é administrado pela comunidade através de seus sindicatos, suas cooperativas, suas escolas, seus postos de saúde, etc.

A preocupação com a utilização não destrutiva pode ser vista quando se conversa com uma pessoa como Chico Mendes que diz que os seringueiros e ribeirinhos vivem pela floresta e não da floresta.

Na própria terminologia vê-se que pensam diferente; eles não vivem das riquezas naturais, eles vivem pelas riquezas materiais, eles estão dentro. É uma outra visão de natureza que eles têm. Eles estão vendo a destruição da natureza, e destruir a natureza é, de fato, para eles a auto-destruição. É preciso impor ordem a fim de manter aquele seringueiro, aquele castanheiro que vive pelas riquezas naturais (o texto é deles) aquela riqueza que Deus deixou para o homem se alimentar. Dentro das reservas não tem só as seringueiras e as castanheiras, tem o buriti, o coco babaçu, a anta, a queixada, o coiteto e outros recursos naturais. Poderíamos adicionar o taperebá, o cupuaçu e uma lista imensa de coisas que, se fossem destruídas, a humanidade estaria privada destes sabores. Destruir esses sabores é destruir o que a gente na verdade jamais vai experimentar. Vejam bem, esses sabores foram selecionados por um tipo de saber, são certos saberes que selecionaram esses sabores. É uma visão muito mais profunda. Eles propõem impedir o desmatamento dos seringais, fazer a

desapropriação, levando em consideração soemente as benfeitorias dos mesmos, respeitando a colocação dos seringais. A posse será definida em discussão com os seringueiros através de seus sindicatos e entidades representativas, nas palavras textuais deles. Eles afirmam que a abertura de novos projetos de colonização no Acre só tem servido para transferir as tensões do sul do país para o Acre. Os traçados dos projetos foram feitos sem nenhum critério, obrigando os colonos a entregarem suas terras aos latifundiários. O INCRA chega e faz a quadrícula das propriedades no papel sem considerar as reais condições topográficas e hidrológicas, além de outras. Deste modo algumas propriedades têm água, outras não. Não importa o que existe de conteúdo real, o que importa é que seja perfeita geometricamente. Essa tem sido a prática do INCRA na área.

Ora, eles, os seringueiros e ribeirinhos, têm uma proposta completamente diferente: não é assim que se mapeia a região, não é assim que se tem que colonizar. Então, nos projetos, vemos que depois de algum tempo tem um colono que fica riquíssimo e em compensação os outros são obrigados a vender a terra para ele, porque estão sem água. Tem uma série de coisas que promove a concentração de terras e os seringueiros têm clareza disso. Eles propõem que seja concedido aos seringueiros da região amazônica áreas que obedeçam à realidade do local e por isso é que eles reivindicam que seja feita juntamente com suas entidades.

Eles se manifestam contra a repartição da terra em propriedades de 100, 200 ou 300 ha. Não à divisão das terras em lotes e sim à definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas, assegurado o uso pelos seringueiros. Essa é uma proposta que saiu do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros. Eles estão formalizando politicamente a proposta de União dos Povos da Floresta. Os Povos da Floresta incluem índios, posseiros, ribeirinhos e seringueiros. Com toda a prática de violência do passado, dos brancos contra os índios, eles perceberam e viram hoje a importância desta unidade. Tem uma relação diferente entre brancos e índios em prática na Amazônia brasileira hoje.

Ainda recentemente um índio candidato a deputado federal defendia a seguinte proposta: índios e seringueiros em defesa da vida e da floresta, pelo respeito aos direitos dos povos indígenas, pela criação de reservas extrativistas. São os próprios índios já não querendo só as reservas indígenas, querendo também reservas extrativistas. Perguntado uma vez sobre o que eles achavam de ter os seringueiros ou grandes empresas do lado, disse o Pirazi Brasil: não tem nem dúvida, hoje nós conseguimos responder por todo o movimento ecológico com os seringueiros e com os índios. Esta é a única maneira de buscar aliados e de nos sentirmos mais

firmes, com a criação das reservas extrativistas porque sabemos que os seringueiros não devastam as malhas, não vão fazer barragem nos rios, não vão acabar com os animais, vão tirar o produto da seringa e da roça para desenvolver o Estado sem prejudicar a natureza.

Para um plano regional de reforma agrária aprovado no Estado do Acre, a figura do seringueiro e do castanheiro possuem importância social, cultural e econômica que deve ser valorizada através de uma nova perspectiva de exploração e uso da floresta. A borracha é o produto de maior expressão econômica do sub-setor extrativista da economia acreana. Com relação à castanha do Pará, o destaque como o segundo produto mais importante, pelo alto valor que representa na pauta de exportações, esta atividade tal qual o extrativismo da borracha está subordinada ao processo de avanço da frente agropecuária, expropriando expressivo contingente de seringueiros e castanheiros que foram constituir os bairros periféricos de Rio Branco. Diga-se de passagem, estas pessoas foram expulsas por várias construtoras e madeireiras, e tiveram que abandonar os seus antigos seringais e migraram para o Acre ou para a Bolívia. Tivemos em 1987 os resultados com as enchentes no Acre: 25% da população de Rio Branco foi atingida. Foi muito mais grave que no Rio de Janeiro, proporcionalmente. Isso no Rio de Janeiro significaria algo em torno de um milhão e meio de habitantes. O Rio teve entre desabrigados e desalojados cerca de 10.000 pessoas. Mas o Rio tem um impacto muito forte. O trabalho que a imprensa fez, e foi muito importante fazer mesmo, deveria ser feito também em Rio Branco. Essas pessoas foram desalojadas de suas colocações por madeireiras que promovem desmatamento e, inclusive, vão pegar dinheiro da CEF, para fazer a recuperação das casas que foram inundadas. Ganham com a expulsão e ganham depois recuperando. Ganham por todos os lados. No Brasil é enorme a influência dessas grandes empreiteiras. É estranho que as pessoas não estejam pesquisando isto, a não ser o Jânio de Freitas da Folha de São Paulo que tem sistematicamente marcado em cima. No caso de Rio Branco estes desmatamentos, que estão relacionados com as enchentes, pelo desequilíbrio hidrológico que se produz, tem forte relação com a estrutura sócio-política que o produz.

O movimento de seringueiros, ribeirinhos e índios tem plena consciência disso, tanto é que por pressão deles passam a constar no plano regional de Reforma Agrária, em defesa do meio ambiente, que o extrativismo da borracha e da castanha representa a garantia do equilíbrio ecológico. Assim, até que sejam definidos manejos adequados dos recursos naturais na região, esta atividade será profundamente preservacionista.

O movimento fez um documento para a delegacia regional do INCRA, onde propõe o seguinte: redefinições das áreas ocupadas pelos

seringueiros como reservas extrativistas, assegurado o uso pelos mesmos. As colocações ocupadas pelos seringueiros serão demarcadas pelo INCRA, em conjunto com os seringueiros, conforme as estradas de seringa e as colocações. Eles não abrem mão deste critério de zoneamento.

Essas teses são importantes para que possamos sair da denúncia, da eterna política do contra. É preciso começar a aprender a fazer política a favor do que a gente acredita. Isso é fundamental. Ouvimos dizer "eu sou contra a ocupação da Amazônia". Eles têm proposta de como fazer a favor e se não juntarmos estas duas coisas vamos ficar sempre sendo eternos intelectuais do contra. Reclamamos, reclamamos, o que dá um certo charme, ser um intelectual de esquerda que está sempre falando em nome do povo. Agora, se tivermos que fazer proposta a favor, temos que fazer com eles, aí é diferente. A radicalidade está na proposta enraizada com o movimento e não na altura do tom de voz.

Esse movimento da Amazônia apresenta uma enorme abertura para os pesquisadores e técnicos que queiram se juntar a eles. Em um dos seus documentos, eles reivindicam projetos pilotos e experimentos de adensamento da floresta com espécies de valores econômicos, objetivando a determinação do sistema de exploração. Veja bem, estabelece mecanismos que permitem garantir a exploração e conservação racional dos seringais nativos de Rondônia, com ênfase para o Vale Guaporé - BR 429. As áreas, cuja viabilidade for comprovada, seriam transformadas em reservas legais. O direito de exploração será assegurado aos seringueiros que lá estiverem habitando e vivendo da exploração da borracha e de outros produtos florestais, tais como a castanha, óleos e etc. Veja bem, este documento é assinado pelo CNS, e mais pelo IBDF, SEMA, POLONOROESTE e SUDAM.

No dia 17/5/88, o Jornal Gazeta do Acre publicou uma matéria sobre o Sr. Francisco Mendes. O sindicalista Francisco Mendes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, membro do CNS, está alertando as autoridades e a população do Estado de uma maneira geral, que o clima de tensão entre os seringueiros e latifundiários no interior do município de Xapuri, poderá se acirrar ainda mais se nenhuma providência for tomada, e que os períodos das derrubadas estão chegando - esta questão é interessante porque a gente faz tanta análise do clima e nunca faz as relações, e que os períodos da derrubada estão se aproximando simultaneamente, o que tem aumentado a pressão daqueles que querem derrubar áreas de malas ocupadas por seringueiros no seu município. Chico Mendes diz que escreveu à Gazeta do Acre, que o Sindicato do qual é presidente não vai arredar o pé da luta em defesa dos seringueiros e que as derrubadas,

tendo respaldo legal, não vão ser permitidas em áreas de seringais e castanheiros de Xapuri. Eis na íntegra a nota de Chico Mendes.

O verão está chegando (isso já denota a presença de nordestino: verão, maio, junho e julho já sinaliza que é época de seca; é só lembrar do clima do nordeste e ver como eles chamam a época menos chuvosa de verão) *e já é hora de fazermos um alerta à população. Gostaríamos de começar avivando um pouco nossas memórias. Todos lembram do ano passado, lembram dos momentos de sufoco que passamos quando a cidade de Rio Branco ficou coberta por uma enorme nuvem de fumaça, impedindo até que os aviões pudessem pousar. Lembram de dezenas de crianças que adoeceram com pneumonia. Lembram também da agonia que enfrentamos quando tínhamos que enfrentar a BR 317, no trecho Rio Branco-Brasília, em meio a essas grandes queimadas. Pois bem meus amigos, se alguém esqueceu, a maioria de nós ainda conserva viva em nossa memória. Tudo isso é apenas consequência de um dos maiores crimes cometidos contra a natureza, as derrubadas. E por este motivo que os seringueiros de Xapuri a cada ano reiniciam os movimentos de empate* (só uma informação: o que é empate? Não está no Aurélio. Empate é o seguinte: uma empreiteira entra na área para derrubada, os seringueiros ocupam a área e dizem que vão **empatar**, levando crianças e mulheres para se colocar frente às máquinas e os peões. Isso eles chamam de empate. Eles ocupam, deitam no meio e aí empata, e quando empatam, a polícia desempata geralmente contra eles.) *É por este motivo que os seringueiros de Xapuri reiniciam os movimentos de empate. Este ano, a 30 km de Xapuri já começaram os empates no seringal Equador. Na semana passada 60 seringueiros embargaram o desmatamento que como sempre eslava sendo executado ao arrepio da lei. (Vejam bem: os seringueiros reivindicando o cumprimento da lei e depois vão ser chamados de baderneiros.) Quando os seringueiros tomaram conhecimento dessa derrubada já haviam sido desmaiados 20 ha. Sendo que os agentes do IBDF tinham declarado não ter expedido nenhuma licença para o desmatalamento. No dia seguinte, após o empate, o suposto proprietário reiniciava o desmatamento exibindo uma licença que o próprio IBDF se encarregou de fornecer.* (Detalhe: quando falo no suposto proprietário não estou brincando com a palavra. O Acre foi incorporado ao Brasil no início deste século, pelo tratado de Rio Branco. Depois o Acre foi um Estado independente. Existe legislação sobre a terra que vem da época quando o atual Estado foi incorporado pelo Estado do Amazonas. Então tem vários cadastros de terra. Além de ter a legislação do ciclo da borracha sob a hegemonia do governo brasileiro que não definia propriedade mas concessão para ir explorar os seringais e depois tem os seringueiros que estão

ocupando tudo isto. Então, no Estado do Acre lemos o maior caos. A propriedade de terra nesta área que tem, pelo menos, cinco fontes jurídicas e é por isso que eles falam em suposto proprietário. É suposto mesmo. Não é uma palavra para denegrir, ela é rigorosamente correta, pois só se pode falar, na Amazônia, de supostos proprietários. Apesar do governador do Acre, no Rio de Janeiro, recentemente ter dito que no Acre não tem problemas de propriedade de terras).

Os seringueiros esperaram para ver o restante da mata derrubada no seringal Equador sem que nenhuma providência fosse tomada. Fizemos um segundo empate na área. Os fazendeiros reuniram-se com o governador Flaviano Mello usando o costumeiro argumento que os seringueiros são agitadores e conseguindo dele a promessa de que o desmaie seria garantido. Isto significa que o governo poderia usar a força contra os trabalhadores. São centenas de castanheiros e seringueiras, madeiras de lei e mais de duas vertentes de rios, nascentes que poderão ser extintas, que a própria legislação federal tem sob proteção. Entretanto, o órgão encarregado de fazer a legislação e de punir em desrespeito a lei, como sempre aconteceu no nosso Estado, o governo resolve garantir ao criminoso o desmaie do seringal Equador.

Provavelmente ocorrerão prisões dos seringueiros que lá estavam pacificamente tentando evitar que fossem cometidas barbáries contra nossas riquezas naturais. Eles estão, neste momento, no seringal Equador e estarão em qualquer parte para lutar em defesa da vida. Temos nossas consciências como armas e lutamos para que o futuro do nosso povo não seja apenas uma pequena lenda do passado.

Queremos lembrar ainda que uma comissão do BID esteve lá e ficou impressionada com o trabalho dos seringueiros em defesa da floresta e esse foi um dos motivos que a sensibilizou para que os seringueiros e o próprio BID apoiassem o PMACI - Programa de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas, no Acre, já que o governo do Estado tem se manifestado favoravelmente às questões ecológicas, pelo menos no discurso. Agora imaginemos como essa comissão receberá a notícia de que 60 ou 100 seringueiros foram presos em Xapuri por defenderem a causa ecológica?

Em função da capacidade de articular alianças com outros setores da sociedade brasileira e com movimentos internacionais, em defesa da vida, o Movimento dos Povos da Floresta conseguiu quebrar o isolamento e se fazer conhecido. Denunciaram, inclusive, junto ao Banco Mundial que enviou ao Brasil uma comissão para verificar as denúncias de desmatamento feitas por Chico Mendes. E veja que esse desmatamento se fazia com di-

nheiro do Banco Mundial que, por sua vez, havia aprovado o Projeto inclusive pela sua preocupação ambientalista. O governo brasileiro não honra seus compromissos internacionais e depois diz que os seringueiros não são nacionalistas. A falta de credibilidade do governo brasileiro ultrapassou as nossas fronteiras. E Chico é hoje um importante líder mundial em defesa da vida em todos os sentidos.

A Geografia e as Mudanças Ambientais⁴¹

Lylian Coltrinari**

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que modifiquei o título, proposto para esta reflexão. Prefiro usar, em lugar de transformação, mudança. Por uma parte, porque no nível em que abordarei a questão, estaremos nos referindo às diferenças essenciais ou de detalhe que se originam a partir da ação dos processos que agem sobre os ecossistemas; por outro lado, porque a comunidade científica internacional vem utilizando a expressão "mudanças globais" para se referir a essas modificações que, em escalas diversas de tempo e de espaço, vêm sendo estudadas de maneira mais ou menos convergente nos últimos anos.

Em continuação, gostaria de ampliar a revisão que estou propondo, considerando de início uma geografia das mudanças ambientais, para posteriormente falar da geografia e as mudanças ambientais. Vou justificar - ou, pelo menos tratar de - ao longo desta exposição. Para tanto, se faz necessária uma pequena história.

Quando em 1983, o Conselho Internacional das Uniões Científicas (ICSU), que tem sua sede em Paris, lançou a proposta para um Programa Internacional Geosfera-Biosfera (IGBP), colocou como objetivo o estudo das mudanças globais no ambiente terrestre (geosfera) e na vida que o habita (biosfera), considerados como partes inseparáveis dos sistemas; sistema este que sofre constantes modificações em escalas temporais que abrangem desde as centenas de milhões de anos, passando pelas mais

*Palestra realizada no 5º Encontro Local de Geógrafos, promovido pelo AGB - SP.

**Professora do Departamento de Geografia da USP.

recentes e recorrentes Idades do Gelo do Cenozóico, até os processos de curtíssima duração.

Nessa ocasião foi apresentado um documento, em novembro de 1983, que contém o esquema inicial da proposta do Programa; neste documento foi enfatizado o fato de que o sistema que sustenta a vida no globo terrestre, e daí parcialmente a denominação de *mudança global*, produzindo alimentos, vestimenta e abrigo para sustentar e dar sentido à vida humana, é o resultado da existência de ecossistemas delicadamente equilibrados, e que esses ecossistemas atuais são o resultado de mudanças naturais acontecidas ao longo de milhões de anos na superfície terrestre, que afetaram a totalidade dos elementos bióticos e abióticos, e que hoje são influenciados de maneira crescente pelo impacto das atividades humanas.

Como ponto de partida para realização deste objetivo, o documento propunha, em seguida, o desenvolvimento de pesquisas multi/pluri-/interdisciplinares voltadas à compreensão das interações complexas e sutis entre os vários e diversos elementos da geosfera e da biosfera, como instrumento fundamental para orientar o manejo - por parte da sociedade - do sistema vital terrestre, de maneira a dar continuidade e, se possível, aumentar a produtividade biológica e responder às crescentes exigências das populações. Quero lembrar aqui que este programa, lançado no começo dos anos 80, está previsto para começar efetivamente a ser implantado na próxima década, já que a preocupação é de começar já - e já é um pouco tarde - a trabalhar sobre as possibilidades de sobrevivência do ser humano nos próximos cem anos.

Como ponto de partida o documento propunha pesquisas multidisciplinares. De acordo com um dos editores de um texto, que é produto da publicação realizada com base nas comunicações apresentadas em Ottawa em 1984, no Simpósio "Global Change", o programa deve ser desenvolvido a partir da reunião dos resultados de programas setoriais de pesquisas individuais, precisamente desenhados, que partilhem de uma visão global do sistema Terra-Sol, visão esta que interliga as partes e dá sentido à totalidade do trabalho. Somente a partir do desenvolvimento desses subprogramas é que poderão ser detectadas tendências e antecipar-se a ocorrência de mudanças naturais e antrópicas para os próximos 50,100 anos.

Para encerrar provisoriamente a história, digo que o *Programa internacional Geosfera-Biosfera: Um Estudo das Mudanças Globais* foi formalmente estabelecido em Berna, em setembro de 1986, desencadeando o processo de descrição e compreensão dos processos físicos, químicos e biológicos que regulam a totalidade do sistema Terra e o ambiente único

que esse sistema fornece para o desenvolvimento da vida, e as mudanças que estão acontecendo nele, em particular aquelas influenciadas pela vida humana.

Voltando à proposta inicial desta exposição, o que o Programa propõe é, em grande parte, um resgate das paleogeografias, a reconstituição - a partir de reconstruções baseadas em testemunhos ou remanescentes - da história espacial dos ecossistemas, principalmente a relativa ao último segmento da história geológica, o Cenozóico (últimos 65 milhões de anos) e particularmente do Quaternário (os últimos 2 milhões de anos). Esta paleogeografia é particularmente importante para as regiões tropicais, onde ainda são mal conhecidas as modificações que aconteceram no Cenozóico Superior, desde o ponto de vista ambiental.

Se nas zonas atualmente temperadas do Hemisfério Norte reconstruções e cronologias estão sendo propostas com razoável aproximação, o mesmo não pode ser dito das zonas tropicais. A carência de informações, sobretudo no que se refere à América do Sul, é séria, já que, por uma parte, no que toca à pesquisa fundamental, faltam elementos que permitam completar o quadro aproximativo da história ambiental recente da Terra como um todo, e mais diretamente do funcionamento e evolução dos ecossistemas intertropicais. Por outro lado, os remanescentes testemunhos que permitiriam essa reconstrução, correm, a cada dia que passa riscos mais graves de desaparecimento; junto com eles fogem as possibilidades de diagnosticar e prever a dinâmica das paisagens e as probabilidades de permanência e utilização, no próximo século, dos recursos necessários à sobrevivência do Homem.

Esse desconhecimento é grave e por várias razões; sem entrar em considerações sobre quais as mais ou menos importantes, lembremos em primeiro lugar as de ordem científica; são desconhecidas as mudanças que realmente aconteceram nas zonas tropicais de maneira simultânea ou correlata com as glaciações, as várias glaciações (não somente as quatro da cronologia clássica alpina) que ocorreram nas médias e altas latitudes do Hemisfério Norte. Infelizmente persiste no mundo científico uma série de preconceitos a respeito do assunto, que pouco tem a ver com os resultados das pesquisas que se realizam hoje nas zonas tropicais, na África, no Sudeste da Ásia, na Austrália.

Nós estamos um pouco como os alunos que ficaram de castigo fora da sala de aula enquanto o professor explicava a matéria; pouco ou nada temos ainda a oferecer. Qual é a importância desse descompasso? Enquanto nas regiões hoje temperadas e nas altas latitudes há conhecimentos básicos que permitem a proposta de esquemas a partir dos quais se percebe que o balanço de radiação mudou neste ou naquele sentido numa deter-

minada época, provocando o avanço ou o recuo das geleiras, a expansão ou a retração de certos tipos de vegetação, nós não temos praticamente nada disso, não existe idéia clara do comportamento de nossas paisagens.

Em relação à África alguma coisa está sendo conhecida, e é possível entrever algumas correlações especialmente com o sul da Europa. Isto ficou evidenciado quando, em 1986, foi realizado o *Simpósio Internacional sobre as Mudanças Globais na África durante o Quaternário*. Foi publicado um volume com os resumos dessa reunião, da qual participei. Os trabalhos são de autoria de pesquisadores africanos, europeus e americanos, e há uma série de informações fundamentais a respeito do que até agora se conhece sobre esse continente. Uma das questões levantadas foi a das secas do Sahel, sua ciclicidade ou, melhor dizendo, sua repetitividade, questão esta relevante se considerados seus efeitos sobre as populações que são afetadas pela fome e a miséria.

As questões relativas à América do Sul são um pouco mais complicadas, pois, a partir do conhecimento atingido até hoje, é possível dizer que não há muita proximidade entre a evolução paleoambiental da África e a da América do Sul. É portanto grande a responsabilidade dos pesquisadores de nosso subcontinente, e particularmente do Brasil.

Na América do Sul ainda está para ser começada a reconstrução da Paleogeografia Continental durante o Quaternário; para tentar acelerar o processo será realizado no ano que vem (1989), em maio, um simpósio semelhante ao realizado na África, a respeito do qual algumas informações vêm sendo veiculadas pela A G B . É minha esperança que, apesar do panorama pouco alentador, a participação dos pesquisadores do Brasil e do Exterior sirva para catalisar energias até o momento dispersas, e se comece de fato a pensar de maneira interdisciplinar/global na maneira de encarar esse futuro que já é presente e que até o momento não está sendo encarado. Não se trata de realizar pesquisas que ampliem o conhecimento dos recursos que podem ser explorados para gerar divisas para pagamento de juros da infinita dívida externa do país, mas, como mencionado no documento da ICSU, de conhecer e preservar as condições adequadas à produção dos elementos básicos para alimentar, vestir e abrigar a humanidade.

Cabe finalmente refletir sobre a Geografia e as mudanças ambientais. Os geógrafos devem engajar-se nessa tarefa da qual eles próprios, como parte da população terrestre, são beneficiários: devem participar, integrar-se em equipes de pesquisa assumindo a responsabilidade que cabe a profissionais treinados na análise dos elementos constituintes das paisagens terrestres e na formulação de diagnósticos e sínteses que esclareçam sobre o futuro dos ecossistemas de que fazemos parte. A nível institu-

cional, convido a A G B a oficialmente comprometer-se com o desenvolvimento de ações que colaborem com a formação e consolidação de uma consciência clara do significado das mudanças ambientais; nesse sentido proponho que sejam contactadas as autoridades das instituições responsáveis pela política científica no país, entre elas CNPq e Academia Brasileira de Ciências, solicitando informações a respeito da formação de uma Comissão Brasileira das Mudanças Globais, similar às já existentes nos Estados Unidos, França e Austrália, entre outros países, e comunicando seu interesse em participar da mesma. Caso essa Comissão não tenha ainda sido formada, sugiro que a A G B encampe a iniciativa e leve adiante as ações necessárias para que a comunidade científica brasileira não fique isolada em relação às congêneres de outros países onde a luta pela preservação e sobrevivência da humanidade já começou.

Antes de concluir quero informar que faço parte desde o ano passado do Comitê das Mudanças Globais da União Internacional de Pesquisas do Quaternário, tendo portanto a responsabilidade de fazer com que no Brasil sejam divulgadas informações e as coisas comecem a caminhar. Infelizmente, sendo simplesmente professora universitária, não posso iniciar a título pessoal um movimento nesse sentido; daí minha insistência para que a A G B leve adiante o esforço a que me referi anteriormente. Além da proposta, fica minha esperança de que os geógrafos venham a interessar-se pela questão, se engajem efetivamente. À parte especialidades e ideologias, a todos e necessário o conhecimento global deste lugar, a Terra em que vivemos.

Ponto de Vista O Pós-Marxismo e o Espaço Cotidiano

Armando Corrêa da Silva*

A distinção entre o marxismo ortodoxo e o marxismo heterodoxo representa um equívoco que instala, no âmbito da polêmica racionalismo x irracionalismo, um elemento contraditório que antidialeticamente não é capaz de resolver o conflito. O equívoco apresenta-se, por exemplo, nos esforços inúteis, porque cansativos e sistemicamente enclausurados, da polêmica Lúcio Colletti ("A crise do marxismo") x Perry Anderson ("A crise da crise do marxismo")¹. Os movimentos que ambos fazem para, de um lado, libertar-se do peso do passado e, de outro, resgatar esse mesmo pretérito são tragicômicos, mesmo quando há seriedade de propósito e nem sequer representam novidade no interior da própria tradição original.² São voltas e contravoltas determinadas pela própria indicação doutrinária: a crítica e a autocrítica.

Recentemente, Sérgio Paulo Rouanet ("Pós-moderno: a nova cara do velho irracionalismo")³ tenta desmistificar o pós-moderno (uma nova ideologia da indústria cultural?) mostrando-o como algo que não ultrapassa os limites do próprio modernismo. Para ele "o racionalismo da direita tem que ver com a adequação instrumental de meios e fins, e não com a organização da sociedade justa. Sua razão é, na terminologia de Weber, a instrumental, em oposição à substantiva; na terminologia de Horkheimer, a subjetiva, em oposição à objetiva; e na terminologia de Habermas, uma razão atrofiada, limitada apenas à verdade científica, em

*Professor Associado do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

¹ Comunicação apresentada na 39ª Reunião Anual da SBPC - Brasília - DF 12 a 18 de julho de 1987.

contraste com a razão comunicativa, que restaura a unidade da razão desmembrada, e inclui tanto a dimensão cognitiva, quanto a moral e a estética." Mas, a crise do homem contemporâneo (renascentista, iluminista, romântico, moderno) põe também em xeque a substantividade, a objetividade e a razão comunicativa.

No interior daquela distinção assiste-se ao desmoronamento da cultura gerada no Ocidente (ainda existe?). A deseducação torna-se uma necessidade. Assim como a limpeza da fita do gravador. Para quê?

A própria instrumentalidade negada impõe seus requisitos: a fita gravada, se é o caso, vai para o arquivo do intelectual informático, compondo os requisitos de uma nova História, fruto dessa nova práxis. Não há porque deter-se na sombra e no silêncio dos intervalos a não ser para retomar o fluxo do cotidiano.

Assim, o trabalho do que se denominou "aqui e agora" parece vir a ser o elemento fundante dessa nova práxis. Tenta ele libertar a mente do passado e do futuro. A intenção assemelha-se boa: livrar o indivíduo de seus fantasmas e da pressão da mídia. No entanto, o resultado é a eliminação da consciência teórica, e esse resultado mutila o "histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante (que evidencia as leis e as tendências)", como diz Lukács.⁴

Para recusar aquele enclausuramento referido é preciso, então, ao contrário de recuar para o histórico transcorrido ou desejar ultrapassar a "consciência possível"⁵, é preciso, dizemos, trazer o passado e o futuro para o presente, como um processo vivo mas desmitificado. A criação passa a ser, assim, um pôr-se o trabalho no ato de o produzir e reproduzir.

Isto levaria o reino da razão dialética a ficar violentado em sua dimensão ôntica? Ou há aí uma nova forma de objetividade? Uma objetividade que passa pela interiorização do objeto (a proposta é de Sartre)⁶ e inclui os sujeitos psicológico, cognoscente, coletivo e histórico?

A resposta remete a um distanciamento em relação ao marxismo-leninismo e, num primeiro momento, à sucessiva aproximação à historiografia inglesa, ao neomarxismo norte-americano, à Escola de Frankfurt etc. Passa-se pela crise e pela resposta à crise do marxismo.

O impasse inicial se repõe.

Chamo pós-marxista aqueles marxistas de várias tendências que viveram o impasse e se encontram procurando novos caminhos, fora da prisão do debate ideológico.

Vivemos um tempo de descobertas, a começar pelas auto-descobertas. E, também, de redescobertas, algumas delas tardias, como a da fenomenologia.

É um momento do trabalho difícil, que não pode recuar a não ser para viver efemeramente o resultado, por vezes precário, que se alcança.

O cotidiano, por isso, alcança uma dimensão maior e contém a História, a Geografia, a Sociedade e a Natureza.

A ideologia daí resultante é uma ideologia do cotidiano (como defini uma vez para uma colega socióloga: a Geografia é uma ideologia do cotidiano!).

Por isso, o espaço. Não só esse imenso espaço de "inércia dinâmica"⁷, na expressão de Milton Santos, que contém os recursos e o capital fixo (fixado). Mas, principalmente o espaço de vida, de tal modo que se possa dizer que viver, no presente, é continuamente estar a abrir espaço, desde o da habitação até o da vida afetiva. A razão, apontada já por José Arthur Giannotti é a destruição da sociabilidade.⁸

A substantividade, a objetividade e a razão comunicativa a que se refere Rouanet se esforçam por ressuscitar permanentemente em meio ao contínuo fragmentar do real. Fragmentar esse que nos afasta uns dos outros, separando trabalho e lazer, razão e intuição, partido e cidadão, lugar e classe etc.

Mas, aqui se insinua subversivamente a idéia de unidade, cara a uma determinada filosofia política. Como não atentar para as diferenças?

O pós-marxismo vive, assim, o dilema de construir a história não podendo livrar-se dela. Daí um certo apelo nostálgico ao existencialismo.

Nesse trabalho de demolição, de construção possível, longe da alegria e entusiasmo fáceis, age-se como os artistas de vanguarda que compõem suas unidades estéticas a partir dos materiais do sistema, encontrados nas ruas ou nas oficinas.

Com uma diferença: os artistas expõem suas obras. Mas, quem está tendo o que os geógrafos escrevem? Quem os está escutando?

Bibliografia

1. Colidi, Lúcio (1983) *Ultrapassando o Marxismo e as Ideologias*, Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro. Anderson, Perry (1984) *A Crise da Crise do Marxismo. Introdução a um Debate Contemporâneo*, tradução de Denise Bottmann, Editora Brasiliense, São Paulo.
2. Marx, Karl (1956) *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Editorial Vitória, Rio de Janeiro. "A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos", p. 17.
3. Rouanet, Sérgio Paulo (1985) "Blefando no Molhado" in *Folhetim*, nº 462, Folha de S. Paulo, 15 de dezembro de 1985, São Paulo.

4. Lukács, György (1979) *Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.
5. Goldmann, Lucien (1972) *A Criação Cultural na Sociedade Moderna (Por uma Sociologia da Totalidade)*, tradução de Rolando Roque da Silva, Difusão Européia do Livro, São Paulo.
6. Sartre, Jean-Paul (1966) *Questão de Método*, tradução de Bento Prado Júnior, Difusão Européia do Livro, São Paulo.
7. Santos, Milton (1986) *Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, terceira edição. Editora Hucitec, São Paulo.
8. Giannotti, José Arthur (1986) *A Universidade em Ritmo de Barbárie*, Editora Brasiliense, São Paulo.

Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade

Rogério Haesbaert da Cosia*

O distanciamento da Geografia em relação às bases filosóficas que norteiam o processo de elaboração do conhecimento é certamente responsável por grande parte de nossa fragilidade em termos de uma postura crítica efetivamente transformadora. A chamada "Geografia crítica" tem contribuído nas duas últimas décadas (ou na última, para o caso brasileiro) para reverter esse quadro. Nascendo principalmente articulada ao pensamento dialético materialista, ela passou a exigir, no mínimo, um conteúdo filosófico que nos permitisse entender o significado de suas bases: "materialismo" e "dialética". A recente crítica à sua perspectiva materialista e objetivista¹ - para alguns indicadora de uma nova "crise" no pensamento geográfico dominante, reflexo por sua vez da atual "crise da modernidade" -, reforça ainda mais essa necessidade de discussão filosófica.

Sem nenhuma pretensão de nos tornarmos filósofos, e conscientes de nossas simplificações, muitas vezes extremadas diante do significado complexo das grandes linhas que se apresentam como respostas à questão do conhecimento (ou do *como* conhecer), acreditamos poder contribuir aqui com uma exposição introdutória, de caráter didático e como referencial para a análise de outros autores (daí a extensa bibliografia citada). O objetivo básico é desencadear ou estimular um questionamento mais consistente sobre as bases filosóficas nem sempre discutidas em nossos trabalhos, e sobre a chamada crise ético-social contemporânea, que tanta polêmica já gerou em outras áreas mas que pouca repercussão tem

*Professor de Geografia na UFF/Niterói-RJ e mestre na mesma área pela UFRJ/Rio de Janeiro.

¹ V. por exemplo o trabalho precursor de Vesentini (1984) e a crítica contundente de Souza (1988).

tido na Geografia. Tratam-se na verdade de notas que constituem o resultado de vários debates, onde os interlocutores tiveram uma contribuição inegável para que alcançássemos este patamar na ordenação (sempre relativa) e na síntese de nossas idéias².

Toda área de conhecimento que pretenda um mínimo de rigor e consistência, necessita indubitavelmente um domínio básico dos princípios filosóficos gerais que pautam as grandes questões humanas, colocadas e retrabalhadas, pelo menos na tradição ocidental, desde os pensadores da Grécia clássica. Ciente de sua existência e concebendo-a como diferente da "natureza" ao seu redor, o homem tenta apreender o mundo nas suas múltiplas dimensões. Partindo de sua prática cotidiana, e sobre ela refletindo, ele começa a moldar distintas concepções do que é o mundo, até onde é possível conhecê-lo e de que modo isso pode ser feito.

Colocam-se assim duas questões fundamentais: uma, denominada "ontológica", por tratar da natureza do ser, onde o homem indaga sobre elementos constituidores da ordem do mundo, onde a busca de respostas o conduz a estabelecer uma relação que se refere à distinção entre "espírito" (idéia, consciência) e "natureza" (matéria, "objeto")³; e outra questão, dita "gnoseológica" ou, num sentido mais estrito e atual, "epistemológica", por tratar da problemática do conhecimento, ou seja, até onde a razão pode chegar no entendimento da realidade, e quais são os métodos possíveis para atingir o conhecimento. Enquanto a questão ontológica perpassa a filosofia desde os seus primórdios, e a gnoseológica se funda basicamente com Platão e Aristóteles, a questão epistemológica só irá adquirir um papel central na ordem do chamado mundo moderno, quando a razão "científica" segmenta o real em dois núcleos muito distintos: o "sujeito" e o "objeto" de conhecimento.

Assim, para a filósofo F. Mora (1982), a questão ontológica "o que é a realidade" esteve muitas vezes em estreita relação com a pergunta (gnoseológica) "o que é o conhecimento", e acrescenta: "é plausível defender que só na época moderna (com vários autores renascentistas interessados no método e com Descartes, Leibniz, Locke e outros) o problema do conhecimento se converte a míude em problema central -

²Ressaltaríamos, entre nossos debates com os alunos de Metodologia da Geografia (PUC/RJ, 1987), de Geo-História (UFF), o grupo de filosofia ordenado pela Profa. Estrela Bohadana (que fez importante leitura crítica deste trabalho) e os participantes dos seminários da AGB/Porto Alegre (1987) e Col. Pedro II (RJ, 1987). Agradeço ainda ao amigo Marcelo de Souza pela breve mas estimulante leitura dos originais.

³Lembremos que há importantes controvérsias e distinções no tempo sobre o sentido e o uso aparentemente claros de conceitos como "idéia" e "matéria", o que, dadas as limitações deste trabalho, é impossível discutirmos aqui.

embora não único - do pensamento filosófico". Com Kant "o problema do conhecimento começou a ser objeto da 'teoria do conhecimento', que, com o pleno advento da razão no período conhecido como Iluminismo (para muitos, hoje, sinônimo de Modernidade), se afirmou como uma das disciplinas centrais da filosofia e que, com o desenvolvimento científico, acabou dando origem à atual epistemologia'.

Materialismos e Idealismos

A relação espírito x matéria, tantas vezes dicotomizada, no confronto entre a consciência, o "eu" subjetivo, e a matéria, o "ser" objetivo, resume uma questão elementar da filosofia, e que tradicionalmente delinea duas grandes e muito gerais correntes de entendimento do real: o materialismo e o idealismo - na verdade dois "núcleos", como veremos, não mutuamente excludentes.

Admitindo-se a preponderância de um sobre o outro, coloca-se a pergunta sobre o que é primário: a consciência ou o ser, o homem (enquanto consciência) ou a natureza (enquanto matéria). O materialista responde que a natureza, a matéria, se sobrepõe à consciência (ao "sujeito", ao espírito), pois esta decorreria do desenvolvimento daquela. Não que a realidade obrigatoriamente se restrinja à sua dimensão material, "objetiva" (como aquilo que é externo à consciência), mas no sentido de que a matéria pré-existe, dá origem e de certo modo determina a consciência humana-'.¹

Num sentido igualmente muito geral e simplificado, o idealista responderia à questão da relação consciência x natureza priorizando o primeiro destes elementos. A natureza, o mundo material, seria então uma decorrência, um produto do mundo "ideal" no sentido de mundo das idéias, da consciência - seja ela a própria consciência humana, seja ela uma "idéia absoluta" ou um Deus. Nas palavras de F. Mora, "a ação mais fundamental do idealismo é tomar como ponto de partida para a reflexão filosófica não 'o mundo em torno' ou as chamadas 'coisas externas' (o 'mundo exterior'), mas o que chamaremos 'eu', 'sujeito' ou 'consciência'".²

¹Sobre as distintas epistemologias do nosso tempo, v. Japiassu (1986). Para o autor por epistemologia, no sentido bem amplo do termo, podemos considerar "o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais" (op. cit., p. 16).

²Nas palavras de dois materialistas famosos, "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (K. Marx e F. Engels em A Ideologia Alemã).

As múltiplas implicações dessas duas grandes formas de pensamento já nos permitem compreender algumas concepções muito amplas - mas nem por isso pouco relevantes - sobre a (transformação social e a própria concepção de espaço presente em nossos trabalhos. Para um idealista, por exemplo, a transformação da realidade, quando explicitamente reconhecida, se dá a partir da própria consciência humana - de modo simplificado, deveríamos primeiro transformar o homem, suas idéias, para que a realidade concreta, objetiva, em consequência dessa modificação também se transformasse. Já o materialista, pelo menos na corrente majoritária em nossos dias (a marxista) reconhece que a efetiva transformação da realidade só se dá a partir e em primeiro lugar da modificação das condições materiais, concretas, de reprodução dos grupos sociais - daí toda uma discussão sobre o papel de uma "ideologia" conservadora que permanece (a um nível mais subjetivo) ainda que as "condições materiais" (econômicas, principalmente) tenham sofrido alterações "revolucionárias".

Não fica difícil, a partir daí, tecermos primeiras relações com a Geografia e nossas concepções de espaço. Imaginemos, por exemplo, um idealista mais "radical", que muitos estudiosos denominam "idealista subjetivo"⁶. Ele poderá conceber o espaço como simples produto da percepção subjetiva, individual, da consciência humana. Se o espaço existe fundamentalmente enquanto produto da "consciência" ou da "percepção" e do "comportamento" de cada indivíduo ou grupo, este espaço pode mesmo perder sua dimensão material, concreta - por exemplo, numa postura mais extremada, poderíamos supor que fossem excluídos de nossa análise os mapas tradicionais (mais "objetivos", embora sempre dependentes da seleção de determinados aspectos realizada pelo cartografo) e que só trabalhássemos com os chamados "mapas mentais", fruto da percepção/vivência de nossas geografias subjetivas. Embora já estejamos considerando aqui a questão do conhecimento (a realidade vista por intermédio dos mapas), é possível supor também - e sempre a nível de suposição, pois é difícil encontrarmos concretamente esses "tipos ideais" - que alguns desses geógrafos admitam que a própria realidade se restrinja à subjetividade humana, assumindo assim uma posição claramente idealista subjetiva.

Num outro extremo podemos encontrar o chamado materialista "metafísico", "vulgar" ou "mecanicista" (na linguagem marxista de um autor como Lefebvre). Ele realiza, a exemplo do idealista subjetivo, uma ruptura radical entre sujeito e objeto, espírito/consciência e natureza/ma-

⁶:...devemos distinguir entre idealistas *objetivos* - que admitem um certo valor para nossos instrumentos de conhecimento, e idealistas *subjetivos* - para os quais todo nosso conhecimento não passa de uma "construção artificial", chegando ao extremo de considerar que "somente o pensador existiria" (Lefebvre, 1979, p. 60).

teria, sobrevalorizando agora o segundo desses elementos. Para esse materialista, a própria consciência é produto do "mecanismo" material que move tanto a sociedade quanto a natureza, e tanto o homem quanto o mundo que o cerca são constituídos por um conjunto de peças com funções bem definidas, objetivamente articuladas e de comportamento previsível. O espaço pode então ser visto de modo mecanicista, como um sistema de elementos materialmente interligados, com funções estanques, onde uma estrutura de conjunto rege a ordem e a estabilidade (ou o "progresso") da "organização". Analogias muito simplificadas entre a organização do espaço social e organismos biológicos também se aproximam dessa visão materialista mecanicista, em que a produção social manifesta o próprio mecanismo da natureza.

É claro que os exemplos desenvolvidos acima são muito genéricos e **estilo** longe de representar a multiplicidade de análises possíveis dentro de cada uma dessas posições. As próximas discussões irão contribuir para uma visão menos simplificadora dessas questões.

Dialética e metafísica na abordagem marxista

Alguns filósofos utilizam com rigor a dissociação entre uma posição idealista e uma **posição** materialista, e muitos, aprofundando o estudo das características de cada abordagem, adotam outras divisões⁷. A leitura "materialista dialética" de H. Lefebvre, por exemplo, levou-nos à formulação de um esquema representativo (dentro dessa ótica) da relação entre as diferentes concepções **filosóficas**, o qual pode ser expresso graficamente da seguinte forma:

Materialismo Idealismo

1 - objetivo; 2 - subjetivo

Associada à grande questão materialismo x idealismo encontramos, para marxistas como Lefebvre, outra discussão relevante: dialética e metafísica. O termo metafísica, que em suas origens traduzia o que está "para além da física" ("essência imutável"), para Lefebvre significa sobretudo uma interpretação do mundo que dicotomiza a relação sujeito x objeto, priorizando um vetor ou outro⁸, ao contrário da dialética, que buscaria superar essa metafísica dicotomizadora.

⁷ V. por exemplo Prado Júnior (1984), Lefebvre (1970) e Kórshunova e Kirilenko (1986), **todos** numa visão a partir do marxismo/materialismo dialético. Igualmente, no âmbito da Geografia, encontramos a discussão (nem sempre didática) de Oliveira (1982).

⁸ muito importante enfatizar que esse ponto de vista **não** se restringe à visão dialética, mas envolve uma metafísica, digamos, fundamentalmente epistemológica, já que nesse

Assim, na visão do autor, enquanto o materialismo vulgar, mecanicista ou metafísico, sobrevalorizando o caráter material da realidade, a reduz a essa dimensão, o idealista acaba, de um modo ou de outro, priorizando sempre a esfera das idéias, do sujeito. A proposta da dialética, segundo a visão marxista, seria a de romper com essa dicotomia realizando a efetiva interação sujeito x objeto, reconhecendo a **realidade** como a própria ação conjunta e concomitante (a "práxis") entre consciência e matéria, onde, no dizer de Hegel, "o que é racional é real, e o que é real é racional". Essas dimensões, ao mesmo tempo que mantêm suas especificidades, encontram-se unidas, sendo nesta interação (contraditória), neste processo que inclui a "unidade da diversidade", que a **realidade** se transforma e que é possível se produzir conhecimento^o.

Apenas para esclarecimento geral, finalizando a explicitação do esquema anterior, devemos reconhecer - embora sem condições aqui de aprofundá-la - a questão da dialética idealista (ou hegeliana) e a dialética materialista (ou marxista). Em termos genéricos, podemos dizer que, enquanto Hegel assume uma postura com fortes raízes idealistas, ao reconhecer uma "essência" imutável do real, correspondente a uma Idéia absoluta, e onde o movimento e a contradição são apenas seu efeito, Marx propõe uma inversão: o movimento histórico, concreto, que envolve as relações sociais, contraditórias, como a dimensão fundamental da realidade, produzida e compreendida objetivamente através da práxis humana.

Nas palavras de R. Romano: "Marx contrapõe-se a Hegel. Para este, 'é o processo de pensamento que, sob o nome de Idéia, transforma-se num sujeito autônomo (...)'. A natureza, o tempo e o espaço, e os homens enquanto entidades finitas, são apenas reflexo da Idéia, o 'seu aspecto externo, figurado, fenomenal'. Contra isso, Marx recusa a Idéia enquanto hipótese extra-sensível da subjetividade humana. Nós produzimos o ideal, não como reflexo da fabulosa (...) Idéia eterna, como resultado de uma inversão, tradução, em nossa cabeça, do mundo material, sensível (...)" (História do Pensamento, 1987, p. 568).

Um exemplo bem característico dessas diferentes posições é aquele dado pelo conceito de Estado para os dois autores. Para Hegel o Estado é

caso o dualismo se dá antes de tudo na esfera do próprio racionalismo (v. próximo item). Na filosofia aristotélica, por exemplo, a dicotomia (metafísica) era tratada na esfera ontológica, ou seja, entre logos (razão) e physis (natureza), e não entre sujeito e objeto, na esfera epistemológica, como ocorre no mundo contemporâneo. (Agradeço à filósofa Estrela Bohadana pelos esclarecimentos em relação a esta questão).

"Cada coisa só *é* na medida em que, a todo momento de seu ser, *algo que* ainda *não* é vem a ser, e algo que é passa a não ser. Em outros termos, essa proposição da dialética põe à mostra o caráter 'processual' de toda a realidade" (in Hegel, 1988, p. XVI).

visto como um fim, a garantia da sociabilidade, síntese mais elevada (e abstrata) que assegura a universalidade, a integração dos interesses individuais. Para Marx, o Estado não passa de um meio, pelo qual uma classe social realiza seus interesses - seja a burguesia (que vê nele um fim) - através do Estado liberal que lhe assegura a manutenção da ordem desigual e exploradora, seja o proletariado - este, porém, através da "ditadura" que antecederia a sociedade comunista, sem Estado (projeto até hoje irrealizado). Enquanto para o primeiro, o Estado seria, digamos, o "espírito" determinante da sociedade concreta, para o segundo são as relações sociais objetivas (passíveis de mudanças) que determinariam a existência do Estado¹⁰.

Empirismos e racionalismos: entre a paixão e a razão

Diante da questão teórico-metodológica sobre o que determina o conhecimento, podemos considerar um outro par de conceitos, tradicionalmente tratados como "empirismo" e "racionalismo". Enquanto idealismo e materialismo procuram responder basicamente à questão do que determina a própria realidade (o ser, a matéria, ou a idéia, a consciência), empirismo e racionalismo são formas de buscar respostas para o que é fundamental no processo de conhecimento dessa realidade (objetiva ou subjetiva) - o sensitivo, o "vivido", a experiência, a percepção, ou o refletido, o teórico, o racional, a "idéia inata".

Nessa relação, podemos falar mais em um contínuo do que em um dualismo claro, pois certamente não podemos afirmar que exista um "empirista puro", que só admite o conhecimento pelas sensações, pela experiência, assim como não haverá o "racionalista ideal", que só reconhece a relevância da dimensão teórica, racional, do conhecimento, a ponto de prescindir da dimensão sensorial, empírica. É possível, contudo, identificar muitos trabalhos como de base empirista ou predominantemente racionalista, em sentido amplo.

Trata-se de uma questão central para a Geografia, que tradicionalmente tem discutido dicotomias que perpassam esse debate filosófico, como aquela entre Geografia "sistemática" e "regional" ou entre Geografia "empirista" e "teorética", "idiográfica" e "nomotética". Constitui-se, como vemos, uma séria discussão que feliz ou infelizmente - não é privilégio nosso, mas se alastra por todas as ciências sociais e pela

¹⁰Uma crítica feita ao marxismo, nesse caso, e a de reconhecer na "sociedade estatal" uma etapa inexorável, objetiva, no rumo da "sociedade comunista", evidenciando assim uma certa linearidade (o etapismo/pre-determinação) na história.

própria história da filosofia traduzida em termos de conceitos como teoria e prática, razão e paixão ou mesmo iluminismo e romantismo (duelo que remonta ao século XIX)¹¹ - nunca estritamente redutíveis às concepções de racionalismo e empirismo mas a elas sempre muito ligados.

O empirismo reconhece como fonte básica para o conhecimento a percepção sensorial, a experimentação. Segundo Kórshunova e Kirilenko (1986), tanto materialistas como Francis Bacon ou John Locke, quanto idealistas como Berkeley e Hume, adotaram posições empiristas. Para um idealista subjetivo como Berkeley não só a única realidade é o mundo das idéias, subjetivo como o próprio conhecimento se confunde com a dimensão sensitiva, da percepção/experiência humana¹².

Ao lado de um reconhecimento da "objetividade" material da realidade, muitos pesquisadores reconhecem no processo de conhecimento a percepção e/ou a "experimentação" como momento preponderante nesse processo. Daí os múltiplos sentidos da concepção empirista, muitas vezes utilizada tanto por aqueles que priorizam a observação e a descrição direta ("de campo"), quanto para aqueles que, mesmo fazendo uso de "n" fórmulas e modelos teóricos, acabam sempre sobrevalorizando a "objetividade" dos dados empíricos, a sua "experimentação" (ainda que feita em laboratório), traduzindo assim o conhecimento pela dimensão formal e pela pretensa exatidão que os próprios dados (geralmente estatísticos) assegurariam. Para muitos geógrafos contemporâneos, a chamada "Geografia quantitativa", partidária desse "neo-empirismo" ou "empirismo lógico", neopositivista, realizaram apenas uma descrição mais sofisticada e muitas vezes mais abstrata, em relação aos empiristas da Geografia clássica.

Nas múltiplas abordagens da chamada Geografia clássica, uma corrente empirista foi sem dúvida aquela elaborada por geógrafos franceses do início do século. Vidal de La Blache, por exemplo, defendia a "singularidade" ou as "peculiaridades" regionais como fundamento da análise geográfica. É comum no empirismo, ao voltar-se para o caráter singular dos objetos ou à percepção sensitiva do pesquisador, enfatizar o que é único, ou resultado de uma leitura "subjetiva", particularizante, da realidade. Mesmo que o pesquisador admita a existência objetiva, concreta, da realidade (questão ontológica), ele pode, por outro lado, admitir que ela só é apreensível de modo subjetivo, a nível de cada indivíduo ou grupo,

¹¹A respeito das noções de iluminismo e romantismo, v. o tratamento geográfico dado por Gomes (1988) em relação às transformações do conceito de região.

¹²Para Marx e Engels (A Ideologia Alemã) o empirista materialista e aquele que reconhece na realidade objetiva a fonte básica da experiência sensorial (e reflexo dessa realidade objetiva), enquanto para o empirista idealista a experiência se reduz às sensações, tomando estas pela realidade objetiva.

em suas percepções particulares (como o fazem alguns geógrafos da chamada Geografia da percepção). Ao mesmo tempo, podemos ter um "empirismo objetivo", quando se admite uma única leitura "verdadeira", objetiva, do real, mas que o apreende a partir de sua singularidade intrínseca (é este o caso da geografia lablachiana).

Assim como na História dita "factual", de base empirista, o **importante** são as "propriedades" específicas que diferenciam um dado fato ou etapa, rigorosamente delimitados por um tempo "breve" que reconhece um nascimento e um fim, uma Geografia "regional" tradicional, de base empirista objetiva, prioriza as diferenças, aqueles elementos que distinguem e individualizam as "regiões", enquanto espaços que, tal como no "tempo breve" factual, admitem uma delimitação precisa, moldada principalmente em relação às características fisionômicas da "paisagem". **Enfatiza-se**, pois, não as relações com outras escalas (e seus grupos sociais), o que envolveria sem dúvida uma outra escala de reflexão, mas os atributos específicos, inseridos nos limites do território regional.

A título de síntese esquemática das bases da discussão **filosófica** que permeou até aqui o nosso discurso, formulamos a seguir um quadro bastante simplificado, de caráter fundamentalmente didático e introdutório, que de algum modo retoma e complexifica o esquema do pensamento de Lefebvre, apresentado à página 6. Trata-se muito mais de um ponto de partida que um ponto de chegada, uma referência importante para enfrentarmos questões, esclarecendo algumas e sobretudo propondo outras - a começar pelas próprias restrições que tais esquemas implicam.

Embora esquemático e vinculado a uma visão tradicional, dicotomizadora, da Filosofia, esse quadro pode ser um interessante ponto de apoio para inúmeras discussões desdobradas a partir dele. Fica claro, por exemplo, que tanto a "objetividade" quanto a "subjetividade" inserem-se em duas perspectivas possíveis, uma de caráter ontológico, outra de base epistemológica - questão que raramente temos distinguido. Para o materialista a "realidade objetiva" é determinada pela dimensão material e a ela se reduz (na visão "mecanicista") ou admite a dimensão "ideal" enquanto determinada pela esfera material (na visão dialética). Para o idealista objetivo a realidade é objetiva, existe fora da consciência, mas é determinada por esta. Enquanto para o racionalista (objetivo) só é possível entender de modo efetivo a realidade através de ótica geral, totalizante (teoria, leis), para o empirista objetivo o conhecimento se dá por uma leitura única (comum a todos os pesquisadores) porém particularizada (sem atingir teorias gerais).



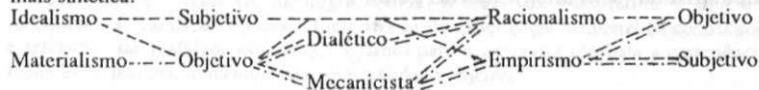
Obs.: As diferentes convenções utilizadas para a representação das linhas têm o único objetivo de mostrar os distintos caminhos relações possíveis a partir dos dois conceitos iniciais.

Uma das conclusões que se tornam mais visíveis a partir do quadro é o fato da dialética materialista, justamente por estar fundamentada na "metafísica ontológica" (ao privilegiar a dimensão objetiva da realidade e negligenciar a dimensão subjetiva) não ter resolvido a dicotomia entre objetivo e subjetivo, tal como proposto na abordagem de Lefebvre. Um exercício interessante, e que é possível (e relevante) identificar - sempre com ressalvas - a "posição filosófica" de uma obra geográfica, bem como as limitações que tal posição implica frente à apreensão da complexidade do real¹³.

As "razões" da Geografia

A grande crítica ao empirismo e à falta de rigor teórico de linhas tradicionais da Geografia, como a decorrente da Geografia regional **lablachiana**, deu-se basicamente pelo "racionalismo" pretendido por autores como, por exemplo, o norte-americano F. Schaeffer. Este

¹³A título de introdução ao debate, poderíamos tratar o esquema anterior de forma ainda mais sintética:



geógrafo, em seu artigo justamente intitulado "O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico", marcou de certa forma uma divisão ao condenar a priorização do "excepcional" em detrimento do geral, da teoria. Essa condenação à não-cientificidade da Geografia, que data fundamentalmente da década de 1950, não significa contudo que perspectivas ditas racionalistas não estivessem já se delineando há longo tempo na disciplina, e mesmo que convivessem com posturas mais empiristas¹⁴.

Um autor clássico como Humboldt, lido comumente como um dos fundadores do pensamento geográfico¹⁵, "segue o método que poderia ser denominado 'empirismo raciocinado'. Ele toma por base "uma concepção que entende o universo como um todo unitário, em constante evolução segundo leis **determinadas**, cujo conhecimento pode ser obtido mediante a investigação metódica" (Raul Gabás in História do Pensamento, p. 494). Apesar de sua obra mais conhecida, "Cosmos", trazer como subtítulo o empirismo de "uma descrição do mundo", sua preocupação com o "todo ordenado" do mundo manifesta a inconveniência de uma estrita delimitação de seu pensamento como "empirista" ou "racionalista" - uma das sérias restrições a serem feitas quando se toma o esquema anteriormente proposto, dentro de uma classificação em moldes positivistas. Simplificando dessa forma a obra de um autor podemos incorrer em generalizações equivocadas, correndo o risco de, pré-conceitualizando-a, ignorar radicalmente, de antemão, seu papel histórico-social e a própria riqueza (no sentido de complexidade e diferenciação) que seu pensamento possa ter¹⁶.

"Parece ocorrer um desenvolvimento de alguma forma "cíclico", não só na disciplina geográfica como nas demais ciências sociais, e talvez, na própria filosofia: a períodos de predominância (nunca domínio irrestrito) de posições mais empiristas se sucederiam períodos de maior imposição de pontos de vista racionalistas, como se um realimentasse o outro, reunindo num processo contínuo, mas desigual, os empirismos e os racionalismos. Ver, a propósito, a discussão instigante de Capei (1983) e seus quadros sintéticos sobre a sucessão do que ele chama "tipos ideais" - positivismo (mais racionalistas) e historicismo (mais empiristas) - nas diferentes tradições da Geografia.

¹⁴**Humboldt** escreveu na verdade uma obra universalista, envolvendo campos muito distintos, podendo mesmo ser considerado, no início dos século XIX, O último do "enciclopedistas".

¹⁵Isso não significa que possamos prescindir de divisões, classificações; como bem demonstra este artigo, elas são indispensáveis no nosso processo de entendimento. O que não se pode e tomá-las genericamente, sem ressalvas, com pouca ou nenhuma consciência de suas limitações, considerando-as como reproduções perfeitas da realidade.

Podemos exemplificar como produto dessa simplificação excessiva, algumas concepções de Moraes (1982) em sua "pequena história crítica" da Geografia. Apesar da inegável importância didática da obra, um pequeno marco entre nós em termos de reflexão sobre a história do pensamento geográfico, de grande difusão no ensino introdutório da disciplina, há generalizações injustificáveis. Por exemplo, ao inserir a chamada "geografia da percepção" como um simples apêndice dentro da lógica formal da "*geografia da percepção*", o autor ignora toda a contraposição teórica entre essas abordagens. Como bem expõe Mendoza et al. (op. cit.), o racionalismo objetivista pretendido pela Geografia analítica (correspondente metodologicamente ao que Moraes **denomina** Geografia pragmática) é **explicitamente** criticado pela base fenomenológica, mais subjetiva e empírica, da chamada Geografia da percepção. Outro exemplo, mais atenuado, estaria na comparação entre as obras de Ratzel e La Blache, onde a ênfase ao caráter "burguês" de suas obras deixa passar quase despercebido o projeto teórico muito distinto que eles propõem: o primeiro, de um racionalismo a toda prova (culminando com as "leis" do determinismo geográfico), o segundo, claro defensor de um empirismo que parece ignorar toda teoria universalizante.

O risco dos "enquadramentos", com o qual nos deparamos no nosso próprio dia-a-dia (ao difundirmos estereótipos sobre os outros), e portanto extremamente sério, mais ainda quando se procura envolver tanto a compreensão da postura teórica quanto da prática ético-política do pesquisador. Veja-se por exemplo o caso de Elisée Reclus e Pietre Kropotkin, politicamente anarquistas, profundamente positivistas em suas respectivas geografias, ou muitos marxistas contemporâneos, explicitamente dialéticos em suas epistemologias, profundamente autoritários e excludentes em suas práticas políticas (onde ficaria aí a "unidade no diverso"?).

Outra tendência muito comum na identificação das diferentes "razões" inseridas no pensamento geográfico é aquela que estabelece "escolas" ou correntes **estanques**, posicionadas historicamente de forma linear e consecutiva, como se outras formas de pensamento não convivessem com as abordagens ditas hegemônicas. "Ditas" hegemônicas porque muitas vezes são fruto da leitura do pesquisador, que acaba "seleccionando" aquilo que, aos seus olhos, aparece como predominante. Assim, por exemplo, tendemos a ignorar ou menosprezar toda a perspectiva geográfica desenvolvida principalmente na Alemanha, no início do século (Hettner, Schlütter...), pelo simples fato de que repercutiu *entre nós*, majoritariamente, a chamada "escola" francesa de Geografia.

Há momentos e grupos, contudo, que manifestam com tal ênfase uma determinada posição, que defendem com tamanha convicção certos princípios, que dificilmente poder-se-ia desconsiderar sua filiação a uma determinada linha de abordagem filosófica. Em termos de posições francamente racionalistas na Geografia, temos pelos menos duas bases filosóficas contemporâneas que moldaram - e continuam a moldar - as idéias de inúmeros geógrafos: o positivismo lógico (ou neo-positivismo, da lógica formal) e o materialismo histórico (ou marxismo, da lógica dialética). Seus discursos, muitas vezes excludentes de toda outra forma de pensamento - como se a Geografia, sem raízes, começasse ali a ser fundada (vide "novas Geografias" e "Geografias novas") - estavam tomados por contradições. Como podemos hoje constatar, nem os primeiros realizaram a propalada "ruptura" com os paradigmas empiristas da Geografia clássica - geralmente apenas sofisticando-os em seu empirismo lógico, nem os segundos foram tão "radicais" (como se auto-denominaram), a ponto de superarem a pretensão objetivista do positivismo.

Se houvesse uma maneira de medir a intensidade com que os geógrafos se lançaram em busca da grande teoria e mesmo das "leis universais" que assegurariam, finalmente, um "status científico" para a Geografia, sem dúvida os índices mais elevados estariam com os auto-denominados geógrafos "teóricos". Seu projeto de transformação da epistemologia geográfica envolvia a assimilação da lógica formal positivista, enaltecendo assim o rigor do modelo científico das ciências físicas e a expressão exata da linguagem matemática, erigida como a linguagem universal da ciência (Mendonza et al., 1982). O método hipotético-dedutivo adotado sobrepõe a hipótese (a teoria) ao empírico, estabelecendo-a como ponto de partida (e de chegada!) no processo de conhecimento. Como bem expressa Christaller: "é necessário desenvolver os conceitos imprescindíveis para posterior descrição e análise da realidade", a ponto de a teoria ter "uma validade independente da realidade concreta, uma validade baseada em sua lógica e coerência interna" (apud Mendoza et al., op. cit., p. 108-109); ou seja, a "realidade" objetiva é de alguma forma obrigada a se encaixar em nossos conceitos, em nossa "teoria" previamente idealizada. A grande ambigüidade é que a lógica fundamentada na idealização (subjativa) dos pesquisadores se pretendia a mais objetiva possível.

Objetividade é também a grande bandeira do materialismo histórico e dialético, numa perspectiva que se assume como inteiramente contrária à da lógica formal, que seria uma lógica da forma, da identidade (não-contraditória) e da simples "aparência". Partindo do concreto, do empírico,

apreendendo-o em sua objetividade sob a forma de "concreto pensado", e retornando constantemente ao empírico para reavaliar o conceito, já que a realidade é fundamentalmente mutável, estaríamos alcançando a objetividade irrestrita - presente tanto na matéria em si quanto no pensamento que a desvela.

Embora os conceitos não sejam considerados definitivos e se proponha que sejam permanentemente reavaliados (fato que parece ignorado por muitos marxistas), em cada momento histórico é possível alcançar a "totalidade" ou a "concreticidade" do mundo, como se o materialismo dialético pudesse atingir sempre uma realidade objetiva onde nada haveria de "essencial" que não pudesse ser desvendado - e, conseqüentemente, manipulado/dominado - pela razão humana. Apesar de "essencialmente contraditória", a realidade estaria amplamente condensada, mais uma vez, nos limites da razão, de muitas formas sufocando a paixão, a subjetividade humana, reveladoras tão-somente da "aparência" do mundo. A percepção subjetiva do espaço seria mais uma vez considerada "mera abstração" frente à necessária e sempre determinante objetividade/concreticidade do social. O "todo" não só é declarado *superior* em relação às partes, como as determina, inexoravelmente: "**justamente** porque o real e um todo estruturado que se desenvolve e se cria, *o conhecimento de fatos* ou conjunto de fatos da realidade *vem a ser o conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade* do próprio real" (Kosik, 1976, p. 41, grifo nosso).

A esse respeito, afirma muito enfaticamente Souza (1988, p. 35): "Uma totalidade *aberta e radicalmente dialética*, onde cada ato seja inesgotável em significações historicamente localizadas, e onde cada significação não possa ser objetivamente, ou seja, independentemente do concurso da subjetividade histórico-socialmente **condicionada** (determinada enquanto parte de um todo cuja essência estrutural está à espera de um Sujeito cognoscente de posse do método correto para ser descoberta, parecerá a um marxista consistente, como Kosik, uma ficção idealista, pois incapaz de dar conta racionalmente da realidade total".

A valorização do caráter mutável e contraditório da espacial **idade**, revelado pela dialética, foi sem dúvida um grande avanço. Posturas mais ortodoxas, contudo, sob o manto da "destruição das desigualdades" (no caso concreto dos Estados socialistas) ou de uma análise voltada apenas para o estudo dessas desigualdades (no caso do espaço capitalista) acabaram suprimindo ou ignorando as diferenças (culturais, por exemplo), imprescindíveis à tão propalada transformação permanente do social. Resolver todas as contradições, projeto de tantos dialéticos, incluía assim a supressão das diferenças e, conseqüentemente, da própria mudança, do

novo enquanto produto da contraposição de diferença, inerentes à "natureza" humana.

Esse "dogmatismo de esquerda", ainda hoje presente em alguns pesquisadores que se dizem "dialéticos" (e a todo momento enfatizam essa condição), foi praticamente tão empobrecedor quanto os dogmatismos ditos "de direita"¹⁷. Eles excluem o debate transformador e a emergência do novo ao elegerem previamente sua "linha" como a vencedora. A discussão é estimulada com o único intuito de impor ou, quando muito, de expor (e nunca trocar/somar) um ponto de vista - a "conclusão", aí, já está pré-delineada, pois nada se tem a ceder ou a partilhar. Alimenta-se assim a contestação pela contestação, pelo simples prazer de ver, ao final, "intacto", o seu próprio discurso. Trata-se ainda da política do "tudo ou nada" - se a "linha" do outro não é a nossa, nada se pode fazer. Desmascarados seus "princípios" (sempre muito claros como se o mundo todo estivesse mecanicamente dividido entre marxistas e "idealistas", esquerda e direita), o debate se anula, pois nada temos a ceder, ou a contribuir. A mudança só se dá a partir do "lodo", nunca pelas partes (ou concomitantemente). A transformação, a crítica permanente, na verdade e estancada, pois só há uma forma de mudança: a "Revolução" (pelo alto), e um único meio de ser "militante": o Partido. Ou seja, não se está aberto à superação de convicção, muito menos a um outro caminho para a história, feita pelo/no próprio movimento da sociedade.

Esse projeto de unidade plena entre realidade e razão, proposto tanto por Marx quanto por Hegel, acaba assim não reservando espaço para a indeterminação (embora não seja inteiramente previsível, o futuro será perfeitamente determinável), para o acaso e para o enigma do mundo. Este mistério, o "desconhecido" e o incognoscível, é no máximo uma dimensão futurista - mas ao chegarmos lá o teremos desvendado. Essa impossibilidade de conviver com o enigmático faz com que o homem acredite no domínio total da natureza, no "desenvolvimento universal das forças produtivas", pressuposto indispensável para a realidade da sociedade comunista (cf. Marx e Engels em "A Ideologia Alemã"). Nesse sentido, Marx e Hegel fazem parte, sem dúvida, do grande projeto racionalista da modernidade, tantas vezes questionado (v. item seguinte). Embora existam aberturas na dialética para que se rompa com esse objetivismo¹⁸,

¹⁷No dizer do historiador (cubano) Manoel Fraguinals: "A principal função do intelectual, hoje, é eliminar os dogmas, tanto os de direita quanto os de esquerda (...). O problema é que muitos intelectuais marxistas julgam levar a verdade embaixo do braço — quando deparam com um falo, medem sua importância pela reação que ele provoca na teoria." (Depoimento ao Jornal do Brasil, 14.05.89).

¹⁸V. por exemplo a proposta de Souza (1988), fundamentada em Castoriadis.

os resultados práticos, os projetos político-sociais que resultaram em sua aplicação correta (afinal, são os balizamentos, da "eficácia" de sua "teoria"), um século e meio depois de sua primeira proposição, nos obrigam a um questionamento menos superficial - é claro que também vivemos de utopias, mas de *renovadas* utopias que reavaliam constantemente os resultados das utopias do passado...

Na Geografia, podemos sintetizar a contribuição comum, tanto do neopositivismo quanto do marxismo, no fato de terem trazido à tona, com muito mais consistência, o debate sobre a racionalidade, a conceitualização, distintamente enfrentada pelas duas correntes, mas defendida com ímpeto semelhante. No (s) materialismo (s) dialético (s) é imprescindível destacar sua preocupação com a crítica às injustiças sociais e, a partir daí, suas propostas (nem sempre explícitas) para a transformação efetiva da sociedade, colocada como elemento central de suas abordagens. A essa "razão crítica", que importantes contribuições tem prestado à reflexão sobre o papel do geógrafo e sua responsabilidade social, não parece corresponder, contudo, uma prática semelhante, em termos da relevância de nossos trabalhos "empíricos" - questão que será retomada mais adiante.

Nessa busca por romper com as dualidades do conhecimento torna-se extremamente atual a reflexão sobre o racionalismo que teria fundamentado a "modernidade" (processo histórico que remontaria ao século XVIII e que englobaria, portanto, marxismos e positivismos) e o chamado "irracionalismo pós-moderno", termos controversos que parecem mais revelar novos nomes do que questões filosóficas realmente novas. Mesmo que a Geografia ainda se coloque muito timidamente em relação a esse debate (ver, por exemplo, Gomes e Costa, 1988, e Monteiro, 1988), ele é uma das formas mais explícitas que assume a crise ético-social (e epistemológica) contemporânea, e que perpassa, sem dúvida, nossa questão básica envolvendo racionalismo e empirismo. Daí o destaque que daremos a seguir a esse tema.

Modernidade e pós-modernidade: para além das dicotomias

"Modernidade" se tornou uma dessas expressões cujos múltiplos sentidos que incorpora acabam transformando-a num conceito que mais confunde que esclarece. No senso comum, "ser moderno" geralmente tem um significado positivo: partilhar do novo, difundir uma inovação, estar aberto à mudança, ou acompanhar as transformações; outras concepções,

entretanto, podem utilizar "moderno" num sentido negativo, associado a uma condição volúvel e desestabilizadora, sem raízes e alienado do passado. Nas linguagens acadêmicas, e dependendo da perspectiva filosófica adotada, o conceito se torna ainda mais complexo.

Em primeiro lugar, há autores que se negam a utilizar o termo, que seria relativo a um determinado período histórico (geralmente de difícil delimitação, mas de qualquer forma já superado). Outros restringem seu sentido às transformações estéticas propostas pelo movimento cultural "modernistas". Contudo, a tendência predominante hoje é a de difusão crescente do termo, numa tentativa de apreender, de um modo mais abrangente, a complexidade das mudanças sociais desencadeadas com o chamado Iluminismo racionalista europeu do século XVIII. Para muitos, o próprio caráter de alguma forma cíclico do capitalismo (intercalando apogeu e crises) seria revelador da complexidade desse período - tão complexo que alguns preferem utilizar o termo apenas no plural: "modernidades". Na definição sintética de Max Weber, ainda no século passado, "a modernidade é o produto do processo de racionalização que ocorreu no Ocidente, desde o final do século XVIII, e que implicou a modernização da sociedade e a modernização da cultura" (apud Rouanet, 1986, p. 231).

A partir daí pelo menos duas grandes polêmicas se abrem:

- primeiro, sobre quais os pontos comuns e/ou mais representativos que se reproduziriam ao longo das transformações sociais dos séculos XIX e XX e que, portanto, definiriam a modernidade;
- segundo, sobre o significado da atual crise social e teórica (principalmente no período pós-anos 60), seu caráter de ruptura com a modernidade e conseqüente nascimento (ou não) de uma "era" pós-moderna.

O surgimento de uma perspectiva filosófica que denomina modernidade todo esse extenso período não é tão recente (além de Max Weber, foi tema de pensadores como J. Habermas e W. Benjamin, da Escola de Frankfurt, na primeira metade deste século), mas sua difusão só se acentuou a partir do advento de uma nova forma de agir/pensar que se auto-intitulou "pós-moderna"¹⁹. É óbvio que para que algo seja negado,

¹⁹O "pós-modernismo" é definido como o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo. Ele nasce com a arquitetura e a computação nos anos 50. (...) Cresce ao entrar pela filosofia, durante os anos 70 (...), sem que ninguém saiba se é a decadência ou renascimento cultural" (Santos, 1986); ou, num sentido bem mais amplo, como "condição da cultura na era pós-industrial", caracterizada "pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e

superado (no caso, a modernidade), é necessário que ele tenha se afirmado e se definido de modo relativamente claro. A modernidade, entretanto, e concebida antes de mais nada como a era da racionalidade, da tecnocracia e, portanto, do "controle social". Caberia aos pós-modernos, em consequência, resgatarem a "vida", a sensibilidade, a liberdade e a imprevisibilidade que haviam sido oprimidos pela modernidade - daí o próprio resgate de filósofos como Nietzsche, para quem todo racionalismo é sinônimo de controle e de repressão²⁰.

Essa polemica que se acirrou entre modernos e pós-modernos, principalmente nas duas últimas décadas, pode ser traduzida muito simplificada no quadro ao lado, que sintetiza ambas as posições na perspectiva dominante entre os pós-modernistas.

Esse esquema, ainda que sintético, permite perceber a grande dicotomia diante da qual se posicionaram a maioria dos pós-modernos ao se imporem frente a uma visão de modernidade linear e unilateralmente racionalista.

Rouanet faz uma contestação a essas características da pós-modernidade, argumentando basicamente que: as relações sociais fundamentais não foram alteradas, houve um declínio do "setor" industrial mas não do "sistema" industrial, tornado mais eficiente pela informatização²¹; as "micropolíticas" não manifestam uma fragmentação da ordem estatal mas, ao contrário, se articulam dentro da onda "neoliberal" contemporânea; e a imposição da subjetividade e das diferenças culturais se inserem como simples intensificação de características já presentes no seio da modernidade e que, portanto, não estariam estabelecendo a sua ruptura.

universalizantes", e que tem suas raízes na "crise da ciência" e da verdade no final do século XIX (Lyotard, 1986).

²⁰Entre os críticos dessa "modernidade" unilateralmente racionalista, Nietzsche talvez seja o mais radical - acusado hoje de guru do irracionalismo pós-moderno, ele revelou-se um crítico impiedoso da verdade racionalista, vista muito mais como instrumento de poder do que como fonte de conhecimento (o qual, no seu radicalismo, estaria basicamente na "própria vida", nas paixões e na multiplicidade das forças do acaso). Para uma síntese crítica de seu pensamento, v. Portocarrero in Rezende (org.), 1986, e a coleção História do Pensamento (p. 600-609).

²¹Na visão pós-moderna de Lyotard a informatização "pode tornar-se o instrumento 'sonhado' de controle e regulamentação do sistema de mercado, abrangendo até o próprio saber, e exclusivamente regido pelo princípio de desempenho". Aí ela comportaria "inevitavelmente o terror". No entanto, se o público tiver "acesso livremente às memórias e aos bancos de dados", não se esgotará a disputa e se delineará "uma política na qual serão igualmente respeitados o desejo de justiça e o que se relaciona ao desconhecido" (Lyotard, 1986, p. 119-120).

<i>Modernidade</i>	<i>Pós-modernidade</i>
sociedade industrial (domínio do setor secundário/ proletariado e burguesia)	sociedade pós-industrial (domínio do setor terciário/ funcionários e tecnocratas)
objetividade (significados padrões)	subjetividade (múltiplos significados)
controle, repressão	jogo (acaso), liberdade
centralização estatal/ macropolíticas (objetivos gerais)	privatização/ micropolíticas (objetivos segmentares)
movimentos partidários, "de classe"	movimentos setoriais/cultu- rais, ecológicos, territoriais
consenso, eficácia (semelhanças/identidades)	dissenso, criatividade diferenças/ambigüidades)
arquitetura uniforme , padronizadora	arquitetura e arte eccléticos
racionalidade/teoria (compreensão, subordina a paixão à razão)	sensibilidade/experiência (sedução, só o impulso e o prazer afirmam a vida)

A concepção de modernidade em Rouanet é, desse modo, bem mais ampla que aquela delineada pelos pós-modernos (conforme definida no quadro anterior), a ponto inclusive de englobá-los em sua dinâmica. A contestação e o conflito seriam iminentes aos "modernos". Conforme Loparic, e na modernidade que nossa "existência conflitiva" (rompendo com o valor supremo da "solidariedade" judaico-cristã) vem à tona, pelo menos no caso do Ocidente (através de um Marx, um Nietzsche ou um Heidegger, por exemplo). Essa dimensão ambígua, contraditória e paradoxal da modernidade também é destacada por Berman (1986), para quem nesta etapa todos são "movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança - de autotransformação e de transformação do mundo ao redor e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços" onde, tomando a expressão de Marx, "tudo o que é

sólido desmancha no ar". O próprio espaço estaria aí, portanto, imerso nesse múltiplo processo construtor/destruidor que faz das metrópolis o "laboratório geográfico" por excelência da disciplinarização, dos conflitos e da ambigüidade modernos (cf. Gomes e Costa, 1988).

Como decorrência do que foi comentado até aqui, é possível reconhecer de modo simplificado duas posições principais em relação à problemática da (pós) modernidade:

- os que encaram a modernidade como o conjunto de pensamentos/ações ordenativos, domínio irrestrito da racionalidade disciplinadora e, conseqüentemente, vêem a pós-modernidade como o "fazer/devir" social, abertura intuitiva para o novo, ruptura com a modernidade racionalista e preditiva.

- os que vêem a modernidade como essencialmente crítica (convivendo permanentemente com a "crise", mutável, instauradora de uma ordem mas ao mesmo tempo aberta para o novo, o indeterminado, inserindo aí as próprias posições ditas "pós-modernas (para Rouanet seriam "neo" modernas) como reveladoras de um novo período de crise e reavaliação.

Muitos são os autores, hoje, que contestam e procuram alternativas para superar aquela visão dicotomizadora que marcou (e ainda marca) muitos debates sobre a questão. A dicotomia ou metafísica entre racionalismo e irracionalismo, razão/teoria e sensibilidade/paixão é criticada tanto por autores acusados de "irracionalistas" quanto por seus opositores. Essa crítica e as alternativas propostas compreendem pelo menos duas grandes correntes: a daqueles que acreditam na superação da "metafísica" dentro de uma nova epistemologia (como a "dialética aberta" de C. Castoriadis, (cf. interpretada por Souza, op. cit.), e a daqueles que só acreditam nessa superação via dissolução do próprio par ontologia/epistemologia.

Essa segunda proposta, que busca fundamentação no chamado pensamento "mítico" da Grécia pré-socrática, onde a unidade entre o pensar" e o "viver" ainda estaria assegurada, é bem representada nas palavras do filósofo Escobar, ao afirmar que "a irracionalidade só pode ser pensada quando se toma a perspectiva da razão metafísica", pois "o contrário da metafísica da razão não é o irracionalismo, mas a vida"²². Já para Umberto Eco, "há muitos modelos possíveis de racionalidade" e ele tem sempre "suspeitas quanto aos debates sobre a razão e a crise da razão. Toda história da filosofia tem sido uma forma de celebrar, a cada século, a crise de um determinado modelo de racionalidade, para elaborar outro

²²C. II. Escobar em entrevista ao Jornal do Brasil, caderno Idéias, 19.12.1987.

concorrente ou alternativo"²³Do racionalismo de um Iluminismo teoricista e estritamente objetivo, que só admite uma leitura do real, até um pós-moderno "irracional" subjetivo e relativista, há um longo e complexo caminho a percorrer. Pessoalmente, concordo com aqueles que incluem o "pós" moderno na multiplicidade do "moderno". Autores politicamente considerados reformistas, como A. Touraine, têm razão ao afirmarem que "devemos interrogar a modernidade, não para rejeitá-la ou substituí-la pelo conceito de pós-moderno, algo impreciso, mais um sintoma de esgotamento de um modelo de razão do que um novo modelo"²⁴. Guattari, numa posição mais crítica, vê no pós-modernismo "apenas uma última crispação do modernismo, em reação e, de alguma forma, espelhando os abusos formalistas e reducionistas deste, do qual não se demarca verdadeiramente" (Guattari, 1986, pág. 18).

Nem totalmente "negativa" (como querem os pós-modernos) ou fundamentalmente "positiva" (como propõe M. Berman), nem tão milimetricamente disciplinadora (como indica Foucault) ou tão "iluminada" pela razão a ponto de ser esta o único veículo da crítica e da transformação (como o quer Rouanet), as bases da modernidade parecem suficientemente ricas (complexas) para permanecerem no centro de nossas polêmicas ainda por muito tempo - o que atesta, ao nosso ver, seu caráter inerentemente conflitivo e ambíguo, oculto sob dos véus de uma racionalidade (ini) positiva, geralmente incapaz de aceitar uma dimensão enigmática no homem.

Essa ambigüidade (re)aparece hoje de modo flagrante: ao mesmo tempo que nos deparamos com projetos de superestados como o europeu e com espaços "socialistas" que cada vez mais se inserem no modelo ocidental de "modernização", dominado pela busca da inovação tecnológica, pelo militarismo e pela hegemonia urbano-industrial, numa projeção globalizada de paradigmas tecno-burocráticos, há a emergência inédita de movimentos em que a diversidade cultural/regional/étnica tenta se projetar (vide, no próprio interior da Europa em unificação, a força dos "regionalismos" e nacionalismos, muitas vezes acordando "mentalidades" cujas raízes remontam ao período feudal). Os nacionalismos soviéticos e iugoslavos e o revigorar do movimento muçulmano capitaneado pelo Irã são outras amostras dessas ambigüidades que, para além da própria modernidade, revelam a impossibilidade de uma compreensão genérica e padronizada da **sociedade** humana, mesmo quando um modelo se impõe ao

²³U. Eco em entrevista à Folha de S. Paulo ("Eco suspeita dos debates sobre a razão"), 21.02.1988, p. A-45.

²⁴Declaração de A. Touraine ao Jornal do Brasil no artigo "Interrogando a modernidade" (5.07.1988, caderno B, 1ªpág.).

ponto de, muitas vezes, fazer com que o próprio globo terrestre se torne a nossa escala cotidiana de referência, como ocorre nos nossos dias.

O "novo" (nunca irrestritamente renovador) da modernidade cruza-se, então, permanentemente, com o velho; ou o antigo, o "tradicional" é resgatado sob novas formas, numa transformação contraditória mas que representa a necessidade intrínseca ao moderno de controlar (pela racionalidade tecnocrática) e liberar e/ou se apropriar da diversidade, num conflito constante de opressão e liberdade, nunca tão dramática e amplamente manifestado. "A mudança, necessidade vital do homem - porque aderente à sua história" nunca e entretanto uma via de mão única e previsível, pois "deve-se articular com a imaginação que, colocando-se no presente, elucida-o como parcial, precário, não definitivo" (Ramos, 1981, p. 53). E aí está um importante "ponto a favor" dentro da modernidade: sugerir a possibilidade de que, rompendo com os dualismos, se assuma um projeto profundamente renovador, que nunca se pretenda completo, acabado, que respeite a diversidade e assimile, ao lado da igualdade e do "bom senso", a convivência com o conflito e a conseqüente busca permanente de novas alternativas para uma sociedade menos opressiva e condicionadora - onde efetivamente se aceite que o homem é dotado não apenas do poder de (re)produzir, mas sobretudo de *criar*, e que a criação é suficientemente aberta para não se restringir às determinações da razão.

A crise e a geografia: reabrindo questões

De um modo de certa forma retardado em relação a essa crise/crítica que assola a chamada modernidade, nós, geógrafos, começamos agora a ter a nítida sensação de estarmos vivenciando mais uma de nossas endêmicas "crises", como se delas nunca tivéssemos nos desvencilhado. Se "crise" pode ser vista como um processo de gestação do novo, diríamos que ela é sempre bem-vinda (repetindo a exclamação do colega Carlos Walter, no final da década passada: "a Geografia está em crise - viva a Geografia!"). A grande questão é que nem bem parimos o novo do materialismo histórico somos obrigados a enfrentar outro "novo", agora muito menos "amarrado e seguro", diante dos frutos ainda verdes da primeira safra. Será isso mais uma prova da defasagem e da "falta de maturidade" que fazem com que a nossa disciplina esteja sempre a reboque, defendendo bases filosóficas que, quando adotadas entre nós, já estão em plena crise nas outras ciências sociais? Talvez seja este o momento de acertarmos o passo ou, quem sabe, num belo sonho, passarmos um pouco à frente. Afinal,

problemas ligados ao território, ao espaço social/geográfico nunca estiveram tão presentes - vide no Brasil a devastação da Amazônia, a criação de novos Estados, as ZPEs (a propósito, onde andávamos nós e a nossa "razão crítica" quando estes enclaves geográficos foram propostos?)...

Sem dúvida, e isto a filosofia contemporânea parece nos indicar muito bem, o fundamento de nossas reflexões, o aprofundamento de nossa compreensão do mundo, de nossos conceitos jamais estará na restrita abstração dos debates acadêmicos (dos quais nos tornamos freqüentemente fanáticos), mas tão-somente no estudo serio e ao mesmo tempo "apaixonado" (efetivamente engajado) da realidade vivida. A esse respeito, e bom lembrar que a maior contribuição que já conseguimos dar ao conhecimento como um todo certamente foi através das tradicionais "monografias regionais". Nossos estudos mais citados em outras áreas não seriam ainda hoje as teses de um Monbeig (em "Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo")²⁵, um Leo Waibel (e mesmo um Valverde), um Jean Rocha (em "A colonização alemã e o Rio Grande do Sul") ou um Manoel Correia (em "A terra e o homem no Nordeste")? É bastante questionável acreditar que nossas obras "teóricas" tão pouco originais em suas reproduções de positivismo e marxismo deixarão novas marcas da Geografia junto às chamadas ciências sociais (há exceções, é claro; ver por exemplo algumas repercussões da obra de Milton Santos). Ao invés de nos preocuparmos mais com a espacialidade do social, onde pretendemos ter maior responsabilidade (originalidade e competência), acabamos avançando pouco na discussão sobre o "papel do espaço" (ou mesmo desacreditando-o), repelindo sob o simples "reflexo espacial" tudo o que já **foi** dito em outras áreas (e geralmente melhor) sobre a **sociedade**.

Outro ressaltado importante no vazio teorista em que muitas vezes nos envolvemos é o fato de que alguns de nossos textos revelam mais a preocupação com um "respaldo teórico", filosófico, explícito e "seguro", do que com a real contribuição de uma leitura inovadora, original, da realidade. Com medo de fugir à "coerência filosófica" (e ela será realmente possível?) não ousamos, não inovamos, com textos muitas vezes áridos e sem vida. É preciso que sejamos ousados e ao mesmo tempo claros, comunicando um pouco mais nossas mensagens - vide outros cientistas sociais, como muitos historiadores e antropólogos que, sem utilizarem um vocabulário sofisticado, conseguem ser originais, explicam e comunicam com vigor suas "descobertas".

²⁵A obra de Monbeig recebeu recente homenagem por parte da socióloga M. Isaura de Queiroz, em Paris (publicada na rev. Ciência e Cultura da SBPC, nº 12, vol. 40, dez. 1988).

Nossa necessidade às vezes doentia de afirmação teórica revela justamente nossa carência: quem não é, mas deseja sê-lo, precisa reafirmar-se a todo instante. Romper com essa dissociação teoria/prática significa romper também com nossa timidez e quase culpa pela "indefinição de um objeto" - como se, não havendo "objeto", desaparecessem as questões, ou estivéssemos impossibilitados de enfrentá-las (veja em que cilada incorriamos, impondo outra vez a teoria à prática). Talvez por termos nos envolvido tanto com a questão "o que é a Geografia", sem de fato e concomitantemente fazê-la, é que estejamos verificando hoje tantas **questões** de ordem territorial, concretas, serem atacadas com muito mais garra por outros cientistas sociais²⁶. Vejamos agora, a título de uma provocação para debate, algumas noções e metáforas concebidas a partir da espacialidade e que - retomando uma tradição conceitual que, mal ou bem, sempre tivemos - podem e devem ser desdobradas em relação às grandes problemáticas geográficas da atualidade. Apenas como forma preliminar de apresentação, agruparei essas noções segundo um critério "espacial" de ordenação, distinguindo as de caráter "pontual", "de extensão", "de limites", "de densidade e disposição" e "de fluxos":

a. pontuais: localização/posição/sítio/lugar - termos e questões que nos foram tão caras mas que hoje, com raras exceções - às vezes por puro preconceito - não resgatamos e aprofundamos sob uma nova ótica. Depois das "teorias locacionais" associadas ao neopositivismo, as questões ligadas à localização foram bastante menosprezadas.

b. de extensão: arca/domínio/escala/território/paisagem/região - foi preciso um Yves Lacoste e sua "espacialidade diferencial" para relembrarmos o caráter fundamental das escalas, hoje parcialmente retomado. Outros conceitos como região (Duarte, 1980). Corrêa, 1986; Costa, 1988 e Gomes, 1988), território (Becker et al., 1986; Moraes, 1988), paisagem (M. Santos, 1982) e mesmo "extenso" (proposto por C. Santos, 1986) começam a ser retomados, alguns com tal amplitude que se inserem em outras áreas de conhecimentos (ver a propósito a noção de território/territorialização em Guattari e Rolnik, 1986, e Maffesoli, 1987, assim como o conceito de região em Silveira, 1984, historiadora que utilizou concepções geográficas em sua análise sobre o Nordeste).

c. de limites: fronteira/barreira/transição - questão da delimitação geográfica (nunca rígida e estanque, mas sempre condicionadora) tem sido

²⁶A esse respeito, o nosso "avanço" na definição do que nos cabe fazer parece às vezes estar resumido nessas poucas palavras do historiador F. Braudel, ainda em 1944 (num comentário sobre o livro de M. Sorre): "A Geografia me parece, na sua plenitude, o estudo espacial da sociedade ou, para ir até o fim do meu pensamento, *o estudo da sociedade pelo espaço*" (Braudel, 1978, p. 158).

um tanto negligenciada em nossas pesquisas. Um conceito que tem recebido maior atenção e o de fronteira (de colonização, pelo menos), como se vê em Aubertin (1988).

d. *de densidade e distribuição espacial*: concentração e dispersão/centro e periferia/rede, malha/segregação espacial, gueto elementos fundamentais para compreender a disposição dos fenômenos no espaço e as implicações dessa espacialidade nas demais dimensões do social.

c. *de fluxos*: migrações, deslocamentos/difusão, projeção/sedentário, nômade - aqui, a questão das velocidades e seus efeitos sobre o espaço é cada vez mais relevante (a esse respeito cabe investigar a instigante obra do francês Paul Virillo). A noção de nomadismo, utilizada de modo criativo por F. Guattari e G. Deleuze, já aparece no Brasil em alguns trabalhos da área de antropologia.

Outro elemento extremamente relevante para ser retomado com mais vigor é a representação cartográfica. Certamente por termos nestes últimos anos marginalizado o mapa (muitas vezes tomado como sinônimo do "empirismo" que desejávamos superar), noções aparentemente simples ("empiristas"), como muitas vezes referidas acima, não foram desdobradas. É preciso resgatar a dimensão cartográfica dos nossos trabalhos; o mapa representou um dos elementos que mais nos identificava, constituindo mesmo através de suas sínteses algumas contribuições importantes para outras áreas. Além disso, a moderna cartografia representa um amplo manancial para novas descobertas e, sem dúvida, para um entendimento mais rico da espacialidade.

Num sentido mais geral e ainda como questões a serem desenvolvidas (projeto no qual, neste caso, estou pessoalmente empenhado), destaco a relevância de estudos sobre a especificidade dos processos/estratégias de *territorialização* que se desenvolvem na atualidade. Compreendida a "territorialização", de modo muito genérico, como o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade, é possível (não) concluir propondo pelo menos duas questões básicas, que pretendo aprofundar em próximos trabalhos²⁷:

1. a interação/segmentação entre os diferentes dispositivos e estratégias territoriais promovidos pelos distintos grupos sociais - seja na ordem mais objetiva da funcionalidade (econômico/produzida, político/dis-

²⁷Encontram-se em desenvolvimento trabalhos sobre as escalas geográficas e históricas de espaço e tempo (e suas inter-relações) e sobre a noção de territorialidade.

ciplinar), seja na ordem simbólica, mais subjetiva (cultural/das mentalidades).

2. a interação/segmentação entre diferentes *escalas espaço-temporais* (geográficas e históricas) de territorialização/desterritorialização (nas quais o espaço capitalista e pródigo).

A questão ainda mais ampla, na busca por uma fundamentação filosófica mais consistente, menos fragmentadora, que rompa com os dualismos clássicos entre teoria e prática, objetivismo e subjetivismos, materialismos e idealismos, e desdobrada de maneira provocadora na expressão do filósofo C. Castoriadis:

"Uma dialética 'não espiritualista' deve ser também uma dialética 'não materialista' no sentido de que ela se recusa a estabelecer um ser absoluto, quer seja como espírito, como matéria ou como a totalidade, já dada de direito, de todas as determinações possíveis. Ela deve eliminar o fechamento e a totalização, rejeitar o sistema completo do mundo. Deve afastar a ilusão racionalista, aceitar com seriedade a idéia de que existe o infinito e o indefinido, admitir, sem entretanto renunciar ao trabalho, que toda determinação racional é tão essencial quanto o que foi analisado, que necessidade e contingência estão continuamente imbrincadas uma na outra, que a 'natureza', fora de nós e em nós, é sempre outra coisa e mais do que a consciência constrói..." (Castoriadis, 1982, p. 70).

A História não seria, assim, nem um turbilhão tempestuoso e caótico, totalmente imprevisível, diante do qual nos tornaríamos céticos (desesperados ou resignados), nem uma peça com enredo e atores previamente conhecidos, onde todo jogo já estaria "armado" e, portanto, não nos caberia duvidar de sua finalidade (passível de ser desvendada integralmente pelo pesquisador) ou atuar para modificá-lo. A História seria, isto sim, um labirinto, conforme sugere N. Bobbio, onde a presença do novo, do imprevisível, não nos impediria de alcançar determinadas aproximações ou "verdades" na trilha sempre tortuosa pela obtenção do conhecimento. Uma racionalidade que, apesar de não partilhar de uma objetividade plena, e de conviver com o mistério dos sentidos, do prazer e das "ilusões", não se nega à tarefa de buscar respostas, mesmo sabendo que elas serão sempre provisórias.

Certamente um caminho promissor para essa busca está na retomada, com novo ímpeto, dos trabalhos "concretos", nem empíricos, nem teóricos, num sentido estrito, abertos para a indeterminação da história e por isso mesmo profundamente alicerçados na crítica. Uma crítica que não seja apenas um instrumento de denúncia, que tem sempre um tempo demarcado para efetivar-se, e por isso se esgota - como ocorreu com a "Geografia de denúncia" há alguns anos, mas que se alie às

transformações, numa "práxis" que, no dizer do próprio Marx, só se torna válida na medida em que consegue intervir na realidade, na sua mudança. O que não significa que a vida, o mundo da "prática" e da "criação" se restrinja à materialização de novos objetos, externos ao "sujeito", pois este também é dotado do poder de criar, na esfera do simbólico, dimensões da realidade *vivida* que não podem simplesmente ser reduzidas a um "idealismo das aparências", muito menos a um reflexo das condições materiais". A vida-realidade é bem mais complexa do que a objetividade da filosofia "materialista" nos faz crer...

Essa crítica deve envolver também a recuperação do nosso passado - um passado que em tantas outras "rupturas" renegamos e que precisa, na dialética do presente, ser resgatado - ou, no mínimo, repensado. Poderíamos nos lançar a essa empreitada começando por adotar uma nova postura ética²⁸ onde, para além das querelas pessoais fragmentadoras, pudesse surgir a soma de esforços e o reconhecimento das contribuições efetivamente inovadoras para o conhecimento do espaço social. Como se assim mudássemos de direção a nossa arma - ao invés de apontá-la para nossos colegas, em disputas infrutíferas e voltadas quase sempre para vaidades pessoais dentro do restrito círculo acadêmico, a levássemos para o verdadeiro campo de batalha - a própria sociedade onde, além dos verdadeiros interessados em nossos projetos estão também os verdadeiros "inimigos" a serem atacados²⁹.

Em toda crise colocamo-nos, de alguma **forma**, em pé de igualdade, onde só o que se proíbe é esquivar-se da luta/das buscas que ela envolve. É imprescindível, portanto, engajar-se (mas não num engajamento uno e faccioso), de modo a reconhecer na própria multiplicidade do mundo os caminhos fundamentais para o nosso projeto de transformação. Insistimos em *impor* um projeto de interpretação ao fazer-se da história - nosso raciocínio metafísico, dicotomizador, nos treinou para uma razão irrestrita, castradora do novo, eliminadora de contradições e ambigüidades. É hora de aprendermos a encarar o condito como parte integrante da existência, de assumirmos a crise da própria ética dominante e de

²⁸V. o texto "Por uma nova clica geográfica", de minha autoria, no Boletim da AGB, seção Niterói (RJ), nº 6, ano 2, nov. 1988.

²⁹Isso não significa que admitamos uma dicotomia (embora algumas posições às vezes a manifestem) entre "círculo acadêmico" e "sociedade", e que não consideremos relevantes tantas batalhas frente a idéias (e não pessoas!) autoritárias e/ou conservadoras. O que condenamos e que se sobrevalorize essa luta "interna", fragmentadora, e se percam oportunidades de somar frente aos verdadeiros embates em que e necessário se engajar.

recuperamos as "unidades" perdidas entre a teoria, a ética e a "realidade" - onde, para tanto, construir um novo espaço é imprescindível.

Com certeza o novo espaço que buscamos não é o espaço unilateralmente disciplinador de um Ceasescu, por exemplo, que demole o centro histórico de Bucareste e seis mil aldeias romenas em nome da "homogeneização cada vez mais forte do nosso socialismo", da "criação do povo único obreiro", do "homem novo" socialista. A geração do homem e do espaço "novos" não passa simplesmente pela consciência iluminada de sábios ou heróis que "trazem" as respostas ao mundo, como acreditou-se um dia. Certamente não é essa a nova ética que queremos, que sob o signo de um mundo irrestritamente objetivo, apreensível em sua "essência" numa ótica única, propõe a norma universalizante que abrigaria todas as diversidades humanas. A nova clica, a nova política e o novo espaço que almejamos absolutamente não estão dados, mas começam sem dúvida a ser gerados e, embrionariamente aparecem, aqui e ali, nas próprias alternativas de organização social e de ordenação do território (captar e estimular essas alternativas e preciso).

Frente a uma nova Europa, meta-nação unificada, e um Oriente que cada vez mais se fortalece e se impõe, às vezes nossa tendência é arrefecer e mesmo desistir da luta, tamanhas as dimensões desses novos Golias. A verdade é que não há mais *um* capital ou *um* Estado contra os quais pudéssemos contrapor *um* projeto, *uma* luta. Se o capital e o Estado estão em todo lugar, aí pode estar ao mesmo tempo a sua força e a sua debilidade. Há um momento em que o lodo totaliza tanto que acaba perdendo sua própria identidade (pois aquilo que está em todo lugar acaba por não estar em parte alguma...). Assim, torna-se impossível e mesmo sem sentido impor a uma totalização que se pretende tão ampla, outra que a contraponha, ou que tome o seu "lugar" (como se este fosse facilmente discemível).

Talvez a única luta plausível, hoje, esteja no plural: os grupos/classes sociais em todo canto tentando conquistar seu espaço, seus "territórios", movimentos de toda ordem proliferando contra a opressão que **também** vem de várias fontes. As alternativas gerais parecem ser duas: ou caímos no niilismo do "deixa como está", pois somos impotentes e não há valores universais a seguir, ou superamos o niilismo pelo revigoração da vontade, nas múltiplas lutas pela reafirmação não dicotomizadora da vida.

Despojados da moral que nos era imposta para que enaltecêssemos a bondade apassivadora e a obediência e nos tornássemos "escravos" (como diria Nietzsche), sem aspirações ou conflitos, o que legitima a exploração e a força, podemos agora encarar de frente o novo, e sujeitarmo-nos à sua

permanente (re)construção, no convívio com o conflito, no embate sempre renovado e aberto entre diferentes projetos e concepções de vida, em busca de um espaço efetivamente transformador, e de liberdade. Utopia? Sim, mas uma *nova* utopia pela qual podemos (re)começar a luta - que de antemão nunca se esgota, porque não pretende resolver *todas* as contradições e conflitos - fundamentais, em certo sentido, para a própria geração do novo; e nem por isso se recusa ao trabalho de *transformar* e, ao mesmo tempo, de *viver* a unidade/multiplicidade do mundo. Haverá pensamento mais conservador/reacionário do que aquele que pretende se impor sufocando ou propondo "resolver" todos os conflitos pela morte (física ou "ideológica") de todas as oposições?

BIBLIOGRAFIA

- AUBERTIN, C. -org. (1988). *Fronteiras*. Brasília, Ed. da UnB; Paris, ORSTOM.
- BERMAN, M. (1987). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BECKER, B. et al. (1988). *Tecnologia e gestão do território*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- BRAUDEL, F. (1978). *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva.
- CAPEL, H. (1983). Positivismo y antipositivismo en la ciência geográfica - el ejemplo de la Geomorfología. *Geocrítica*. Barcelona, nº 43 (jan).
- CASTORIADIS, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CORRÊA, R. L. (1986). *Região e organização espacial*. S. Paulo, Ática.
- COSTA, R. H. (1988). *RS: Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- DUARTE, A. (1980). Regionalização: considerações metodológicas. *Bol. de Geografia Teorética*. Rio Claro, 10 (20).
- FERRATER MORA, J. (1982). *Dicionário de Filosofia*. Lisboa, Dom Quixote.
- FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- GOMES, P. C. (1988). *As razões da região*. Dissertação de mestrado (inédita). Rio de Janeiro, UFRJ.
- GOMES, P. C. e COSTA R. II. (1988) O espaço na modernidade. *Terra Livre*. São Paulo, AGB/Marco Zero.
- GUATTARI, F. (1986). Paradigma de todas as submissões ao sistema. *Leia*. Juruês. São Paulo. Junho, p. 18.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (1986). *Micropolítica - cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes.
- HEGEL, G. (1988). Vida e Obra. *Os Pensadores* (vol. 1). São Paulo, Nova Cultural (4ª ed.).
- HISTÓRIA do Pensamento (1987). São Paulo, Nova Cultural.

- JAPIASSU, H. (1986). *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves (4ª ed.).
- KÓRSHUNOVA, L. e KIRILENKO, G. (1986). *Que é a filosofia*. Moscou, Progresso.
- KOSIK, K. (1976). *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LACOSTE, Y. (1988). *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papyrus.
- LEFEBVRE, H. (1979). *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LOPARIC, Z. (1989). Heidegger e a questão da culpa moral. Folhetim. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25.03.1989.
- LYOTARD, F. (1986). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- MAFFESOLI, M. (1987). *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1981). *A Ideologia alemã*. Lisboa, Avante.
- MENDOZA, J. et al. (1982). *El pensamiento geográfico*. Barcelona, Alianza.
- MONTEIRO, C. A. (1988). Travessia da crise (tendências atuais na Geografia). *Rev. Bras. de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, nº 50 (t. 2).
- MORAES, A. C. (1982). *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (1988). *Ideologias geográficas*. São Paulo, Hucitec.
- MOREIRA, R. (1987). *O discurso do avesso* (para a crítica da Geografia que se ensina). Rio de Janeiro, Dois Pontos.
- OLIVEIRA, A. U. (1982). Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: Santos M. (org.) *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- PRADO JR., C. (1984). *O que é filosofia*. São Paulo, Brasiliense.
- RAMOS, C. A. (1981). História e reificação temporal. *Historia: questões e debates*, 2 (2). Curitiba, APH.
- REZENDE, A. org. (1986) *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro, Zahar/SIIAF.
- ROUANET, S. P. (1987). *As razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTOS, C. (1986). O conceito de extenso (ou a construção ideológica do espaço geográfico). In: Barrios, S. et al. *A construção do espaço*. São Paulo, Nobel.
- SANTOS, J. E. (1986). *O que é pós-moderno*. São Paulo, Brasiliense.
- SANTOS, M. (1982). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, Hucitec.
- SCHAEFER, F. (1977). O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico. *Bol. Geografia Teórica*. Rio Claro, 7 (13).
- SILVEIRA, R. M. (1984). *O regionalismo nordestino*. S. Paulo, Moderna.
- SOUZA, M. (1988). "Espaciologia": uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). *Terra Livre*. São Paulo, Marco Zero/AGB, nº 5.
- VESENTINI, J. W. (1984). Percalços da Geografia crítica: entre a crise do marxismo e o mito do conhecimento científico, *Anais* do 4º Congresso Nacional de Geógrafos, v. 2. São Paulo, AGB.

Maquiavel: Uma Abordagem Geográfica e (Geo) Política

Wagner Costa Ribeiro*

A formação em Geografia criou-nos um viés. O viés do espaço e das ações no espaço, sem, é claro, deixar de levar em conta o tempo que se materializa naquele.¹ Esta formação (ou deformação, como queiram) atende à demanda da divisão acadêmica do trabalho. Espera-se que o geógrafo dê conta da problemática do espaço; do economista, as explicações de ordem econômica; do sociólogo, o entendimento do jogo entre as classes sociais; do cientista político, a arte da política deve ser o objeto. Esta lista poderia ser maior.

Não queremos mostrar todos os ramos e áreas das ciências que se preocupam com as questões do homem, das suas relações, sejam elas econômicas, políticas, sociais, espaciais, emotivas, culturais, pois isto seria um outro trabalho. Só queremos deixar claro que, apesar de buscarmos a totalidade na compreensão dos fenômenos sociais, aqui entendidos como aqueles oriundos das relações entre os homens (de modo amplo), não podemos nos furtar a negar aquilo que nos é evidente fruto do

*Professor do Departamento de Geografia - USP.

¹ Esta expressão, cunhada pelo prof. Dr. Manoel Seabra do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, é empregada aqui no sentido de que a **formação** atribuída aos geógrafos vai na direção da construção de uma leitura da realidade sobre a ótica do espaço, ou da espacialidade das relações humanas. Mesmo que se tenha como projeto a compreensão da totalidade dos fenômenos sociais de modo a não reforçar a divisão acadêmica do trabalho, a formação enviesada pela "ótica do espaço" vai permitir um assumido corte na posição de investigador da realidade, qual seja, o daquele que busca compreender as relações sociais não pelo espaço, mas sim tendo neste um elemento que contribui para uma visão totalizadora do fenômeno social. Neste sentido cabe também a chamada especificidade do discurso produzido. Uma especificidade que não se encerra em si, ao contrário, define-se pela sua inserção na totalidade dos fenômenos sociais.

"desvio" na leitura que fazemos da realidade. Mesmo que a expectativa da síntese tenha se colocado para os geógrafos em outros momentos, não acreditamos que seja este o melhor momento para reafirmá-la, pois a intensa verticalização das áreas de conhecimento prejudica aquele intento.

Nosso objetivo é introduzir, de modo bastante incipiente, um ingrediente que ainda não vimos acerca das interpretações da obra *O Príncipe* de Maquiavel. Nesta primeira "abordagem geográfica" vamos apontar alguns elementos de modo a contribuir para a compreensão da totalidade de questões que o referido autor trabalhou, quando da sistematização dos mecanismos do exercício do poder. Ao invés de destacar o espaço como o *objetivo* das teorizações de Maquiavel, vamos mostrar o quanto fazia parte das preocupações do grande teórico da política.

Assim, trabalhamos a problemática do "espaço", numa interpretação sobre Maquiavel. O que não é difícil, pois sendo o espaço algo material e evidente aos leitores atentos, já deve ter sido percebido. Talvez, o que não se tenha apreendido, seja o significado que Maquiavel apresenta quando faz referência ao espaço, à ação nele e/ou sobre ele.

Também temos a preocupação de registrar a necessidade de se fazer uma releitura dos clássicos da política, buscando apreender elementos de ação territorial. Isto porque esta é o fruto das negociações, ou seja, é no espaço que vão materializar-se as resoluções das articulações, fruto da política, aqui entendida como negociação, ou, até mesmo, como embate entre classes e interesses.

A ação territorial é a materialização de projetos políticos. O Estado é um dos agentes que materializa projetos, com todas as implicações que o bloco no poder vai dispor sobre o governo, e sobre a ação territorial. Neste caso, o território em questão passa a ser o limitado pelo estado-nação, ao mesmo tempo que pode, em alguns casos, apresentar elementos para a ação em outros países, quando de acordos bilaterais.

Não Temos apenas o Estado como materializador de projetos. Isso acontece quando da ação de agentes privados no espaço social diretamente sobre o último, produzindo ou reproduzindo-o. Aqui, o Estado atua como disciplinador da ação territorial, "fiscalizando" o cumprimento das normas estabelecidas para nortear a ação territorial. Para os grupos privados, o território em questão é definido pelo nível de relações que cada um engendra, inclusive, podendo eliminar as limitações das fronteiras de um estado-nação, e suas restrições à ação territorial, atuando em diversos estados-nações, de modo a operacionalizar seu projeto.

Tanto no Estado, quanto junto aos agentes privados, a ação territorial é uma ação voltada para a materialização de projetos, intermediada pela negociação política. A materialidade das necessidades para a implan-

tação dos projetos tem na ação territorial a sua objetivação, via produção ou reprodução do espaço. Assim, as etapas diversas da realização dos processos engendrados, no projeto, têm respaldo na ação territorial, pois esta estará vinculada diretamente com aqueles, materializando-os por sobre a territorialidade que os processos abarcam.

Entretanto, os homens já perceberam que as ações no espaço social, ou seja, a implementação do produto das negociações, também é uma ação política, ou melhor, geopolítica, que pode levar à dominação de algumas classes, aliadas do processo de negociação e que, portanto, não têm seus objetivos materializados.

Nossas sugestões sobre o que Maquiavel apresenta se pautam numa determinada visão de "Geografia", que apresentaremos a seguir.

Uma leitura do "espaço"

Lacoste nos mostrou a importância da leitura do espaço, ao mesmo tempo que aponta os caminhos trilhados pela geografia, no sentido de encaminhar justamente o contrário. Em sua obra: *"A geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra"*, apresenta duas geografias:

"uma, *de origem antiga*, a geografia dos estados maiores, é um conjunto de representações e de conhecimentos variados relacionados com o espaço; *este saber sincrético é entendido como eminentemente estratégico* pelas minorias dirigentes que o utilizam como instrumento de poder (grifo nosso); a outra geografia, a dos professores, que surgiu há menos de um século, tornou-se um desvio *ideológico* de que uma das funções *inconscientes* é a de mascarar a importância estratégica das análises que fazem do espaço." (pag. 17-1978)

A necessidade de se conhecer o espaço está colocada realmente para o caso da guerra, mas também para a organização territorial, durante muito tempo a preocupação majoritária dos geógrafos. Mas o que nos revela a organização espacial senão a reprodução das relações sociais.² Neste sentido seu entendimento é importante, buscando, a partir daí, estratégias que visam equilibrar as disparidades espaciais. Também no outro sentido, o

²A organização espacial pode contribuir para a compreensão de novas formas de produção (e dos espaços produzidos) oriundas da tentativa de furtar do modo de produção capitalista a sua hegemonia, buscando novas relações de produção, ainda que parte do trabalho acabe sendo apropriado por um capitalista.

da guerra, o conhecimento do espaço é fundamental, pois "é preciso conhecer o espaço para nele saber combater" (Lacoste-1978), mesmo que a guerra possa se dar a nível de mísseis dirigidos a alvos anteriormente conhecidos, é necessário localizá-los, conhecer os obstáculos que porventura possam se apresentar na trajetória. Já no caso de uma ação política com vistas à tomada de poder, a partir do levante popular, por exemplo, a ocupação de uma rua (como na Comuna de Paris), do campo, enfim, a materialidade apresentada é um importante recurso para a defesa e o ataque. Lacoste mesmo nos dá um exemplo do significado disso, citando o Vietnã, onde "nativos" resistiram aos mais diversos instrumentos de guerra norte-americanos, também, graças ao conhecimento efetivo do seu território.

Maquiavel, como homem de Estado que era, também apercebeu-se desta importância. É o que ressaltaremos do seu pensamento, tendo como base, além da leitura de *O Príncipe*, uma série de comentadores, cuja indicação bibliográfica acompanha este texto.

O pensamento de Maquiavel

Iniciaremos com Skinner nossos apontamentos sobre Maquiavel.³ Ele nos mostra que a antítese fundamental de *O Príncipe* diz respeito aos principados novos que "são adquiridos e mantidos quer através da *virtú* de um homem e de suas próprias armas, quer através da Fortuna e com forças de outros homens" (pág. 24 c 27 - *O Príncipe*, Maquiavel, cit. por Skinner, pág. 43 - 1988). Mais adiante afirma que para Maquiavel, os que alcançaram o poder a partir da *virtú*, são mais admiráveis que os que se levaram pelo acaso (Fortuna) a um posto de comando. Queremos discutir um pouco melhor este ponto.

Maquiavel admite a indeterminação, o acaso, permitindo o acesso ao poder, pois, dando o exemplo de Ciro e Moisés, diz que, ao "atentarmos nas suas obras e na sua vida, verificamos que não tiveram outra sorte além da ocasião, a qual lhe proporcionou a matéria em que puderam

³Quentin Skinner é cientista político e professor na Universidade de Cambridge. Na sua obra *Maquiavel* (Ed. Brasiliense-1988), procura contextualizar a obra de Maquiavel junto à filosofia clássica e renascentista, trabalhando, principalmente, a concepção de moral desenvolvida pelo autor, no período das cidades-estados na Itália. Para Skinner, Maquiavel era um humanista porém com elementos compondo sua moral que se contrapunham àquela concepção. Para uma introdução ao contexto histórico da produção de Maquiavel, além da obra de Skinner, ver LARIVAILLE, Paul, *A Itália no Tempo de Maquiavel*, Cia das Letras, 1988.

introduzir a forma que lhes aprazia. Sem a ocasião, os seus talentos e o seu espírito ter-se-iam perdido; sem os seus talentos, a ocasião teria surgido em vão" (pág. 34-1972). *A fortuna e a virtú* nos parecem ser o ponto central da análise de Maquiavel, com vistas ao poder. Em mais de uma situação reforça isso, dizendo da importância do príncipe desenvolver suas virtudes para enfrentar as contingências que se colocam no seu dia-a-dia, no exercício do poder. A preparação e a estratégia devem ser a preocupação central do príncipe. Skinner sintetiza bem esta questão, escrevendo que "a arte de governar está em se reconhecer a força das circunstâncias, aceitando o que é ditado pela necessidade e harmonizando o próprio comportamento com a exigência dos tempos" (pág. 64 - 1988).

A questão, então, e o comportamento do príncipe, a explicitação da *virtú* frente a *fortuna*, não necessariamente de forma contrária, mas quando assim lhe convier, sabendo explorar os "acenos positivos" da ocasião. Ou seja, o príncipe deve estar apto para contrapor-se aos apuros emergentes, tendo na ação territorial uma possibilidade efetiva de materializar projetos que o amparem, resguardando-o contra possíveis levantes que a ocasião pode lhe trazer.

O Príncipe, segundo Maquiavel

Conhecido por ter exposto de maneira clara as atitudes que os príncipes deveriam tomar, quando no poder, Maquiavel deixa claro duas preocupações, no que diz respeito às qualidades do príncipe. Uma delas, diz respeito à moral, e a outra, à guerra.

Quanto à moral, "foi o que tornou Maquiavel imortal" (pág. 33 - 1984 - Mounin). Analisando a atuação de políticos contemporâneos à sua época, Maquiavel nos dá mostra de uma nova moral. Uma moral anti-cristã, predominante no seu tempo, que insere objetivos concretos no posicionamento e para a ação. Pode-se dizer que a partir de Maquiavel tomou grande efeito a frase "os fins justificam os meios". O autor em questão acreditava que, dentre a *virtú* do príncipe, eslava aquela de saber o que era bom para o seu povo, e para si, com o objetivo de conquistar e/ou manter o poder. Isto permite a Sabine propor um "padrão duplo de moral, um para o governante e o outro para o cidadão privado (...) uma vez que o governante estava fora do grupo, ou pelo menos, em relação muito especial com ele, está acima da moralidade que deve ser exigida do todo" (pág. 334 - 1964).

Nas mesmas bases, Gramsci vai dizer, atribuindo ao partido político o significado do príncipe no seu tempo, que:

"Maquiavel propôs-se a educar o povo (...). torná-lo convencido e consciente de que pode existir uma política, a realista para alcançar o objetivo desejado e que, portanto, e preciso unir-se em torno e obedecer àquele príncipe que emprega tais métodos para alcançar o objetivo, pois só quem almeja um fim procura os meios idôneos para alcançá-los." (pág. 132 - 1980)

As mesmas situações e normas dispostas no texto de Maquiavel, permitiriam ao príncipe e ao povo, linguagem tanto de Maquiavel, quanto de Gramsci, chegar ao poder. Entretanto, o último vai propor a organização no partido político como a possibilidade da tomada do poder pelo povo, mantendo o sentido de vanguarda, no caso, o partido, que "deve ser seguido", tão comum em muitas vertentes dos quadros políticos partidários, inclusive de esquerda, assim como Sabine, que a reconhece na moral do príncipe, o soberano.

De qualquer modo, a nova moralidade proposta por Maquiavel, seria a inserção da lógica da necessidade, para a manutenção da ordem, recém-criada (no caso de uma conquista), ou, em vigência, mostrando as divisões e ação de quem ocupa o poder.

No que diz respeito à guerra, Bandello, em dedicatória a Giovanni delle Bande Neri (cit. por Gramsci, pág. 139) fala sobre a incapacidade de Maquiavel organizar soldados no campo de batalha, aplicando as suas teorias da arte de guerra. Gramsci alerta para o fato de Maquiavel estar preocupado com a política cometendo,

"erros de caráter militar: ele pensa especialmente na infantaria, cujas massas podem ser arroladas com uma ação política e por isso desconhece o significado da artilharia (...). Maquiavel deve ser considerado como um político que precisa ocupar-se da arte militar, (...) a questão técnico-militar não constitui o centro do seu interesse e do seu pensamento. Ele trata dela apenas na medida em que e necessária a sua construção política." (pág. 16 - 1980)

Este é o ponto que passaremos a desenvolver agora, pois é evidente a grande preocupação de Maquiavel com a arte da guerra, senão no sentido estrito, das manobras em um campo de batalha, em sentido amplo, do jogo de tensões que aquela, ocorrendo ou não, causa, compondo a política. Neste sentido, pode-se encarar a geopolítica como ação e resultado da guerra em seu sentido amplo, do seu jogo frente ao poder, presente no

diplomata que escreveu *O Príncipe* e, é claro, como um componente importante nas suas formulações políticas.

A geopolítica: uma Virtú

Antes de analisarmos alguns dos aspectos geopolíticos contidos em *O Príncipe*, acreditamos ser necessário apresentar o que entendemos por geopolítica.

A geopolítica é toda ação que se dá em um determinado território, com vistas à dominação social. Ela pode (e deve) engendrar uma série de elementos com vistas à ação territorial.

Estes elementos são símbolos do poder, que ostentam em si a presença marcante das classes dominantes. É comum assistirmos no território, uma série de símbolos, todos eles encravados no meio à "desorganização do espaço". Além disso, a ação geopolítica pode ser mais direta, como e o caso do planejamento estratégico, com vistas à localização de determinados empreendimentos (como usinas atômicas, por exemplo). Concordamos com Vesentini quando diz que "a geopolítica (...) estuda o espaço geográfico visando a sua instrumentalização", caracterizando-se como um "discurso e prática política de *controle social* via produção do espaço" (pág. 87 - 1986) onde "é fundamental (...) a preocupação com a segurança do Estado (e, também), enlear-se com a 'cultura nacional', com os mitos mais arraigados de uma sociedade, aqueles fundamentais para a dominação" (pág. 69-1986).

A geopolítica articula-se à ação territorial. Uma vez definido o projeto, a sua concretude espacial, fruto da ação territorial, vai ganhar estratégias espaciais. A materialidade do projeto e gerada, também, pelas estratégias. Neste momento temos a prática da geopolítica, compondo o projeto. A ação geopolítica está voltada para as estratégias, enquanto a ação territorial, a produção e/ou reprodução do espaço num dado território, é a materialização efetiva dos processos que dão conta das necessidades colocadas pelos projetos, já mediatizados pela ação geopolítica, também produtora, no sentido do "planejamento" do espaço. A (geo) política vai dar conta dos diversos modos de estabelecer o produto da negociação, o projeto possível, acabando por optar pelo modo que melhor articule os anseios dos que participam da elaboração do projeto, dos seus interesses.

Maquiavel, exercendo sua função de conselheiro, vai enquadrar-se como um geopolítico, inclusive, dispondo entre os seus conselhos, do significado e importância desta prática pelo príncipe.

Uma rápida inserção na "vida" de Maquiavel se faz necessária, pois a sua vivência era, também, a base para as suas formulações. Além disso, tinha, nas oportunidades em que desempenhou o papel de diplomata, o contato direto com a *negociação*, com a prática dos príncipes, sendo outra fonte para as suas teorizações. Tudo isto lhe valeu o rótulo de empirista, quanto ao método empregado por ele.

Skinner (1988) e Mounin (1984) apresentam, de maneira bastante rica, a vida de Maquiavel, procurando contextualizar a sua produção. Mounin escreve que Maquiavel "é (...) um dos homens de Estado do seu tempo" (pág. 14-1984). A importância deste fato marca a obra de Maquiavel, pois, como homem de Estado, tinha que concretamente resolver as questões que se lhe apresentavam. Daí a sua moral, a da necessidade, a sua preocupação com a guerra, se for a alternativa para alcançar o "necessário", e daí, também, uma das bases de um pensador geopolítico: *a estratégia*, uma qualidade fundamental na negociação, que ele buscou no seu cotidiano de diplomata. E é, queremos assim demonstrar, bastante significativa dentre aquelas que compõem a *virtú* de um príncipe.

Um grande estrategista, voltado para a conquista de territórios, leu e fez anotações em *O Príncipe*. Trata-se de Napoleão Bonaparte. Assim, tivemos a preocupação de trabalhar com uma edição daquela obra que continha os seus comentários. Mesmo não tendo a "fundamentação" dos demais comentadores, o engajamento frente à resolução de questões colocadas a sua frente, como conquistador, dá uma qualificação importante às anotações de Napoleão, que citaremos a seguir.

A primeira evidência geopolítica de Maquiavel, em *O Príncipe*, surge "fora" do texto. Está na dedicatória a Lourenço de Médici, duque de Urbino.

"Assim como os desenhadores de paisagens ficam embaixo, na planície, para contemplar o aspecto das montanhas e dos lugares altos, ou se empoleiram naqueles para melhor apreciar os lugares baixos, assim para conhecer bem a natureza dos povos, convém ser príncipe, e para conhecer a dos príncipes, ser popular" (pág. 12 - 1972).

Napoleão comenta esta frase da seguinte forma:

"Assim comecei e assim se deve começar. Do cimo da montanha tem-se uma visão muito mais precisa do fundo dos vales" (pág. 139-1972).

Se por um lado, concretamente, de um ponto alto é possível ver-se de modo "preciso" a sua base, o mesmo ocorre com o príncipe, que deve buscar apreender, do seu lugar de dirigente, as bases, numa leitura muito próxima à de Gramsci, porém, descartando o caráter vanguardista atribuído ao príncipe-partido. Em inúmeras passagens de *O Príncipe*, Maquiavel nos evidencia a preocupação que o soberano deve ter com os do seu reino, inclusive, no sentido de observá-los frente à possibilidade de qualquer tipo de levante que possa transformar a ordem estabelecida e ameaçar-lhe o poder.

Por outro lado, o que significa concretamente, "olhar de cima de uma montanha"? A possibilidade de se ver o horizonte de modo mais amplo que os que se encontram abaixo; a facilidade de defesa, pois uma vez estando no topo, o acesso e, pelo menos para uma época em que não existem aviões e ou lançadores de mísseis dirigidos, enfim, com os recursos daquele período, quaisquer tipos de lançadores teriam de ser posicionados relativamente próximos ao alvo, segundo nossos referenciais de hoje, e imagine o trabalho e a movimentação para se chegar ao "topo de uma montanha" com arremessadores, ou mesmo arqueiros. Seria possível ao príncipe, observando-a do alto, precaver-se para a defesa, além, da época, da própria dificuldade natural que representava transportar qualquer coisa num terreno acidentado. Hoje, a tecnologia militar superou esses problemas.

Porém, ao invés de "olhar por cima de uma montanha", preferimos "um olhar de cima da montanha". Foucault (1986) fez a crítica ao *Panóptico* de Bentham.⁴ Não nos cabe retomá-la neste momento, mas sim, destacar que tal engenho pode ter sido inspirado numa leitura de *O Príncipe*, onde se lê:

"Tem sido costume dos príncipes, para melhor conservarem os seus Estados, construir fortalezas e cidadelas que serviam de rédea e freio aos que pensam resistir-lhes".

Interrompemos esta frase, para inserir o comentário de Napoleão:

"Assim se construíram a Bastilha, no reinado de Carlos, o Sábio, para dominar Paris, e o castelo Trompeta, de Bordéus, no de Carlos VIII, para dominar a cidade. Não percamos isto de vista".

⁴Analisando o **Panóptico**, um dispositivo de controle projetado por Jeremy Bentham, no final do séc. XVIII, Foucault o caracteriza como "um castelo (uma torre cercada de muralhas)" (pág. 217 - 1986).

É notório o reconhecimento de Napoleão. Mas vamos prosseguir com a frase de Maquiavel:

"(...) e também para terem um refúgio seguro contra um levantamento súbito" (pág. 114-1972).

Novamente, achamos importante acrescentar o que escreveu Napoleão sobre este trecho.

"Na primeira ocasião, *hei-de construir uma no alto de Montmartre, para impor respeito aos Parisisenses*. Por que não a tive quando eles se entregaram covardemente aos aliados? O castelo Trompeta há de manter em respeito os traidores do Garona" (pág. 172-1972 grifo nosso).

A referência à localização nos parece ser o caráter fundamental da colocação de Maquiavel, referendada por Napoleão, não apenas para o caso de um combate, o que é evidente, mas também, e acreditamos, principalmente, para a criação de uma base sólida do governo, edificando o poder, que "poderá se exercer pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato" (Foucault-pág.216- 1986).

Inserido no seu tempo, como nos aponta muito bem Gramsci, e mesmo descartando uma série de influências do pensamento cristão, evidenciadas na sua concepção de moral, Maquiavel absorveu a prática do clero, quando da localização das igrejas, marco do poder que obedecia a regra de estar acima do povo, locado no alto, possibilitando a sua visão como um ser presente a todos os olhos "materializando" o poder.

Em uma passagem de *O Príncipe* temos: "os homens (...), se orientam em seus feitos pela imitação (...), o homem prudente deve seguir sempre as vias traçadas pelos grandes personagens e imitar aqueles que foram muito excelentes" (pág. 33-1972). Deste modo, "copiar" a prática da Igreja é importante na medida em que a preocupação está às voltas com o poder, com os mecanismos que permitem a sua conquista e/ou manutenção. Portanto, o que é funcional e interessante ao príncipe deve ser apropriado.

Podemos dizer que a localização do poder através de seus símbolos de modo a permitir o seu reconhecimento de imediato, é uma sugestão que vemos ainda hoje reproduzida. Exemplos disso não faltam: Brasília, a cidade-capital, ou mesmo, a torre de transmissão de uma emissora de TV, numa avenida que se projeta por estar no espigão de uma metrópole, além de ser o centro financeiro do país, para citar alguns. Todos eles são

expressões no espaço do poder, materializações de projetos de dominação, nas suas diversas manifestações, caracterizando tal sugestão como um dos toques universais que fazem da obra de Maquiavel um clássico, pela sua permanência.

Uma outra passagem de *O Príncipe*, permite-nos uma série de considerações. É onde Maquiavel recomenda ao príncipe preparar-se para a guerra, pelas obras e pelo espírito. Também aqui faremos uso dos comentários de Napoleão.

"Pelas obras, além de manter a sua gente bem disciplinada, convém que se lhe junte, e, destarte, exercite o seu corpo e o endureça com trabalho, ao mesmo tempo *que aprende a conhecer a natureza dos lugares*, como se elevam as montanhas e desembocam os vales, como se estendem as planícies, qual é a natureza dos rios e pântanos, e *estude tudo isso com muito cuidado*".

Sobre este trecho Napoleão comenta: "Aproveitei os teus conselhos". Na seqüência, Maquiavel prossegue dizendo:

"pois é-lhe proveitoso de duas maneiras: primeiro, aprende a conhecer o seu país, e, portanto, a saber como melhor o poderá defender; segundo, possuidor de conhecimento prático e teórico da paisagem, compreenderá facilmente a situação de qualquer outro lugar que por ventura venha a ter a necessidade de analisar (...), graças ao conhecimento geográfico de uma província, se pode facilmente conhecer outras."

Napoleão comenta esta passagem assim: "*juntem-se a isto boas cartas topográficas*". Maquiavel prossegue escrevendo:

"O príncipe que não for perito nesta matéria não terá a primeira e principal virtude que deve possuir um bom capitão, pois é ela que o ensina a encontrar o inimigo, a estabelecer acantonamentos, a conduzir um exercito, a colocá-lo em formação de batalha e a levar vantagem no cerco de uma cidade", (pág. 79-1972 - grifo nosso).

Napoleão discorre sobre este último trecho como segue: "tereí aproveitado bem os conselhos?" (pág. 160 - 1972). A preparação pelo espírito deve dar-se através de leituras.

Vamos resgatar parte da longa citação de Maquiavel. "Conhecer a natureza dos lugares para a defesa do seu país, e também, para compreender a outros lugares deve ser a principal virtude de um bom capitão". Para alguém que recomenda ao príncipe ser o comandante do seu próprio exercito, a síntese acima ganha um grande destaque.

Preocupado com a guerra, com a defesa e com as **estratégias** que possibilitam o sucesso nos dois casos, Maquiavel apreende o significado do espaço e da geografia, no entender de Lacoste. O espaço para ele, até então, era o natural, os rios, as montanhas e os vales, "obstáculos" que se colocariam em um campo de batalha, além das fortalezas que contornavam as cidades, as quais vai analisar, chegando à conclusão de que não se deve construí-las, mas sim ter um bom exército, e não temer ao povo. A leitura do espaço, para Maquiavel, era, então, a de um estrategista, com o objetivo de extrair elementos para a ação. Era, podemos dizer, um componente que o príncipe deve possuir, através do seu conhecimento prático e teórico.

De maneira clara, Maquiavel apreende o espaço como estratégico, e preocupa-se em teorizar a maneira de apreendê-lo. Empirista como era, vai propor o conhecimento de um **determinado** território, para, a partir dele, propor generalizações, uma metodologia geográfica com certeza, embora muito criticada hoje. A metodologia proposta para se chegar ao conhecimento do território, muito curiosa, consistia na prática da caça pelo príncipe. A caça é uma maneira de se colocar no terreno, pois no caso de perseguição de uma presa, o contato com o terreno é um importante treinamento, já que se vai persegui-la, encurralá-la, enfim, pensar estrategicamente usando o espaço materializado como um componente da ação. Não cabe uma crítica quanto à metodologia (a caça), proposta por Maquiavel, mas ao contrário, ressaltar o valor da sua sugestão, que partia das práticas e costumes dos príncipes. As observações críticas se dariam às generalizações que se possam fazer a partir do conhecimento de um território, o que pode levar a engodos, como nos mostra toda a crítica à geografia dita tradicional, na qual podemos inserir esta forma de apreender o espaço. Por outro lado, também em Maquiavel vamos ver as bases da obra que iniciou uma revisão crítica de toda a produção geográfica, pois ele nos deixa claro que a geografia serve, também, para fazer a guerra.

Outras preocupações geopolíticas podem ser apreendidas numa leitura da obra de Maquiavel. Procuraremos desenvolvê-las em outra ocasião, inclusive, de modo mais aprofundado.

Um último aspecto queremos realçar, no que tange a geopolítica de Maquiavel. Diz respeito à ação, quando da tomada de um território.

"Um dos remédios mais eficazes, e de resultados mais imediatos, seria o conquistador ir lá residir em pessoa (...) um outro bom remédio é enviar colônias para um ou dois lugares que sejam uma espécie de *compedes* (entraves, obstáculos) da província" (págs. 18/19-1972).

Na passagem acima, temos a mais evidente ação geopolítica proposta por Maquiavel. O desenvolvimento de colônias é uma prática comum para efetivar a conquista de um território, também reproduzida hoje, como é o caso do projeto Calha-Norte, para citar um caso. A possibilidade do conquistador ir lá residir, diz respeito ao símbolo do poder, ou melhor, do poder em pessoa deslocar-se até o território, dando mostras da sua existência e significado real, concretamente. A ordem proposta também é interessante. Primeiro dão-se mostras do novo poder, com o príncipe instalando-se no local, para, em seguida, propor-se a ocupação via colônias, quando já não mais se fizer necessário o poder personificado, os símbolos aluam em seu lugar.

Antes de concluir, queremos distinguir o objetivo de Maquiavel, ao escrever *O Príncipe*, e o objetivo do conteúdo da obra, que nos parece ser confundidos por alguns comentadores. Retomando de modo ampliado uma citação de Maquiavel, veremos que,

"os homens caminham quase sempre por sendas abertas por outros, se orientam nos seus feitos pela imitação e nunca conseguem percorrer o verdadeiro caminho dos primeiros nem alcançar a virtude daqueles que imitam, *o homem prudente deve sempre seguir as vias traçadas pelos grandes personagens e imitar aqueles que foram muito excelentes, para que, se o seu talento não lhe permitir igualá-los, consiga ao menos alguma semelhança*" (pág. 33-1972 - grifo nosso).

De modo irônico, Maquiavel, na sua dedicatória apresenta-se a Lourenço como entre,

"aqueles que desejam conquistar o favor de algum príncipe costumam apresentar-se-lhe com os bens que mais prezam ou com aqueles que crêem em dar-lhe maior prazer (...). Desejando, pois, oferecer-me a Vossa Magnificência com qualquer prova da minha sujeição" (pág. 11 - 1972).

Uma rápida retomada final

Um grande pensador. Um estrategista. Amoral. Imoral. Preferimos, para nos referir a Maquiavel, chamá-lo como um homem que viveu sob a influência do seu tempo, criando (ou clarificando), estratégias com vistas à ação política e territorial, pautando-se em uma reflexão (geo) política do príncipe ou dos conselheiros que o serviam.

A sua concepção de moral, associada às reflexões sobre a política, fruto das observações e da sua atuação concreta, o transformaram em leitura obrigatória. A permanência das questões como a relação entre a política e a moral, a força da *virtú* frente ao acaso, a estratégia na ação territorial, ainda hoje, têm nas suas sugestões, alternativas.

A base de tais formulações e reflexões, a prática, a vivência e a leitura dos grandes estrategistas, permitem-lhe atribuir o "rótulo" de empirista, que se reflete na sua apreensão do espaço. E a sua (geo) política também o é. Uma virtude que ele desenvolveu, que nos mostrou pela sua obra e vida. Maquiavel, considerando a necessidade como a motriz das ações, percebeu que o príncipe deve dispensar uma atenção especial ao espaço, desenvolvendo esta qualidade. O conhecimento do território, a ação territorial, devem constar do elenco de funções que um príncipe (ou partido) deve se preocupar, com vistas à tomada e/ou manutenção do poder. A (geo)política é uma *virtú* que deve estar presente, segundo nos "aconselha" Maquiavel, desde o séc. XVI.

Bibliografia

- BONAPARTE, N. - (1972) - "Anotações" in *O Príncipe*. Publicações Europa America. Lisboa.
- FOUCAULT, M. - (1986) - *A microfísica do poder*. Paz e Terra. São Paulo.

- GRAMSCI, A. - (1980) - *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Civilização Brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro.
- LACOSTE, Y. (1977) - *A geografia serve antes de mais para fazer a guerra*. Iniciativas Editoriais. Lisboa.
- LEFORT, C. - (1980) - "A primeira figura da filosofia da práxis" e "Sobre a lógica da força" in *O pensamento político clássico*, (org.) Quirino, C. G. e Souza, M.T.S. Queirós. São Paulo.
- MAQUIAVEL, N. - (1972) - *O Príncipe*. Publicações Europa-América. Lisboa.
- MOUNIN, G. - (1984) - "Introdução" in *Maquiavel*. Edições 70. Lisboa.
- SABINE, G. - (1964) - *História das teorias políticas*. Ed. Fundo de Cultura. São Paulo.
- SKINNER, Q. - (1988) - *Maquiavel*. Editora Brasiliense. São Paulo.
- VESENTINI, J. W. - (1986) - *A capital da geopolítica*. Ed. Ática. São Paulo.
- VIVES, J. V. - (1950) - *Tratado general de geopolítica*. Editorial Teide. Barcelona.

Uma Contribuição à Reflexão do Ensino de Geografia: A Noção de Espacialidade e o Estudo da Natureza

Antônio Carlos Castrogiovanni

Ligia Beatriz Goulart*

Em nosso trabalho, temos constatado o surgimento de diferentes **propostas** didáticas, as quais facilitam ou dificultam a execução efetiva do planejamento e por conseguinte a aprendizagem - aprendizagem vista como um processo que leva à mudança de comportamento e não apenas alterações cognitivas. Estas propostas, mesmo quando não há consciência por parte dos professores, estão fundamentadas em linhas metodológicas, **as** quais atendem diferentes interesses, dentro da filosofia educacional em evidência nas diferentes sociedades.

Por isto, é importante ressaltar que, para o entusiasmo e a criatividade serem mantidas em sala de aula, precisamos acreditar no que estamos fazendo. Isto só ocorre quando temos plena consciência da proposta metodológica em execução e concordamos com a mesma.

Assim, cabe discutir, inicialmente, qual é a proposta. Pensamos que, em Geografia, é possível defini-la a partir da resposta às perguntas:

- O que é Geografia?
- Para que serve a Geografia?
- Qual a sua função como disciplina escolar?

Refletindo sobre tais questionamentos, teremos esboçado a linha metodológica, a qual definirá o planejamento das atividades que serão praticadas com o grupo de alunos.

A opção de método aparece como o primeiro pressuposto no processo de construção do conceito de Geografia, pois fornece uma série de balizamentos iniciais para tal empresa. Além disso permite, ou não,

* Professores de Geografia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professores da disciplina "Prática de Ensino em Geografia".

uma revisão crítica do conhecimento, fornecendo instrumentos para delimitação do tema.

A fim de tornar mais claro o que estamos propondo e avançar na discussão, gostaríamos de esclarecer o que entendemos por método. Método envolve uma concepção de mundo, a visão da sociedade, da ciência, a explicitação de uma posição assumida. Quando não há posicionamento, deixam-se vagos os pressupostos fundamentais e as posturas. A linha metodológica pela qual optamos é a responsável pelo nosso fazer pedagógico diário. Por isso a única postura científica aceitável quanto ao método é a da revisão constante das posições. Fica claro, então, que método não é técnica nem recursos, mas os pressupostos.

As considerações feitas a propósito do método, nos parecem inúteis sem domínio dos conteúdos. Um bom trabalho necessita pesquisa e estudo constante para que possamos alcançar de forma adequada os objetivos propostos. Somente o professor bem preparado pode conseguir bons resultados.

Mas o que significa ser um professor de Geografia bem preparado? Significa dominar o conhecimento específico que envolve esta área do conhecimento. Significa ter uma visão clara, ampla e consistente da sociedade, adaptando de forma criativa a realidade do lugar, para que possa selecionar, criar e propor situações de desafio, concretas ao dia-a-dia do aluno, tornando as aulas atraentes e inovadoras. O conteúdo proposto de forma abstrata desestimula, pois o aluno não percebe a aplicabilidade em seu cotidiano, enquanto ser social, dificultando sua aprendizagem.

Cabe aqui uma análise do que é aprender tendo em vista a variedade de propostas alternativas as quais dão uma significância muito grande para a liberdade de movimentação do professor. É fundamental que tenhamos presente que aprendizagem envolve compreensão, pois o que se aprende sem compreender não é verdadeiro. O que ocorre normalmente é a assimilação de informações ou a aquisição de uma habilidade para execução de uma tarefa sem que necessariamente estejamos aprendendo. "Toda a arte do pedagogo tem por fim essencial, e até único, levar a criança a romper por ela própria com aquilo que a impede de crescer". (Reboul, p. 36).

Os professores lidam com três níveis de aprendizagem: a informação, o saber fazer e a compreensão. Todas estas formas são partes importantes do trabalho em Geografia. A informação fundamenta o trabalho, mas deve-se considerar que possui uma natureza pragmática. Nunca é pura, isenta da necessidade de dominar, quer as coisas, quer os outros, de saber para poder. O saber fazer implica numa atividade do sujeito. Só se aprende fazendo. Nesta idéia está a proposta emergente da Geografia através dos trabalhos de campo. Os nossos primeiros mestres

são os nossos pés, as nossas mãos, os nossos olhos. Substituir tudo isso por livro não é ensinar a raciocinar, é ensinar a usar a razão de outrem, é ensinar a acreditar em muitas coisas e nunca saber nenhuma. É importante salientar que não estamos dispensando os livros, mas devemos propiciar situações que levem os alunos a descobrir o mundo em primeira mão e não através da percepção de outros.

Com tais esclarecimentos, voltamos a perguntar: o que é Geografia?

Esta pergunta terá tantas respostas quantas forem as diferentes linhas de pensamento dos professores. Para nós a posição mais coerente é aquela que concilia prática pedagógica e o método/

Geografia é o campo do conhecimento que busca a compreensão do espaço produzido pela sociedade, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nele se desenvolve, bem como a apropriação que essa sociedade faz da natureza. Deve preocupar-se com o estudo da organização da natureza, no sentido de conhecê-la melhor, levando o aluno a sentir sua fragilidade, a fim de utilizá-la com uma visão preservacionista. Cabe à Geografia explicar como as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses em determinado momento histórico, mostrando que este **processo** implica uma transformação contínua.

Assim, o estudo do espaço supõe a análise da sociedade e da natureza, não isoladas, mas como parte integrante de uma totalidade a qual se organiza e relaciona configurando-se em diferentes feições (paisagens), de acordo com os diferentes tipos de sociedade em um determinado território.

A partir destas considerações pergunta-se: afinal para que serve a Geografia enquanto disciplina escolar?

A Geografia enquanto disciplina escolar deve levar o aluno a entender a estruturação e a organização do espaço. Como se as sociedades, historicamente, utilizando os recursos disponíveis se transformam e organizam a base territorial a partir de interesses e contradições. Como se apropriam dos elementos da natureza (recursos) que são desigualmente distribuídos. A territorialidade implica a localização, distribuição, a orientação e representação dos elementos (dados) sócio-econômicos e naturais.

Portanto, é necessário desenvolver as habilidades de localização, orientação, interpretação e representação desde as séries iniciais, pois são instrumentos de conhecimento para a valorização e utilização da natureza, assim como para a estruturação espacial. O entendimento do processo de formação e transformação da natureza é importante para a fundamentação científica que permitirá um posicionamento crítico frente aos processos de apropriação da mesma, que têm levado à sua degradação. Devemos conhecer a dinâmica para defender e preservar, fugindo do ecologismo.

Em outras palavras o estudo da Geografia deve desenvolver noções de espacialidade materializadas e sensitivas (relações), desenvolver a formação da consciência territorial, tão comumente adormecida no Brasil e responsável pela Geopolítica da valorização e utilização dos recursos naturais, da organização sócio-econômica em detrimento a privilégios regionais e internacionais. Possibilitar o conhecimento do todo espacial a partir da escala local (doméstica) até chegar à mundial e retornando à primeira numa busca de universalidade das relações, discutindo e analisando suas contradições (sem ser cíclico).

É bom lembrar que ao longo dos tempos, desde o século XIX, quando surgiu sistematizada, a Geografia sempre teve uma função: servir para fortalecer a idéia do nacionalismo, do expansionismo, do colonialismo, da alienação etc... Numa perspectiva contemporânea tenta fugir de todas estas funções e adquirir um papel crítico, ou seja, uma análise da organização espacial.

Portanto, nossa reflexão deve ser em torno de como podemos agir, como professores, com os recursos de que dispomos, superando tais dificuldades, propiciando uma prática pedagógica onde o aluno consiga entender melhor as relações existentes numa base territorial qualquer, observar como os objetos estão organizados neste espaço e o porquê (invisível) e, que alue transformando a ordem social em busca da afirmação dos interesses dos "homens".

No entanto, em nossa experiência como professores de metodologia de ensino nos deparamos com a existência de dúvidas quanto à seleção dos conteúdos a serem trabalhados. Acreditamos que em primeiro lugar deva haver o domínio pleno dos conteúdos que compõem o arcabouço teórico e específico da Geografia, após então, deve ocorrer uma reflexão individual a nível de escola, onde será considerado como ponto de partida, o "currículo", sem esquecer que conteúdos e metodologia andam juntos.

Entre os conteúdos, gostaríamos de salientar a espacialidade onde inclui-se a localização, a orientação e a representação, tanto a nível do conhecimento como de habilidades e o estudo da natureza, pois nos parece ser a incorporação plena de conhecimentos e habilidades referentes à espacialidade que possibilita ao aluno a visão crítica da construção da base territorial assim como das sociedades que vão estruturando/transformando historicamente esta base. Também sentimos a necessidade de um estudo da natureza com uma visão viva e dinâmica, a fim de construir uma sólida formação ambiental (ecológica), tão carente na sociedade brasileira.

A espacialidade é caracterizada basicamente, em nossas aulas, pelas noções de cartografia (representação e materialização espacial). Portanto, convém definir o que entendemos por cartografia. "Cartografia é o

conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas que intervém, a partir dos resultados das observações diretas ou da exploração de uma documentação, no estabelecimento de mapas, planos e outras formas de expressão, assim como em sua utilização". (Joly, p. 4 e 5)

Isto posto, podemos verificar que, "pensando a Geografia como o espaço socialmente produzido, a cartografia tem uma função determinada que é a de desenvolver a concepção, preparação, redação, realização, interpretação e utilização correta dos mapas (representações) a fim de facilitar a leitura e a compreensão do espaço, (que não pode ter um fim em si mesma). Ela cumpre um papel importante, possibilita a discussão das diferentes maneiras de ver o mundo. As idéias deixam de ser aquilo que de fato são: diferentes formas de representar imagens do mundo e se confundem com a própria realidade. Cumpre um papel fundamental na sustentação de qualquer sociedade, pois uma vez absorvidas reproduzem os valores desta sociedade e contribuem para a sua perpetuação.

Verifica-se que o mapa aparece com uma função ideológica.

"O mapa é uma construção subjetiva submetida a normas pre-estabelecidas tanto de seleção como de representação (...) Sua composição exige uma eleição entre os objetos que ocupam realmente a superfície terrestre: eleição no que se refere a seu número, posto que alguns deverão ser eliminados e eleição quanto à sua importância, posto que se conservarão apenas aqueles que respondam a certos critérios determinados", (p.2) E a escolha de diferentes projeções, escalas e fenômenos, sua priorização ou não, para a representação dos diferentes espaços é que define a intencionalidade de sua utilização.

O trabalho com a espacialidade, desenvolvido na Escola, geralmente desconsidera as colocações, enfatizando apenas habilidades referentes à memorização e à cópia, sendo avaliado pelo professor somente aspectos da aparência ou da fidedignidade da reprodução.

A verdadeira função do mapa é esquecida e as noções básicas para o seu entendimento abandonadas, caracterizando situações de manuseio do mapa como a de um desenho sem maior significado. O aluno tem dificuldade em orientar-se e orientar o mapa, de localizar-se e de usar este instrumento como um elemento de consulta de dados e/ou informações. Assim torna-se difícil a leitura do espaço, mesmo o mais próximo, a chamada "realidade". A não construção de tais noções e habilidades dificultará ao aluno o saber pensar o espaço (concreto e abstrato), acarretando conseqüências quanto à reflexão referente ao seu (agir) papel na sociedade.

Para que o aluno possa perceber esta dimensão é necessário desenvolver um trabalho com exercícios práticos desde as séries iniciais, enfocando conteúdos referentes a grupo social, localização, orientação e

representação, tendo sempre presentes as habilidades que tais exercícios favorecem.

Deve-se, nas séries iniciais, ampliar e aprofundar as noções de localização espaço-temporal da criança: vizinhança, distância, proporcionalidade, lateralidade, limite, causalidade e suas interrelações, uma vez que todas estas noções a criança já as tem, de alguma forma, na medida de seu contato com o espaço vivenciado. Para tanto, pode-se utilizar inicialmente como referencial o próprio corpo da criança, e a Escola como espaço de relações. Devem ser realizados exercícios práticos que explorem a imaginação e a fantasia das crianças, onde apareçam questões que proporcionem a construção de habilidades de observação, situação, posição e perspectiva, chamando sempre a atenção das crianças com questões do tipo:

- Existem diferentes modos de ver as coisas pelas pessoas?
- Existem diferentes versões para o mesmo fato e/ou objeto?
- Vejo "melhor" o que me interessa?
- Utilizo **determinadas** versões intencionalmente? Por quê?

Com um trabalho desenvolvido nesta linha, nos parece que a criança chega à 5ª série alfabetizada no Campo da Geografia, principalmente no que diz respeito à espacialidade.

De 5ª à 8ª série deve-se desenvolver em níveis mais complexos as noções já trabalhadas nas séries iniciais. Salientando relações de proporcionalidade, perspectiva (projeção), elaboração de croquis (representação), utilizando os elementos de localização, simbologia (codificação) e escala. Para materializarmos a construção de tais idéias é fundamental ter presente:

- A intencionalidade na descrição e na representação das posições, na definição dos níveis de proporcionalidade.
- A relatividade dos conceitos, dependendo do ponto de referência (ou do nosso referencial).
- A importância da simbologia na definição dos interesses de representação de fenômenos e/ou fatos, retratando ideologias.
- A importância da localização relativa e absoluta dos objetos.

No 2º grau, quando este trabalho já estiver sido concretizado, a análise da organização espacial será facilmente executada favorecendo o trabalho com atlas geográfico e histórico, assim como outras representações. Lendo as informações codificadas (decodificando), utilizando informações para serem sintetizadas (codificadas) e estabelecendo a caracterização da organização espacial de uma determinada área. Tendo em vista o trabalho realizado, torna-se possível verificar formas de manipulação de informações a fim de definir posições.

A partir de tais considerações, cabe salientar que o processo de construção dos conceitos relativos ao entendimento do mapa na perspectiva geográfica obedece uma seqüência, que em cada série deve ser avaliada. Só então definido o nível para o início do trabalho. Isto significa que se não tiver sido desencadeada nas séries iniciais, deverá ser a partir da 5ª série, sob pena de não se obter os resultados necessários.

No processo de reavaliação do ensino na Geografia a questão da natureza parece ser uma preocupação marcante. Entendendo a geografia como sendo o campo de conhecimento que fornece ao aluno elementos para a compreensão do espaço produzido pela sociedade, suas desigualdades e contradições, a natureza deve ser vista como parte integrante deste todo.

A percepção efetiva das conseqüências da apropriação da natureza revelada ao aluno necessita ser feita de tal forma que possibilite sua atuação como um agente de mudança. Esta atitude é muito complexa e difícil, na medida em que o aluno não se sente natureza; sua postura caracteriza-se por ser um elemento externo e onipotente (antropocêntrico) não percebe o significado dos outros elementos para sua sobrevivência enquanto natureza, parte do todo.

O instinto de superioridade inerente ao homem, o faz atraído pelo desafio que representa o domínio e controle da natureza. Desta forma, age como se ela fosse inferior, esquecendo sua condição básica: A NATUREZA.

Esta, na sociedade ocidental é tida como algo que se opõe à nossa cultura, portanto necessita ser dominada, pois "a cultura é tomada como algo superior que conseguiu controlar e dominar a natureza" (Gonçalves, p. 25).

O distanciamento estabelecido pela cultura, entre o homem e a natureza, faz parte de uma visão generalizada do pensamento ocidental. Esta idéia aparece cristalizada na sociedade industrial, inaugurada pelo capitalismo, onde a natureza é vista como objeto (recurso) e exterior ao homem, reforçando a idéia da separação HOMEM/NATUREZA. Desta forma, concede ao homem uma posição de soberania e controle, em relação aos demais elementos do ESPAÇO.

Parece-nos que o questionamento maior, enquanto professores, tem sido a necessidade de encontrar uma estratégia que se oponha a esta visão antropocêntrica, dicotômica da relação homem/natureza. Estamos nos propondo a desenvolver um trabalho que sensibilize nosso aluno-cidadão sobre a natureza, enfocada numa perspectiva preservacionista, consciente.

Sendo assim, destacamos algumas idéias que julgamos importantes para iniciar nossa tarefa:

- O homem sente-se onipotente e "dono" dos elementos que compõem o espaço; dominando e distribuindo lucros e prejuízos de forma desigual. Incorpora a natureza ao processo produtivo, tendo em vista seus interesses: diferentes para todos os grupos, em função das relações de poder. Estas relações que se estabelecem no espaço precisam ser analisadas e amplamente discutidas, ficando expressas preocupações com o conservacionismo e o futuro da humanidade. Na medida em que as manifestações existentes na sociedade, hoje, não demonstram tal concepção, pois na sua maioria os cidadãos não têm consciência do papel desempenhado por esses elementos no conjunto do Planeta em termos de condições ambientais na BIOSFERA, cabe ao professor também através das suas aulas analisar a natureza nesta perspectiva. Nos parece que o que tem sido feito até então ainda está no nível do teórico. Conversando com os professores a pergunta mais comum é: entendemos as propostas, mas como as viabilizamos? Parece muito difícil, principalmente por que nossa experiência ainda se fundamenta na visão parcializada, no máximo de natureza enquanto recurso.

Pensamos que não existem "receitas", principalmente se considerarmos as diferenças existentes no espaço e nos alunos, entretanto, talvez, passos fundamentais:

- Definição do que se entende por espaço geográfico

- Aspectos que podem ser considerados

}	Homem
	Natureza
	Produção

- Análise da natureza como totalidade. Pensamos na possibilidade do estudo da natureza a partir de questões ambientais, como por exemplo:

- a remoção das dunas no litoral;
- o alagamento das ruas nos bairros da cidade;
- o assoreamento dos rios;
- os desabrigados pelas enchentes;
- a canalização dos riachos;
- a construção das barragens;
- a construção das estradas;
- a poluição urbana;
- a ocupação de encostas e terraços fluviais;
- o esgotamento dos solos.

Observamos os fatos no cotidiano do aluno, e procuramos estudar com ele os envolvimento e relações estabelecidas as quais podem, seguramente, desencadear novas.

Um tema para estudo pode ser: o alagamento da rua nos dias de chuva. Os alunos devem fazer um levantamento para saber se este fato

sempre ocorreu. A partir das respostas concluirão que só começou a ocorrer a partir do asfaltamento das ruas, do calçamento, da intensificação das construções. O que teria ocorrido com a área? Antes: a chuva (água) ao cair encontrava condições para infiltração. O solo em condições naturais facilitava o escoamento e a água não se concentrava em determinados pontos, ocasionando, por exemplo, problemas nos tráfego.

Hoje: a água ao cair escoar, não tendo como se infiltrar acaba acumulando-se nos pontos mais baixos trazendo enormes conseqüências sociais.

Qual seria a solução para o problema?

A chave para a discussão dos problemas da cidade e análise das possibilidades de solução:

- Limitar o uso do solo urbano?
- Construção de bueiros?
- Não asfaltar?
- Executar o traçado urbano considerando as curvas de nível?

Avaliar as possibilidades e posicionar-se frente a cada uma. Discutir a atitude das pessoas no que diz respeito ao enfrentamento dos problemas. Por exemplo: já existem bueiros, mas por que não funcionam? Nós como cidadãos contribuimos para sua manutenção?

A análise de um problema cotidiano permite que os alunos consigam estudar a natureza, não de forma desvinculada, sem estabelecer as relações entre os fatos. Ao finalizar o trabalho o aluno terá tido a oportunidade de conhecer as razões técnicas (o que poderíamos chamar de dinâmica da natureza) e as possíveis soluções nas diferentes circunstâncias e, além disso, um posicionamento frente aos fatos.

O fato de estarmos exemplificando com uma situação bem próxima, cotidiana, não significa que tal metodologia não possa ser utilizada em outras circunstâncias. Acreditamos que um estudo da natureza brasileira deve passar por esta perspectiva.

1. Selecionar algumas áreas.
2. Verificar os problemas.
3. Analisar a dinâmica das demais áreas.
4. Justificar os problemas tendo em vista a dinâmica preexistente.
5. Explicar os problemas.
6. Posicionar-se frente à questão.
7. Discutir possíveis soluções.

Procurar partir de situações concretas, próximas, com as quais estejamos em contato para que os alunos possam estabelecer relações

mais facilmente. Só então ampliar as relações para os espaços maiores e mais complexos.

É importante destacar que muitas preocupações do fazer pedagógico são parte do cotidiano. Ensinar pressupõe aprender. Não se aprende se não houver interesse. A construção do conhecimento deve utilizar formas diferenciadas de ação proporcionando situações que considerem os aspectos fisiológicos, psicológicos e sociológicos do aluno a fim de estabelecer um nível de motivação. Para tanto se faz necessário ter presente a questão da competência.

"A competência distingue-se do saber fazer, aptidão a agir, e do saber puro, aptidão a compreender pelo fato de ser uma aptidão para julgar. Acrescentemos que esta aptidão não existe sem saber e sem saber-fazer, mas ela ultrapassa-os, pelo próprio fato de os integrar". (Reboul, p. 183)

Somente o professor que assume esta competência terá a possibilidade de alcançar os fins sociais do ensino, fins estes definidos por sua postura política.

Fontes Bibliográficas

- 1 - GONÇALVES, C. W. P. *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. Ed. Contexto, São Paulo, 1989.
- 2 - JOLY, Fernando. *La Cartografia*. Barcelona, Ariel, 1982.
- 3 - MORAES, Antônio C. COSTA, Wanderley Messias de. *A Valorização do Espaço*. Hucitec, São Paulo, 1984.
- 4 - NIDELCOFF, Maria Teresa. *As Ciências na Escola*. Buenos Aires, PROMEC, 1985.
- 5 - RANDIE, P. H. *Valor Formativo de la Geografía*. Buenos Aires, PROMEC, 1982.
- 6 - REBOULT, Oliver. *O que é Aprendizagem*. Coimbra, Livraria Almeida, 1982.
- 7 - SANTOS, Milton. *O Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- 8 - SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Equipe Técnica de Estudos Sociais. Geografia. *Proposta Curricular para o Ensino de Geografia. 1º G.*

*Crêterios para Publica o
na
Revista Terra Livre*

A Revista Terra Livre receberá para publica o trabalhos originais e inéditos, de preferência escritos em português, sobre assunto de interesse científico e geográfico, sejam ou não seus autores membros da Associa o dos Geógrafos Brasileiros.

Os trabalhos a serem enviados para publica o devem atender às exigências e normas, cabendo ao Conselho Editorial aceitá-los ou rejeitá-los, depois de submetidos   aprecia o de três membros do Conselho.

- 1 - Cada trabalho deverá vir acompanhado por carta de encaminhamento, com nome e endereço do autor.
- 2 - O original e uma cópia do trabalho deverão ser datilografados em espaços duplos e remetidos diretamente ao editor; caso seja rejeitado para publica o, o original será devolvido.
- 3 - Os direitos autorais dos trabalhos publicados são da Associa o dos Geógrafos Brasileiros - Revista Terra Livre, cabendo ao autor receber 3 (três) exemplares do não da edi o que contiver um trabalho de sua autoria.
- 4 - Figuras e tabelas deverão ser auto-explicativas. As fotografias deverão ser em preto e branco, não sendo aceitas fotografias coloridas.
- 5 - O Conselho Editorial, antes de qualquer recusa, entrará em contato com o autor, através de parecer técnico-científico no sentido de viabilizar a sua publica o.
- 6 - São aceitas resenhas de livros de interesse científico e geográfico para publica o.
- 7 - Os trabalhos para publica o deverão ser remetidos  :

REVISTA TERRA LIVRE - AGB NACIONAL
Caixa Postal 64525
São Paulo - SP
05497

Este livro foi composto em Times corpo 10 pela PostScript e impresso pela Editora Parma para Editora Marco Zero.

Peça pelo correio o nosso catálogo e conheça os outros livros da Editora Marco Zero.

Atendemos também pelo Reembolso Postal. Editora Marco Zero Ltda., Rua Inácio Pereira da Rocha, 273, Pinheiros, São Paulo, CEP 05432, telefone (011) 815-0093.